



Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

Relatório e Contas

Demonstrações Financeiras Consolidadas

2012



**RELATÓRIO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**
Exercício 2012

Lisboa, 17 de Abril de 2013

ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	3
PRINCIPAIS INDICADORES.....	9
SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO	10
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
O MODELO DE NEGÓCIO.....	21
NEGÓCIO AUTOMÓVEL	23
MERCADOS AUTOMÓVEL E DE FINANCIAMENTO.....	25
NEGÓCIO E MERCADO CRÉDITO AO CONSUMO	34
NEGÓCIO E MERCADO DE CARTÕES DE CRÉDITO	36
ACTIVIDADE NAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO	37
EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	39
<i>GESTÃO FINANCEIRA</i>	47
GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO.....	55
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	57
TECNOLOGIA & OPERAÇÕES	59
CONTROLO E COMPLIANCE.....	68
RECURSOS HUMANOS	70
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	77

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O ano de 2012 ficou marcado no plano Mundial por uma forte instabilidade nos Mercados, apesar de um crescimento bastante robusto nos Países Emergentes, mas ainda um elevado grau de incerteza a caracterizar e a condicionar o desempenho das principais Economias do Mundo Desenvolvido. No Mundo Ocidental, enquanto os Estados Unidos da América e o Japão apresentaram já algum crescimento, a Europa revelou grandes dificuldades em ultrapassar os efeitos da crise financeira de 2008/9 e voltou mesmo a entrar numa nova Recessão (double Dip).

A crise da dívida Soberana que se vive na Europa e que afecta, muito concretamente, as Economias mais débeis da Moeda Única, acabou não só por condicionar o desenvolvimento da Economia Mundial e dos Mercados Financeiros, mas também o próprio clima Político vivido no seio da Comunidade Europeia. Esta condicionante acabou por determinar fortemente a política Económica aplicada em todos os Países que revelam desequilíbrios estruturais, nomeadamente nos chamados Países do Sul da CE, tanto nos intervencionados, como Grécia, Portugal e Irlanda, como nos não intervencionados directamente, como Itália e Espanha. Mas também outros Países, como o Reino Unido e França se viram forçados, por razões Políticas e pressões de mercado a aplicar políticas para corrigir os desequilíbrios estruturais das suas economias. Estas medidas acabaram por ter um efeito de forte contracção destas economias, que entraram numa fase de correção dos desequilíbrios estruturais provocados pelos excessos (despesas/ consumo/ crédito/ défices/ endividamento/ etc) de anos anteriores, o que acabou por condicionar muito o desempenho da Economia Europeia no seu conjunto, que teve nas Economias do Norte e na Alemanha os principais dinamizadores, apesar de se revelarem impotentes para contrariar a tendência global do velho Continente.

Portugal acabou o ano com uma contracção do PIB na ordem de -3,2%, com a crise ainda a acentuar-se no final do ano, fruto dos sucessivos cortes da despesa Pública e dos enormes incrementos nos impostos, que afectaram o rendimento disponível das famílias, a degradação acentuada do clima social e económico, afectando a confiança dos agentes e gerando fortes quebras no Investimento e no Consumo. Apenas as Exportações demonstraram alguma vitalidade, um sinal positivo num caminho extremamente ambicioso e penoso de saneamento e reforma da Administração Pública, de ajustamento fiscal, privatizações e reformas estruturais, com impactos necessariamente muito importantes e de

cariz transversal a toda a sociedade. De realçar os primeiros sintomas positivos, na forte diminuição da despesa nominal do Estado, mas que tem o seu expoente máximo no reequilíbrio da Balança Comercial, potenciado pelo crescimento das Exportações, mas também pela forte contracção das Importações. Associado ao bom cumprimento do Programa de Reformas Estruturais e ao enorme sucesso das Privatizações que, num clima económico francamente desfavorável, lograram atrair investimento estrangeiro em volumes expressivos e diversidade notável, ajudaram ao reestabelecer da confiança dos Mercados que vêm dando sinais positivos de aprovação, quer através da procura expressiva nas Emissões de Dívida Pública, em maturidades cada vez mais longas, quer ainda na diminuição dos spreads de liquidez da dívida nos Mercados Secundários.

Apesar do enquadramento extremamente difícil em grande parte dos Países onde actua, nomeadamente na Europa, o Grupo Santander tem tido um desempenho admirável ao longo deste complexo ciclo económico, que teve início com a crise financeira em 2008/09 e que se estende aos dias de hoje com a crise de dívidas soberanas, beneficiando da sua diversidade geográfica e do seu modelo de negócios conservador. Assim, os Resultados antes de Provisões voltaram a crescer 2% para 23.6 mil milhões de Euros e 2.3 mil milhões depois de dotações extraordinárias para Provisões imobiliárias em Espanha de 18.8 mil milhões, o que repretou um decréscimo de quase 60%, mas denota a extraordinária capacidade do Grupo gerar resultados recorrentes, mesmo nos contextos mais difíceis. A diversificação geográfica tem sido determinante para a sustentabilidades destes resultados, aportando a América Latina cerca de 50% dos resultados, dos quais o Brasil com 26%, a Europa Continental 27% (dos quais Portugal e Espanha 16% apenas), Reino Unido 13% e Estados Unidos 10%.

O Grupo Santander possui a maior rede de balcões do Mundo e caracteriza-se por possuir um modelo de riscos e de negócios muito conservador, o que nesta altura permite manter indicadores muito melhores do que as médias de mercado, de forma sistemática e em praticamente todos os mercados onde está presente, assim como uma grande eficiência na operação, comparando muito favoravelmente com a concorrência e com as médias de mercado no que respeita a produtividade, ou "Cost to Income". Em matéria de Capital e Solvabilidade, de realçar a melhoria do Rácio BIS II para 10.33%, muito acima dos mínimos exigidos pelo EBA e que, de acordo com os Testes de Stress realizados em 2012 por Oliver Wyman o Santander teria um excesso de capital de 25.2 mil milhões de euros no cenário de stresse mais adverso, fruto do seu modelo de negócio e da situação extremamente confortável que possui no que respeita a Liquidez de médio e longo prazo.

Por seu turno, a Divisão de Crédito ao Consumo opera em 14 Países, é líder de mercado e apresentou um Resultado anual de 1 MME, representando esta Divisão um peso cada vez mais relevante nos resultados do Grupo. É de realçar que num contexto económico complexo e num dos anos mais difíceis para o Sistema Financeiro, a Unidade de Crédito ao Consumo consegue o seu melhor ano de sempre.

No que respeita a Portugal, no contexto extremamente complexo já anteriormente referido, naturalmente, os mercados em que o Banco opera tiveram um comportamento muito deprimido, condicionando o fortemente o desenvolvimento da actividade comercial do Banco. O mercado automóvel de viaturas novas foi de 120 mil viaturas – ligeiros de passageiros mais comerciais - a retrair mais de 41% e o mercado do Consumo de bens duradouros também deverá ter decrescido nessa ordem de grandeza, embora não existam estatísticas precisas sobre a matéria.

Contudo, o recurso ao financiamento para a aquisição de bens também diminuiu, atendendo a que se assiste a um crescente peso do pronto pagamento, o que determinou que o mercado de financiamento de viaturas novas tenha sofrido uma evolução ainda mais expressiva -47%, enquanto o mercado de financiamento de carros usados diminuiu cerca de 20% e o crédito ao consumo de bens duradouros -33%.

Nos principais mercados onde actua, o BSCP ocupa uma posição entre os primeiros operadores, assumindo claramente a posição de líder no financiamento de viaturas novas, com cerca de 21% de cota de mercado (igual ao ano anterior), apesar de ter diminuído o número de Acordos de Marca que possui de 10 para 6 (Opel, Chevrolet, Mitsubishi, Kia, Isuzu e Mazda). Registe-se como factor relevante o facto de o Banco ter deixado de ser a financeira de marca dos brands do grupo VW, parceiros históricos desde a sua origem, já que o braço financeiro daquele grupo passou a actuar directamente no mercado nacional. Já no mercado de financiamento de viaturas usadas o Banco voltou a assumir a 2ª posição, com 11,3% de cota de mercado (igual ao ano anterior), enquanto no financiamento ao consumo alcançou, pela primeira vez, também a 2ª posição com quase 19% do mercado (mais 3.5 pp).

Contudo, são de realçar ainda outros importantes indicadores:

- Ao nível dos indicadores de Risco, a Variação da Morosidade de Gestão foi de 15,3 ME, um pequeno crescimento relativamente ao ano anterior, mas a reflectir a deterioração do clima económico e concretamente dos riscos de stock finance, permitindo que o prémio de risco da actividade do Banco se tenha situado em cerca de 1,38% e muito abaixo da média do sector e claramente o melhor indicador do sector e do mercado;
- No que respeita à gestão dos custos, as medidas adicionais de racionalização e controlo dos mesmos permitiram uma redução adicional de 2,2ME na estrutura de custos, apesar do exercício estar influenciado por alguns custos de reestruturação, potenciando o que constitui claramente o melhor rácio de “Cost to Income” do sector;
- Também ao nível da gestão financeira, amplamente condicionada pelo Rating da República e pelo facto do País se encontrar intervencionado, afectando fortemente o acesso aos mercados, fruto de uma excelente antecipação das situações, por um lado e, por outro, da situação privilegiada de enquadramento do Grupo, foi possível conter a pressão na margem financeira, com um misto de boa diversificação do funding (ABS, BCE, etc), com operações de cobertura de taxa de juro e acções agressivas de repricing do Activo e do novo negócio originado no ano.

A qualidade destes indicadores são, não só, motivo natural de satisfação para todos os Parceiros, Colaboradores e Accionistas do Banco, como um motivo de enorme confiança para enfrentar o período crítico de Recessão Económica que o País atravessa. Embora a Nova Produção tenha caído mais de 36%, quando comparado com o já deprimido exercício anterior, tendo conseqüentemente o Activo líquido decrescido quase 18%, fruto da boa gestão das várias variáveis acima indicadas, o Produto Bancário decresceu apenas 6.8%, o que permitiu sustentar o Resultado Consolidado Antes de Impostos em 13.2ME's, o que ainda assim representou um decréscimo na ordem dos 17%. Este resultado, associado à melhoria (+1.3pp) da margem de cobertura do crédito em risco por Provisões (104%) e ao claro reforço do Rácio de Solvabilidade em mais de 3pp para 15.3%, constituem uma prova clara de solidez, sustentabilidade e dinamismo.

Por último, apenas algumas referências sobre as perspectivas e orientações para 2013:

- O País virou o ano talvez no seu ponto mais negativo do ciclo económico e ainda longe do ponto de viragem, perspectivando uma recessão particularmente severa acentuada e longa, o que obriga o Banco a moderar as suas ambições, já que os segmentos de mercado onde opera vão permanecer numa fase de depressão expressiva;
- As limitações ao crescimento orgânico aconselham a uma busca activa por novas oportunidades de negócio, no sentido de melhorar a sua cota parte do mercado, quer ampliando a base de originação de negócio, com novas Parcerias, quer diversificando para novos segmentos de mercado, reposicionando estrategicamente o Banco, quer ainda, eventualmente, aproveitando alguma oportunidade que permita ampliar o perímetro de consolidação do Banco, através de aquisições de activos ligados ao nosso core business;
- O agravamento do rendimento disponível das pessoas, resultado de novos agravamentos de impostos e da taxa de desemprego, para níveis nunca antes experimentadas no País, obrigam o Banco a rodear-se de políticas e medidas de rigôr e vigilância acrescida, já que sugerem uma forte deterioração dos indicadores de risco e das taxas de delinquência, pondo à prova os nossos Modelos de Admissão de Risco e todas as nossas capacidades de Recuperação de Crédito;
- Num contexto de desalavancagem do Balanço e contracção da actividade, também a gestão da Margem Financeira e das Comissões assumem particular importancia, sendo fundamental a maximização das oportunidades de funding diversificado e em condições competitivas, mas também uma correcta política de preços e margens na originação de novo negócio;
- A pressão existente no lado da Receita, quer pelo efeito desalavancagem, quer pelos indicadores de Risco e pressão nas Margens Financeiras, aconselham a que continuemos a prosseguir, com toda a assertividade, políticas de racionalização e corte na base de custos, pois terão necessariamente um contributo acrescido na Conta de Resultados do Banco;
- Por último, uma nota de preocupação para os fortes impactos que se esperam das crescentes exigências Regulamentares, com implicações ao nível dos processos e dos custos, por um lado e, por outro, também com importantes limitações ao nível dos proveitos, de dimensão e expressão ainda imprevisíveis.

Termino numa nota de grande confiança relativamente ao futuro do Banco, baseada na expectativa de um País que atravessa um importantíssimo programa de reformas e de

agilização do funcionamento do mercado e numa economia necessariamente mais pujante e competitiva a médio prazo. A solidez e dinâmica evidenciadas pelos indicadores financeiros e qualitativos do Banco, permitem-me antever com grande confiança que seremos um dos operadores que continuará a assumir um papel de liderança no futuro e que sairemos deste difícil ciclo económico que o País atravessa ainda mais fortes e pujantes e ainda melhor posicionados para retirar o máximo proveito das oportunidades que o mercado nos irá proporcionar.

A confiança e esperança no futuro são ainda reforçadas, atendendo á qualidade e solidez dos nossos Parceiros, mas também do nosso accionista, ao seu apoio inequivoco ao Banco, aos processos e metodologias amplamente testados e á qualidade e motivação da equipa que possuímos.

PRINCIPAIS INDICADORES

Milhares de Euros	2012	2011	Variação
Activo líquido	1 100 450	1 337 503	-17,7%
Crédito sobre Clientes (bruto)	1 038 235	1 315 418	-21,1%
Crédito sobre Clientes (líquido)	981 190	1 264 884	-22,4%
Situação Líquida	141 016	133 353	5,7%
Capital Financiado no ano	213 812	335 394	-36,3%
Margem Financeira	45 435	47 140	-3,6%
Produto Bancário	58 453	62 722	-6,8%
Custos de transformação	22 902	25 085	-8,7%
Resultado líquido	7 664	9 777	-21,6%
Resultado líquido por acção (em cêntimos)	11,5	14,7	-21,6%
(Custos de funcionamento + Amortizações) / Produto Bancário (1)	39,2%	40,0%	-0,8 p.p.
Custos com pessoal / Produto Bancário (1)	14,0%	14,9%	-0,9 p.p.
Rácio de Solvabilidade Individual (1)	13,80%	10,74%	3,1 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (1)	13,16%	9,96%	3,2 p.p.
Rácio de Solvabilidade Consolidado (1)	15,34%	11,55%	3,8 p.p.
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base (1)	14,66%	10,75%	3,9 p.p.
Produto bancário/ Activo líquido médio (1)	4,8%	4,5%	0,3 p.p.
ROA (médio)	0,6%	0,7%	-0,1 p.p.
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ Activo líquido médio (1)	1,1%	1,2%	-0,1 p.p.
ROE (médio)	5,6%	7,6%	-2,0 p.p.
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/ Capitais próprios médios (1)	9,7%	12,6%	-2,9 p.p.
Crédito vencido com mais de 90 dias / Crédito Total	4,6%	3,2%	1,4 p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito Total (1)	5,4%	3,6%	1,7 p.p.
Crédito com Incumprimento, líquido / Crédito Total, líquido (1)	1,2%	0,7%	0,5 p.p.
Crédito em risco / Crédito Total (1)	6,0%	4,1%	1,8 p.p.
Crédito em risco, líquido / Crédito Total, líquido (1)	0,5%	0,3%	0,2 p.p.
Imparidade de Crédito/Crédito vencido a cliente final	104%	103%	1,3 p.p.
Número de efectivos	190	190	0,0%

(1) - Calculado de acordo com a instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal

SÍNTESE DA ACTIVIDADE DO EXERCÍCIO

O ano 2012 ficou marcado por melhorias estruturais no sector bancário e um relativo estabilizar da crise do Euro, na sequência da implementação de algumas medidas estruturais nas economias intervencionadas, da recapitalização da banca em Portugal e na Europa e, também, a partir de Setembro, com a disponibilidade manifestada pelo BCE para intervir nos mercados da dívida, como garante das necessidades de financiamento na fase pós-assistência. Apesar de alcançados importantes objectivos na vertente financeira, manteve-se um elevado grau de incerteza nestas economias, acentuaram-se os efeitos negativos do ajustamento, nomeadamente os fiscais e os relacionados com o corte de despesa, o que resultou num enorme arrefecimento da economia portuguesa e num desemprego histórico que contraiu ainda mais o consumo interno. Entretanto, os efeitos da crise no Sul da Europa começaram também a contagiar a actividade de alguns países do norte, com toda a zona euro a mergulhar numa fase de desaceleração económica. A actividade do Banco Santander Consumer Portugal, em 2012 e à semelhança de todas as outras instituições que operam no mercado do financiamento ao consumo, foi extraordinariamente difícil e muito afectada por esta envolvente.

Acresce mencionar outro acontecimento nefasto para o BSCP em 2012: a perda da parceria com as marcas do Grupo VAG, na sequência da entrada do Volkswagen Bank no mercado português. Esta saída afectou drasticamente o negócio de stock finance, mas afectou também o negócio de financiamento a cliente final. Este impacto foi ainda mais importante se tivermos em conta que as vendas destas marcas tiveram uma performance acima da média do mercado.

Neste contexto o Banco registou, em 2012, um volume de financiamento a cliente final de 213,8 milhões de euros, que significam uma quebra de 36,3% face ao ano anterior. Este resultado reflecte o decréscimo da actividade gerado pelas fortes restrições ao consumo e ao investimento verificadas, nomeadamente, pelo aumento de impostos directos, sobre o rendimento das famílias e das empresas, e indirectos (aumento IVA e Imposto Automóvel). Apesar disso, o Banco encerrou o ano na liderança destacada do mercado de financiamento de viaturas novas a cliente final com 20% de quota acumulada a Dezembro, enquanto, no mercado de financiamento de viaturas usadas e apesar de um decréscimo de 23% no volume financiado (vrs. 17% contração do mercado), foi possível manter a 2ª posição com 11% de quota e apesar da rigorosa política de concessão de crédito em vigor neste segmento.

As vendas a retalho no mercado automóvel – das quais depende uma parte significativa da actividade comercial do Banco – reduziram-se muito significativamente em relação ao ano anterior (- 40,9%), espelhando a fortíssima recessão na economia portuguesa. Não obstante, é de salientar, conforme já referido, a manutenção de uma política de concessão de crédito exigente e rigorosa, que visa equilibrar o perfil de risco e o retorno esperado das operações.

O Banco mantém a estratégia de desenvolvimento da linha de crédito ao consumo por constituir uma oportunidade de angariação de clientes e diversificação do negócio. No entanto, no actual contexto o decréscimo do volume financiado (-17,9%) neste segmento, foi também acompanhado de um decréscimo do número de clientes angariados.

A redução do volume no financiamento ao consumo compara com uma quebra de 33,2% do mercado que resultou em 19% de quota em 2012 e permitiu ao Banco alcançar o 2º lugar neste segmento de negócio. Esta evolução positiva resultou do esforço efectuado na diversificação e consolidação das parcerias nesta área de negócio.

Perante um enquadramento propício ao default, o Banco manteve a estratégia de prevenção na admissão de risco e reforço da capacidade de recuperação. Assim, foi possível manter os níveis de incumprimento em parâmetros bastante inferiores aos do mercado. No negócio auto, o risco manteve-se idêntico a 2011 e, no consumo, foi possível melhorar este indicador. Contudo, em 2012, foi adoptada a expected loss como medida de risco. Este indicador visa prever as perdas associadas a um contrato durante a sua vigência e constituiu uma importante rotura com o prémio de risco que era utilizado em 2011, não permitindo uma comparação directa da evolução deste indicador.

Para sustentar a margem financeira, o Banco optou por uma gestão rigorosa das suas fontes de financiamento. Nesse sentido, a operação de titularização de créditos Silk Finance N°3, iniciada em meados de 2009, tem sido determinante na concretização da política de diversificação das fontes de financiamento da actividade, atestando a qualidade dos créditos subjacentes à operação de titularização. As obrigações emitidas de Classe A que, a 31 de Dezembro de 2012, ascendiam a 483,1 milhões de euros, tem sido utilizadas como colateral nas operações de intervenção de absorção de liquidez junto do BCE.

Na actividade complementar de mediação de seguros foi possível aumentar o volume de comissões, totalizando em dezembro de 2012 mais de 6 milhões de euros (3,6% acima de 2011), ainda assim um valor condicionado pela enorme contração da actividade de crédito a cliente final. Este resultado revalida a aposta no modelo de comercialização de serviços, implementado no contexto da Lei da Mediação, enquanto catalisador da mudança de paradigma na comercialização de seguros, com foco mais centrado na angariação directa e na diversificação de produtos, que, além dos seguros de protecção ao crédito e automóvel,

inclui seguros de acidentes pessoais e seguro Finance GAP (seguros de perdas pecuniárias diversas).

No que diz respeito aos processos de optimização operacional, o rácio de eficiência do Banco situou-se em 42,2%, mantendo os seus excelentes níveis de competitividade e flexibilidade num enquadramento de mercado desfavorável.

O exercício de 2012 encerrou com um resultado líquido consolidado de 7,7 milhões de euros, representando uma redução de 21,6%, em relação aos 9,8 milhões de euros alcançados no ano anterior.

Apesar do enquadramento económico dos últimos anos, o Banco Santander Consumer Portugal, com a capacidade de adaptação habitual, continua apostado em captar negócio em mercados complementares. Neste âmbito, assiste-se a uma forte aposta nos cartões de crédito, uma maior orientação para o mercado auto usados, antes visto como relativamente secundário, e ainda um crescente interesse no mercado das motos. Com este posicionamento pretende-se em 2013 uma evolução sustentada do modelo de negócio.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento Internacional

A recuperação global continua ameaçada pelas fragilidades e tensões na área do euro, o maior bloco económico do mundo e onde, de facto, a estabilidade financeira permanece ameaçada, as perspectivas de crescimento fracas e os riscos de deterioração progressiva da situação social aumentam significativamente.

No entanto, de acordo com o FMI, a economia mundial registou um crescimento de 3,3% em 2012, menos 0,5 bps face ao registado em 2011 (3,8%).

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL		
<u>Taxas de variação em percentagem</u>		
PIB	2011	2012
Economia mundial	3,8	3,3
EUA	1,8	2,2
Japão	-0,7	2,2
Área do euro	1,5	-0,2
Alemanha	3,0	0,9
França	1,7	0,1
Itália	0,4	-2,3
Espanha	0,4	-1,5
Portugal	-1,7	-3,2
Reino Unido	0,9	-0,4
China	9,3	7,8

Fonte: FMI

A economia americana cresceu 2,2% em 2012, acentuando ligeiramente a tendência já verificada em 2011. A recuperação não sendo robusta, mantém-se real. Para esse menor fulgor pesaram motivos externos, como a crise da zona do euro ou a alta do preço do petróleo. Mas certamente os entraves mais sérios a um crescimento mais expressivo, continuam no próprio mercado doméstico e nos sucessivos défices estruturais que a

economia continua a acumular e constituem um perigo no horizonte, como nós na Europa bem sabemos. A taxa de desemprego prosseguiu a sua trajectória ligeiramente descendente e recuou para próximo dos 8% (8,3% em 2011). Esta redução é consequência do melhor desempenho económico e constitui um sinal positivo e de esperança para o futuro.

Contudo, o continente asiático continuará a mover a economia mundial. Impulsionado pela China que, embora perdendo fulgor, fecha 2012 com indicadores económicos sólidos e um crescimento de 7,8% do seu PIB. O bom desempenho da economia asiática, no entanto, não está completamente livre de riscos a médio prazo. A questão do modelo de desenvolvimento pela via dos salários baixos, não será sustentável a prazo e tenderá rapidamente a esgotar-se, à medida que uma nova e pujante classe média cresce e aumenta os seus níveis e expectativas de consumo, baseado sobretudo em produtos importados. De acentuar que também o PIB do Japão cresceu e atingiu 2,2% em 2012, muito positivo face ao decréscimo de 0,7% no ano anterior. Este factor é extremamente importante numa economia que se encontrava estagnada há muitos anos e que era também um dos motores da economia mundial.

A Europa, por seu lado, mergulhou na recessão económica, em consequência da crise das dívidas soberanas e das medidas contraccionistas impostas aos países sob assistência, nomeadamente os do Sul da Europa, medidas essas que acabaram mesmo por afectar a Alemanha. A estes factos, acresce a manutenção de défices orçamentais, de dívidas públicas mais elevadas (à medida que o PIB se contrai), resultando na redução das perspectivas de crescimento e na manutenção de tensões nos mercados financeiros, o que acaba por condicionar todos os países da União Europeia.

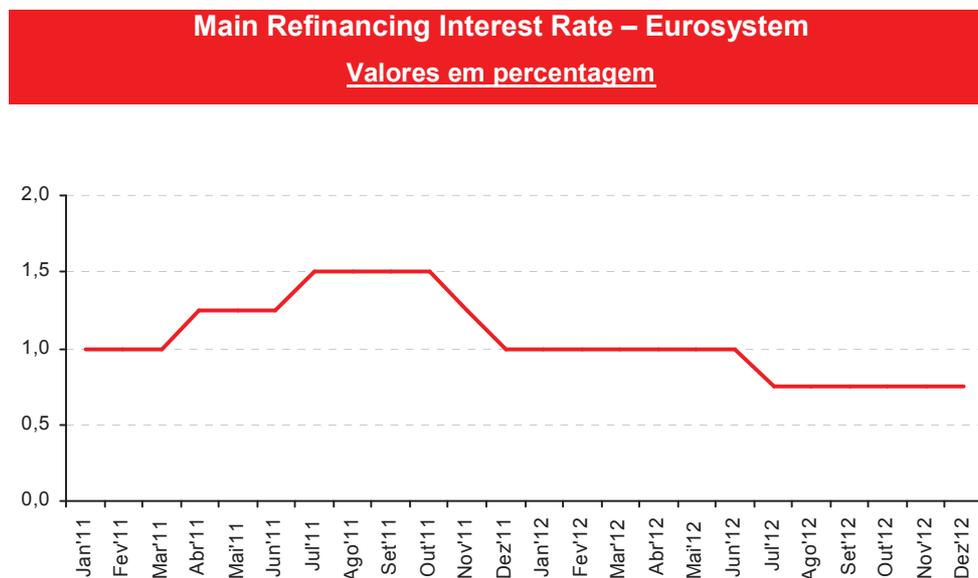
Como corolário de toda esta situação, o PIB da Área do Euro caiu 0,2% em 2012, que compara negativamente com o crescimento de 1,5% verificado em 2011.

A economia alemã conseguiu ainda crescer 0,9% em 2012, já bastante longe do crescimento de 3% verificado em 2011.

A Espanha, com a maior taxa de desemprego (25%) da União Europeia e uma forte retracção interna, viu o seu PIB cair 1,5% em 2012 e mantém perspectivas bastante preocupantes para o futuro de curto prazo.

O desafio imediato continua a ser restaurar a confiança na zona euro e por fim à crise (que de financeira passou a económica) na área do euro, apoiando o crescimento e a reindustrialização da Europa, prosseguindo o ajustamento indispensável nos países do sul,

a desalavancagem necessária na banca e proporcionando maior liquidez às empresas. Nas economias avançadas, as exigências políticas são fundamentais para enfrentar e corrigir os desequilíbrios orçamentais, reformular os sistemas financeiros de forma a sustentar a recuperação económica.



Fonte: Banco central Europeu

A situação actual continua marcada por uma elevada incerteza e por riscos significativos para a estabilidade financeira. Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) continua a actuar nos mercados financeiros, através da aquisição de títulos de dívida no âmbito do *Securities Market Programme*, de forma a conter o agravamento das perturbações na área do euro. Contudo a intensificação das tensões exigiu medidas adicionais.

Em Dezembro de 2011, face às graves tensões que ameaçavam o funcionamento do mercado monetário e o fluxo de crédito bancário a empresas e particulares, o BCE conduziu duas operações de refinanciamento de prazo alargado a 36 meses, evitando desta forma uma "séria" crise de liquidez na banca da zona euro.

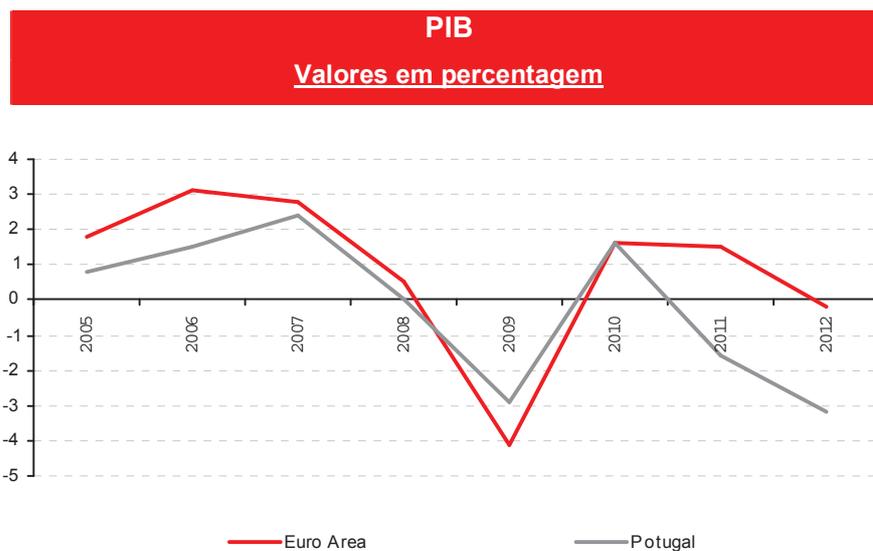
O BCE decidiu ainda aumentar a disponibilidade de activos de garantia elegíveis, reduzindo o limite de notação para alguns instrumentos de dívida titularizados (asset-backed securities – ABS) e permitindo, como solução temporária, aos bancos centrais nacionais aceitarem, como garantia, direitos de crédito adicionais (empréstimos bancários) que cumpram critérios de elegibilidade específicos.

Em Julho de 2012, o BCE reduziu a taxa de juro de referência da zona euro para 0,75%. Uma decisão muito aguardada e que representa um mínimo histórico. Ao reduzir a taxa de juro, o BCE pretendeu abrir a torneira do crédito e, assim, reactivar a economia da zona euro, afectada pela crise da dívida e pela recessão em vários países membros.

No final de Setembro, o BCE anunciou um programa de compra de dívida soberana "sem limites", embora esclarecendo que este mecanismo só irá permitir (no futuro) comprar dívida pública de países resgatados, após o seu normal regresso aos mercados financeiros.

Economia Portuguesa

O PIB em Portugal contraiu 3,2% em 2012 e aprofundou a recessão que já vinha de trás, nomeadamente de 2011, onde a queda havia sido de 1,7%. O detalhe do PIB mostra uma queda muito significativa da procura interna, tanto em Portugal como na zona euro.



Fonte: Eurostat

Se, por um lado, a manutenção da queda do consumo das famílias parece querer arrastar a economia para uma espiral recessiva, por outro, continua também a fazer cair as importações (6,9%). Ou seja, os portugueses estão a consumir menos produtos importados, o que contribui decisivamente para o equilíbrio da balança comercial que, pela primeira vez, em várias décadas, poderá vir a ser superavitária.

A Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja o investimento, registou uma redução de 14,5% acentuando a tendência de contracção que já vinha de anos anteriores e que constitui um dos maiores problemas da economia portuguesa. Sem investimento privado não há crescimento económico e sem ele é impossível afrontar o desemprego a curto e médio prazo.

Quanto às exportações, embora em desaceleração fruto da queda da procura externa, registaram ainda um crescimento positivo de 3,3%, que acabou por impedir uma queda maior do PIB. O comportamento das exportações reflecte um redireccionamento dos produtores de bens transaccionáveis para o mercado externo, aliado a uma maior diversificação geográfica, traduzida num aumento do peso dos mercados extracomunitários.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

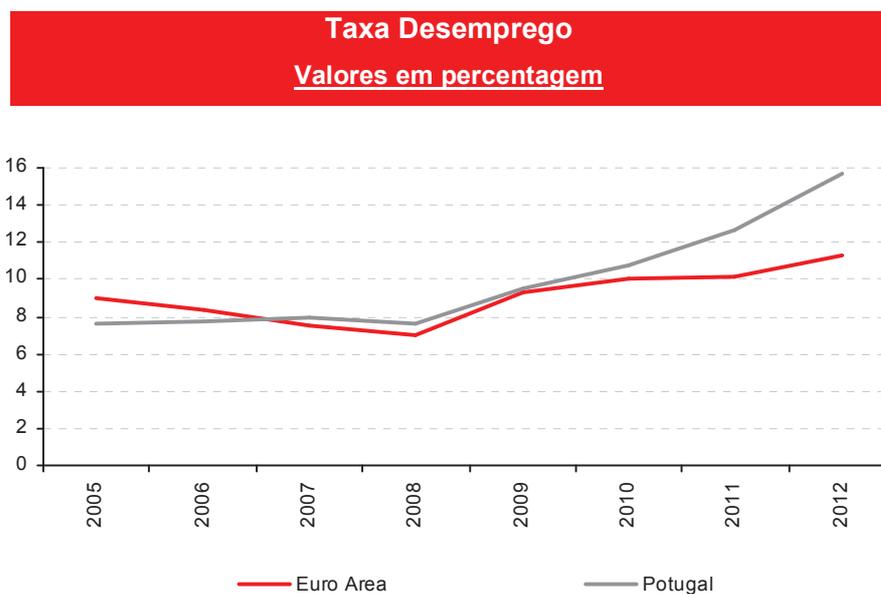
Taxas de variação em percentagem

	2010	2011	2012
PIB	1,4	-1,7	-3,2
Consumo Privado	2,3	-4,0	-5,6
Consumo Público	1,3	-3,8	-4,4
FBCF	-4,9	-11,3	-14,5
Exportações	8,8	7,5	3,3
Importações	5,1	-5,3	-6,9
Procura Interna	0,7	-5,7	-6,8
Procura Externa	9,3	3,9	-0,2
 Contributo para a variação do PIB (p.p.)			
Procura Interna	0,5	-6,2	-7,0
Exportações Líquidas	0,7	4,6	3,9
 IHPC	1,4	3,6	2,8
 Taxa Desemprego (% da população activa)	10,8	12,7	15,7
Desemprego longa duração (% desemprego total)	54,6	49,8	55,6
 Saldo Orçamental (% PIB)	-7,3	-4,2	-5,0%
Dívida Pública (% PIB)	93,5	108,0	123,0

Fontes: INE e Banco de Portugal

Os últimos dados sobre o desemprego em Portugal são altamente preocupantes. Como nunca o foram antes. A taxa de desemprego ultrapassou todas as projecções, nomeadamente as do quadro do ajustamento em curso, tendo atingido os 15,7%, o valor mais elevado desde que há registo desta taxa em Portugal. Ou seja, são mais de 900 mil os portugueses que se encontram à procura de emprego. Neste quadro negro, os dados do desemprego jovem são particularmente avassaladores.

As condições no mercado de trabalho deterioraram-se em 2012, repercutindo-se numa redução do emprego sensivelmente idêntica à verificada no ano anterior.



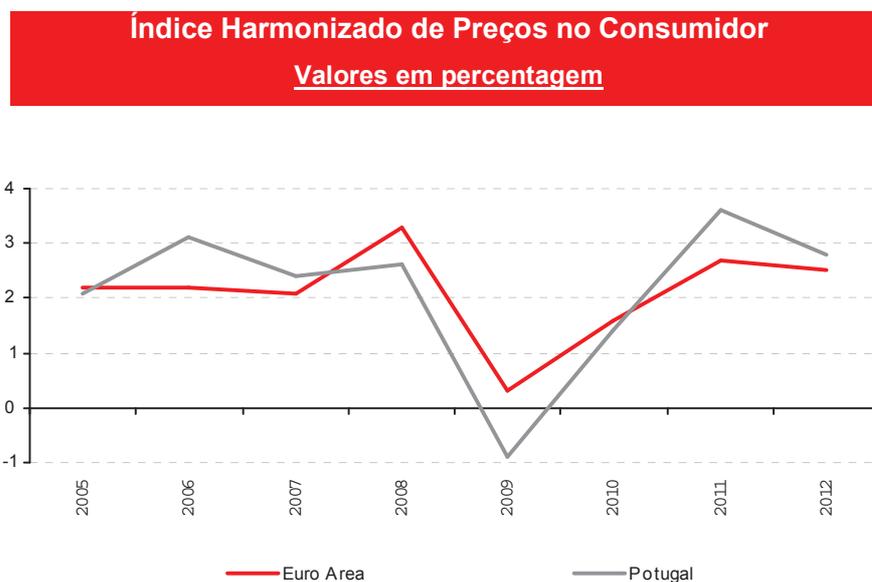
Fonte: Eurostat

De acordo com dados divulgados pelo Banco de Portugal, os custos unitários do trabalho continuam a evoluir positivamente, sendo que a sua redução deverá favorecer a produtividade e consequentemente a competitividade das exportações de bens transaccionáveis, única maneira de o fazer quando não é possível actuar pela via da desvalorização cambial.

As famílias portuguesas estão a disciplinar as suas despesas para conseguirem manter o nível de poupança alcançado em 2011, apesar da redução do rendimento disponível, reflexo do desemprego em máximos históricos, da diminuição de salários e do aumento da carga

fiscal. O ajustamento no orçamento é tão significativo que particulares e empresas estão a poupar mais do que a investir, pela primeira vez desde a introdução do euro.

A taxa de inflação em Portugal situou-se nos 2,8%. O indicador que mede a evolução dos preços mantém-se muito condicionado pelo quadro vigente das medidas do ajustamento e naturalmente pelas consequências económicas que dele resultam, tendência que deverá manter-se no futuro de curto e médio prazo. Não obstante, dado que não é expectável que esta subida se transmita aos salários, o cenário de deflação poderá ser uma realidade na economia portuguesa.



Fonte: Banco de Portugal

A desejada redução no défice orçamental de Portugal em 2012 acabou por ficar aquém das expectativas. De facto, a meta orçamental (revista) apenas foi atingida através da receita extraordinária alcançada com a privatização da ANA, mesmo no final do ano 2012, o que implica que o ajustamento real tenha sido, de facto, muito inferior ao esperado.

Segundo números do Banco de Portugal, o défice orçamental em 2012 cifrou-se nos 5,0% do Produto Interno Bruto (PIB), acima dos 4,5% inicialmente previstos e em linha com a meta estabelecida após a 6ª avaliação da troika. No entanto, sem a receita desta privatização, o défice em contas nacionais de 2012 teria ficado próximo dos 6,4% do PIB.

No que diz respeito à dívida pública, o INE dá conta que esta terá atingido os 123% do PIB, ou seja, já próximo dos 200 mil milhões de euros, face a um Produto Interno Bruto de sensivelmente 166 mil milhões de euros.

O sistema bancário prosseguiu a desalavancagem necessária, encontrando-se ainda muito dependente do financiamento no âmbito do programa de assistência a Portugal. Num contexto ainda das crises de dívida soberana, na área do euro, as condições de financiamento dos bancos estabilizaram em 2012, embora ainda com recurso ao financiamento junto do Eurosistema, mas com os seus processos de recapitalização praticamente concluídos, criando as condições para que, a curto prazo, os bancos possam voltar aos mercados com total normalidade.

No entanto, o sistema bancário enfrenta ainda um conjunto de desafios significativos, nomeadamente os relacionados com o financiamento da actividade produtiva e o incremento da sinistralidade do crédito concedido, quer às famílias quer às empresas.

A economia portuguesa deverá manter-se numa rota de ajustamento prolongado dos seus desequilíbrios estruturais, o que inclui uma trajectória ambiciosa de consolidação orçamental, a par da gradual desalavancagem face aos elevados níveis de endividamento dos diferentes sectores da economia. Este ajustamento continuará a implicar um risco adicional de crédito e de mercado, embora com menor pressão sobre os rácios de capital dos bancos.

O MODELO DE NEGÓCIO

O negócio do Banco Santander Consumer Portugal consiste no financiamento ao consumo através de produtos de crédito colocados à disposição de parceiros nos mercados automóvel e de grande consumo. O Banco está presente no mercado de financiamento de viaturas novas, viaturas usadas, financiamento ao consumo (não auto) e mercado de financiamento de Cartões de Crédito (mercado não dinamizado).

O Negócio 'core' do Banco é o financiamento no ramo automóvel, a experiência acumulada com um vasto conhecimento do negócio tem permitido contribuir para a satisfação de necessidades muito específicas de cada um dos parceiros, personalizando a solução. Este facto tem constituído uma vantagem competitiva face à nossa concorrência. O facto de termos deixado de ser a financeira das marcas VW, Audi, Skoda e Seat por motivos institucionais, fez com que aproveitássemos todo o nosso know-how para firmarmos acordos com grandes grupos. Este acordos, abarcam toda a gama de produtos do Banco dirigindo-se a targets distintos desde o importador/ distribuidor, à concessão e por fim ao cliente final.

Este último ano de 2012 muitos factores contribuíram para uma alteração do modelo de negócio do Banco. Enquanto que o negócio do financiamento de novos era o 'core' da instituição, hoje o mix está em alteração. Este facto deve-se à grande quebra do negócio do financiamento de novos em Portugal. Em matrículas vendidas a quebra foi de 40,9%. O mercado passou de 188.367 matrículas em 2011 para 111.299 matrículas em 2012. A crescer a este facto as matrículas financiadas do negócio de viaturas novas vendidas foi de 27% em Capital, representando o negócio de particulares 11% e as empresas 16%. Se analisarmos em nº de contratos, constatamos que as estatísticas de vendas através de financiamento especializado no ponto de venda em 2012, face a 2011, registaram uma diminuição de cerca de 3 p.p. atingindo cerca de 27,8% (share igual a 2010). A grande diferença face a 2012 é a quebra do negócio de particulares que cai de 18,4% em 2010 para 17,4% em 2011 e 15,65% em 2012. Note-se que o target privilegiado do Banco Santander Consumer Portugal são os particulares.

Outro factor a destacar, no negócio de Financiamento de novos, é o facto do new business em 2011 provir 46% de marcas cativas com acordo com o Banco e em 2012 apenas 18% do negócio vem desta origem.

Desta forma, quer o negócio de não franchisados quer o negócio de franchisados provenientes de grandes grupos ocuparam em 2012 um lugar de destaque na nossa estratégia comercial. A angariação de novas contas é também um dos grandes objectivos da área comercial, contribuindo o resultado para a remuneração variável da equipa comercial.

O Negócio de financiamento de viaturas novas continua a ser o negócio principal do Banco representando 48% do new business de 2012 (em 2011, representava 59%). O negócio de financiamento de viaturas usadas representou em 2012, 35% do volume de novo negócio. O crédito ao grande consumo (não auto) englobando o negócio de cartões representou 17%.

É de relevar o facto de no mercado de financiamento especializado (ASFAC), o financiamento global quebrou 24% face a 2011, e no Banco Santander Consumer a quebra foi de 37%. Este facto deve-se essencialmente a dois motivos. O primeiro, o facto da quebra de negócio de novos ter sido superior à quebra de mercado (-49% BSCP e -47% Mercado). O segundo motivo deriva de não termos em portfólio o negócio de Cartões dinamizado. Este negócio já representa em Portugal cerca de 29% (vs 22% em 2011) de financiamento ASFAC, significativamente mais que o negócio do financiamento de novos que passou de 33% de mercado em 2011 para 23% em 2012.

Relativamente aos outros mercados obtivemos um resultado satisfatório. O negócio de financiamento de viaturas usadas situa-se maioritariamente até 5 anos de antiguidade da mesma ao passo que 67% do mercado de viaturas usadas se situa entre os 6 -15 anos de antiguidade das viaturas. No entanto, subimos ligeiramente a nossa quota de mercado para 11,39% vs 11,27% em 2012 com um negócio em quebra no mercado de 19,41%.

No mercado do grande consumo podemos afirmar que o resultado obtido é muito satisfatório. Com o mercado de financiamento em quebra de 33% valores ASFAC, o Banco quebrou apenas 18%. Representando este negócio 13% do volume de produção do Banco em 2012.

Em 2012 na área de cliente final, trabalhámos essencialmente a actividade seguradora através da oferta de produtos no ponto de venda ou por telemarketing. Comercializamos seguros relacionados com o contrato de financiamento ou seguros de acidentes pessoais com grande valor acrescentado para o cliente.

2012 foi também um ano marcado por grandes desafios relativamente à equipa comercial. O projecto intitulado de 'Sistemática Comercial' está integrado na vida dos nossos comerciais. Este projecto constitui uma ferramenta de trabalho que visa : análise, planeamento, implementação e

controlo da actividade comercial. Gestão eficaz de carteiras obtendo assim um melhor resultado através da pró-actividade. Pretende-se, dotar a área comercial de um plano de acções estruturado e uniformizado com o objectivo de qualificar o routing comercial e garantir maior eficácia na prossecução dos objectivos estratégicos do Banco. A dinamização de acções internas dirigidas às equipas com o enfoque em determinados objectivos tem contribuído para acelerarmos o resultado final.

NEGÓCIO AUTOMÓVEL

Como seria expectável o ano de 2012 representou uma continuidade no comportamento e atitude do mercado que já tinha vindo a caracterizar os anos anteriores. Resumidamente, quebra nas vendas, ausências de incentivos, agravamento das medidas de austeridade que se traduziram numa redução de cerca de 40% nas unidades comercializadas.

Apesar de em 2012 se ter dada por terminada a representação de algumas marcas de referência, a fidelidade das principais parcerias de referência, as políticas seguidas e a permanente adequação do modelo comercial manteve o Santander Consumer Finance na liderança do mercado de financiamento de viaturas novas e assegurou a terceira posição no segmento de viaturas usadas.

Oferta de Produto

Manutenção do cenário verificado nos anos anteriores, ou seja, disponibilização de uma oferta integrada e multifacetada que se traduz na mais completa e abrangente matriz de produtos financeiros no mercado automóvel, com soluções para todos os intervenientes do ciclo vida de um automóvel, ou seja, desde o importador até ao consumidor final.

A flexibilidade também é uma característica da matriz permitindo a customização da oferta às necessidades específicas de cada um dos nossos Parceiros de negócio ou a uma oportunidade detectada no próprio mercado.

De referir ainda que toda gama de produtos assenta em sistemas aplicativos certificados que garantem o respectivo controlo e integridade qualquer momento.

Portfolio actual:

- ❑ Importadores:
 - Apoio à Tesouraria no âmbito do produto de Factoring;
 - Crédito stock viaturas novas e usadas;
 - Campanhas de financiamento.

- ❑ Rede de distribuição;
 - Crédito stock de viaturas novas e usadas;
 - Campanhas de financiamento;
 - Produtos de apoio à tesouraria;
 - Viaturas de demonstração e de serviço.

- ❑ Clientes de financiamento (utilizadores do automóvel):
 - Aluguer de Longa Duração;
 - Locação Financeira;
 - Crédito Tradicional (taxas variáveis, fixas e mistas);
 - Crédito Prestações Constantes (taxa variável);
 - Crédito Intersolução;
 - Seguro de protecção ao crédito;
 - Seguro automóvel;
 - Seguro “GAP”

Canais e Redes de Distribuição

O mercado automóvel pode ser segmentado de acordo com as características das viaturas, como por exemplo a marca, a gama ou o estado, o que implica a que quem trabalhe neste mercado disponha de uma presença fortemente personalizada tanto na oferta de produtos específicos como na proximidade comercial.

O modelo de gestão do banco baseia-se na proximidade e nas excelentes relações comerciais o que permite que exista uma maior ligação, eficiência e rentabilização das acções disponibilizadas pelas equipas comerciais.

- ❑ Rede Franchisados:

- Marcas: Mitsubishi, Kia, Isuzu, Mazda, Opel e Chevrolet, para além de acordos de parceria com grupos de relevo no negócio automóvel (Grupo Salvador Caetano, Grupo Entrepasto, Grupo Soauto, Grupo M Coutinho, Grupo Santogal, Grupo Evicar, Grupo MS Car, Grupo JAP entre outros);
 - Marcas: Volkswagen, Audi, Skoda e SEAT até meio do ano de 2012;
 - Grupos e Concessionários cuja facturação seja maioritariamente de viaturas novas
- Rede Não Franchisados:
 - Concessionários e Stands cuja facturação seja maioritariamente de viaturas usadas.
- Sucursais:
 - Funcionam como apoio à actividade das equipas comerciais que acompanham os prescritores da zona geográfica em que se situam.

MERCADOS AUTOMÓVEL E DE FINANCIAMENTO

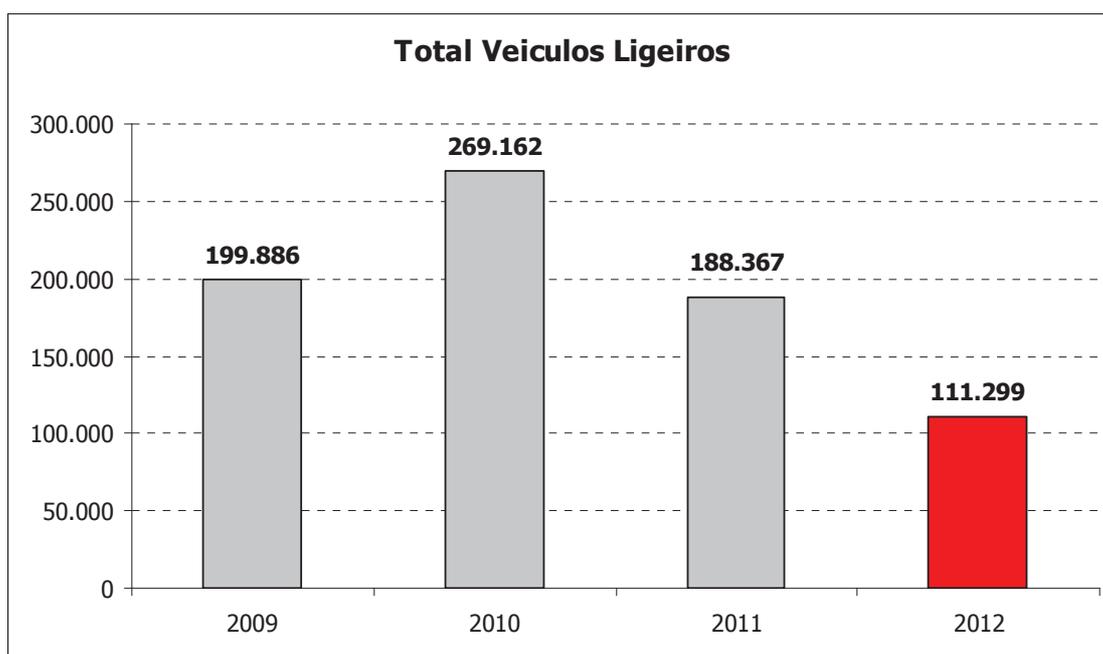
Segundo informação disponibilizada pela ACAP, o ano de 2012 revelou-se como um ano negativo na venda de viaturas novas, no seguimento do que já tinha acontecido em 2011.

A quebra verificada situou-se nos -41% face ao ano de 2011. Já em relação a 2010, a quebra verificada foi de -59%.

Em 2012 foram vendidas 111.299 unidades de viaturas novas ligeiras, principal target de actuação do banco. Destas unidades, 95.290 dizem respeito a ligeiros de passageiros e 16.009 a comerciais ligeiros.

Após Portugal ter solicitado o Programa de Apoio Externo, os impactos inerentes na conjuntura socioeconómica vieram alterar de forma radical as prioridades das famílias na aquisição de bens.

Um dos mercados que mais sofreu com esta nova realidade foi o mercado automóvel, bem patente nos números anteriormente indicados. Tanto a diminuição do rendimento disponível das famílias como a limitação do acesso ao crédito por parte de particulares e empresas podem ser apontadas como as principais causas da quebra verificada na venda de automóveis.

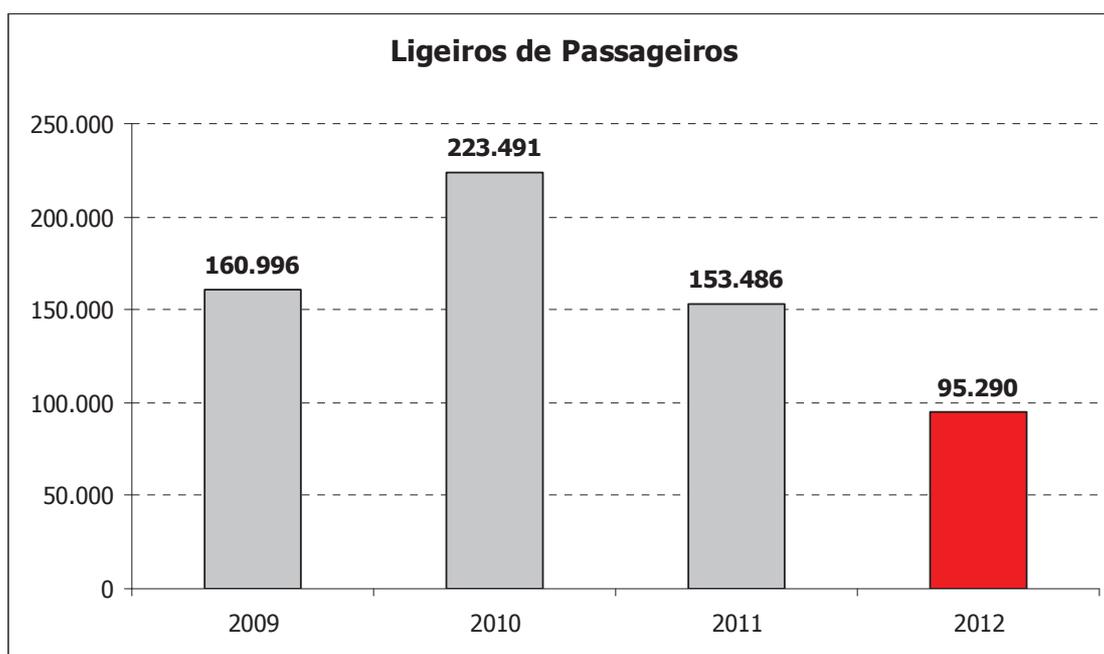


Por segmento, verificaram-se os seguintes comportamentos:

Ligeiros Passageiros: O segmento de Ligeiros de Passageiros, que inclui os veículos todo-o-terreno, registou uma quebra de 37,9% com 95.290 unidades vendidas em 2012 (compara com 153.486 unidades vendidas em 2011).

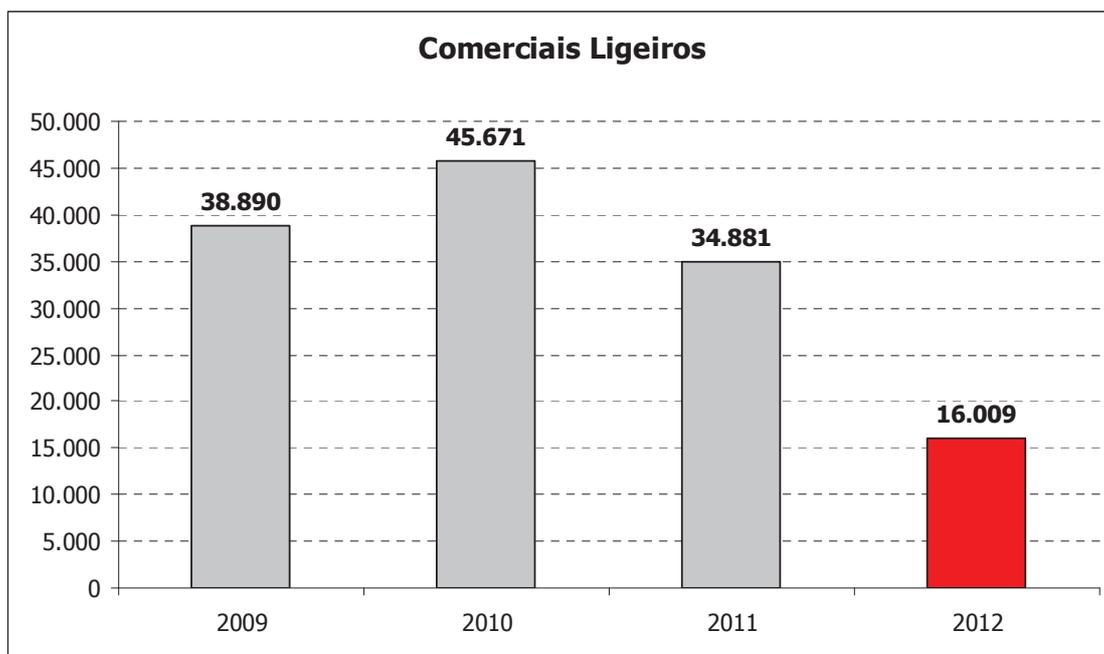
Este segmento foi claramente o mais afectado pela quebra no mercado automóvel. As decisões tomadas pelo governo português no que concerne ao fim do apoio de incentivos fiscais ao abate e ao aumento dos impostos sobre o rendimento tanto no sector privado como no público foram as principais razões para a quebra verificada.

Em 2012 foram vendidas menos 77 068 viaturas ligeiras de passageiros do que em 2011.



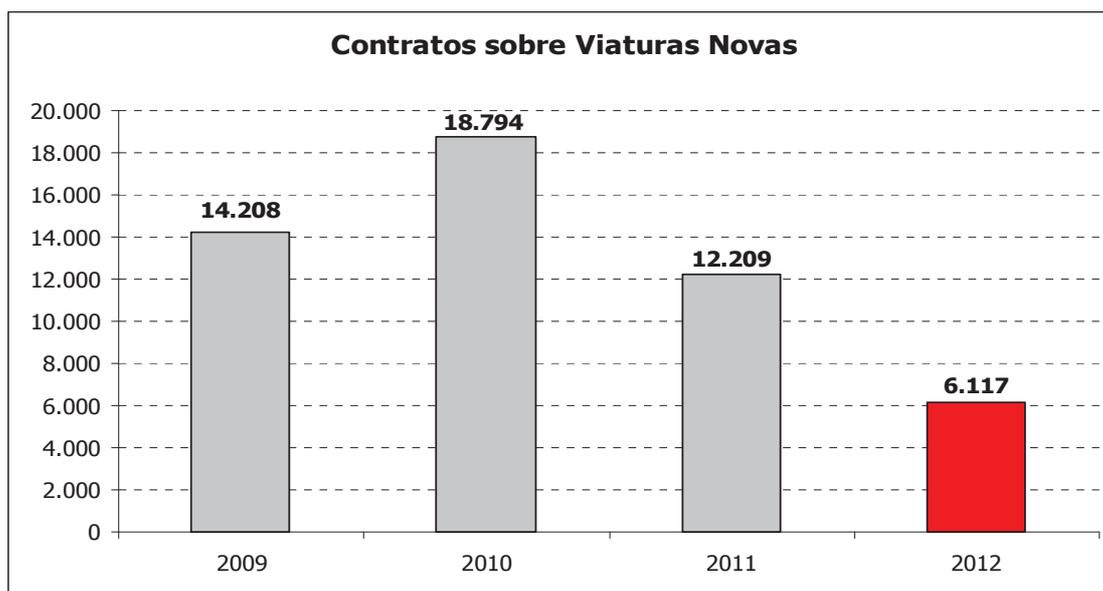
Comerciais Ligeiros: A quebra verificada neste segmento situa-se na ordem dos -54% relativamente a 2011.

A maior dificuldade de acesso ao crédito, a maior aversão a investimentos no parque automóvel e o maior controlo de risco por parte das instituições financeiras são os principais motivos que ajudam a compreender a quebra verificada neste segmento tendo em conta que os principais clientes são Empresas.



Em 2012 foram realizados 6.117 contratos de viaturas novas, -49,9% do que em 2011, muito em paralelo com os resultados verificados nas 6 Marcas protocoladas, -45,8%. Fruto da complicada conjuntura económica, a gestão do banco assentou em dois pilares fundamentais: Um perfil de admissão de risco prudente e na assertividade comercial tanto no acompanhamento das actuais Parcerias como na prospecção criteriosa de novas oportunidades de negócio.

Mais uma vez, a existência de um mercado automóvel cada vez mais reduzido em número de vendas e a proliferação de vendas a Cliente Rent-a-Car e a Gestoras de Frotas reduz o raio de acção do banco.



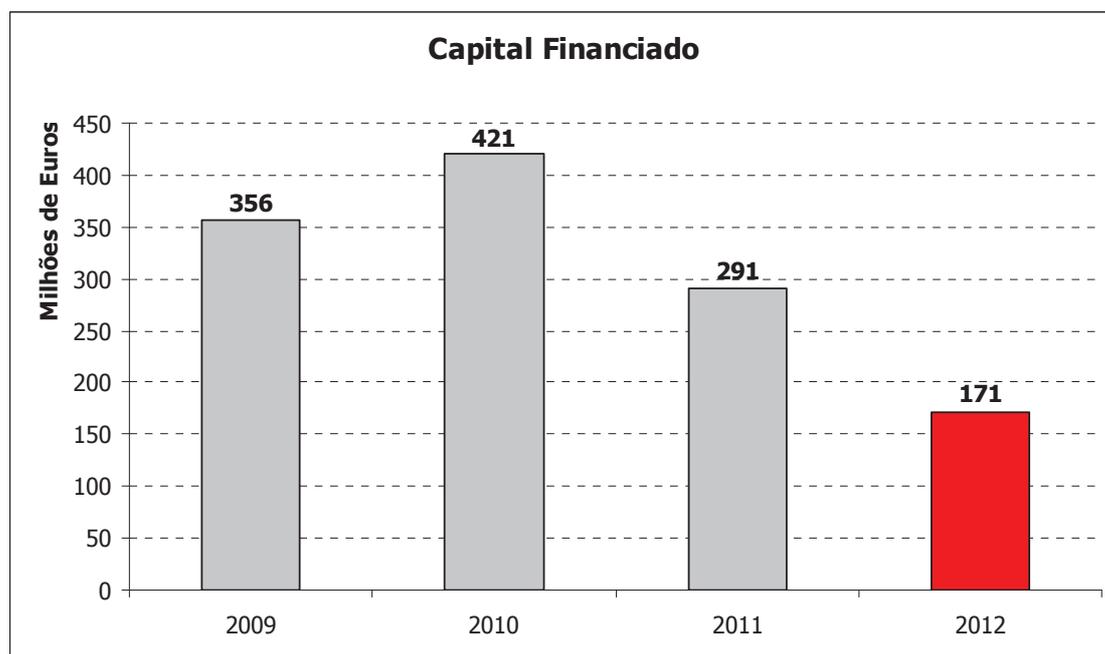
Financiamento à Aquisição de Veículos Automóveis

Durante o ano de 2012 os portugueses viram o seu rendimento diminuir fruto das políticas de austeridade, maioritariamente assentes no aumento dos impostos. Todas as previsões feitas pelo governo português acabaram por se revelar demasiado optimistas.

O sentimento de insegurança e incerteza que paira sobre o comportamento do consumidor final é bastante perceptível no mercado automóvel já desde o ano de 2011.

Em termos de capital financiado, o banco apresentou um volume de 171M€ e uma variação negativa de 41% em relação a 2011, muito em linha com a quebra verificada pelo mercado.

Valores em milhões de euros



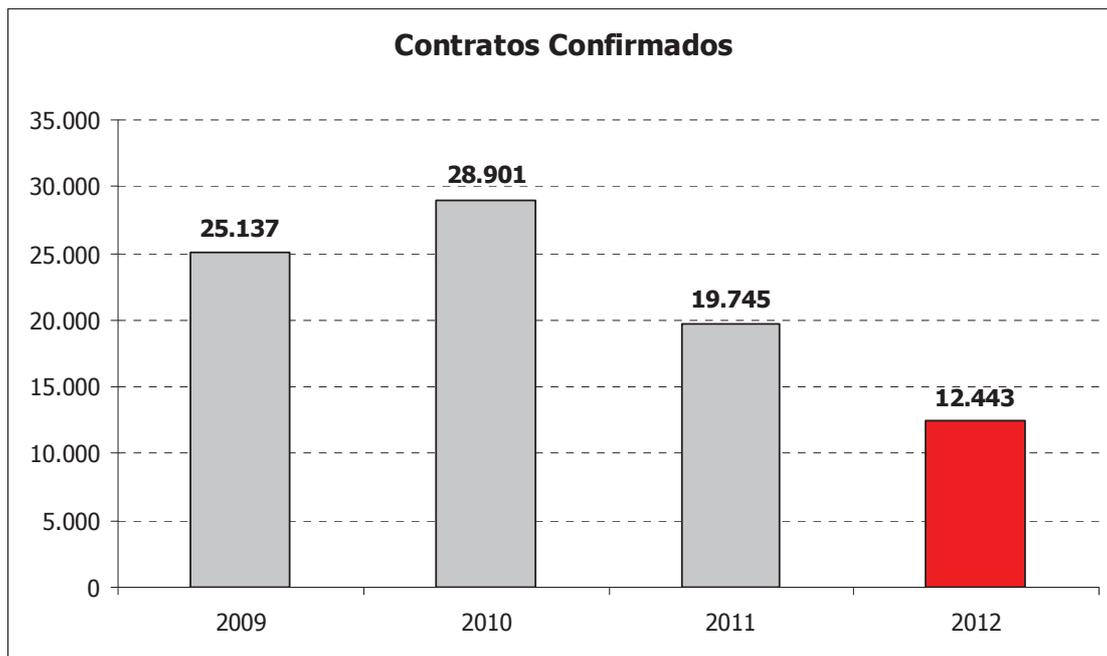
Viaturas novas:

Segundo a ASFAC, a quebra do mercado de financiamento de viaturas novas situou-se nos 47% e a quebra do Santander Consumer Finance nos 49%. Tal como já foi referenciado anteriormente, a performance bastante penalizadora das Marcas que o banco representa e o maior rigor na política de risco, ajudam a explicar a diferença nas quebras do banco e do mercado.

Quebra de 49% no volume de capital financiado comparada com uma descida neste mercado de 47% (dados ASFAC). A diferença entre o valor apresentado pelo Banco e o do mercado explica-se essencialmente pelos resultados muito penalizadores de algumas das Marcas que o Banco representa e também por uma política de risco de grande rigor.

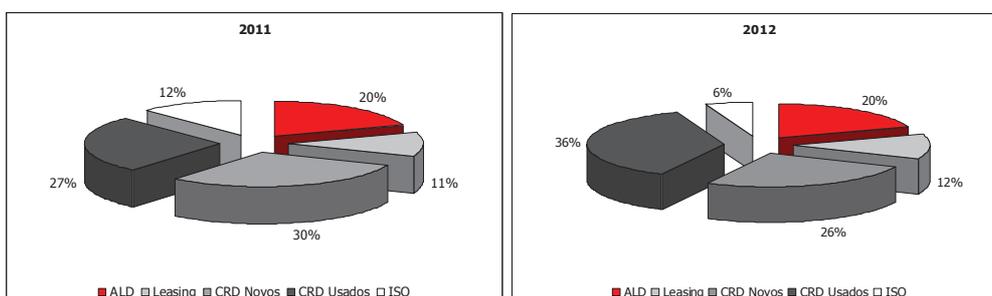
Viaturas usadas: Neste segmento a quebra verificada pelo banco é ligeiramente inferior à do mercado de financiamento. A variação 2011 para 2012 do banco situou-se nos 18,5% enquanto a do mercado foi de 19,4%.

Relativamente ao número de contratos totais realizados em 2012 constata-se uma quebra de 37%, menos 7.302 contratos.



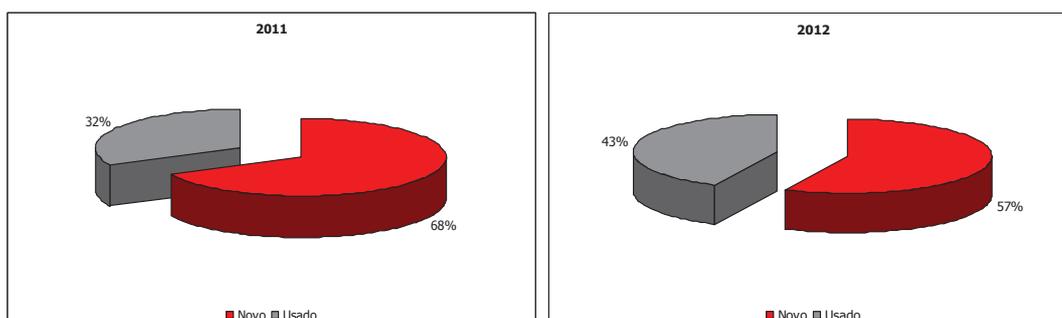
Mix de Produtos

Tal como já tinha sido observado de 2010 para 2011, o principal destaque na tipologia de negócio encontra-se no crédito realizado a viaturas usadas. De 27% em 2011, passa para um peso de 36% em 2012 no total do negócio do banco. Esta alteração decorre de duas situações que em conjunto potenciaram o peso do negócio de usados no banco: A diminuição de vendas verificada no mercado de viaturas novas e a deslocação de clientes de viaturas novas para viaturas usadas.



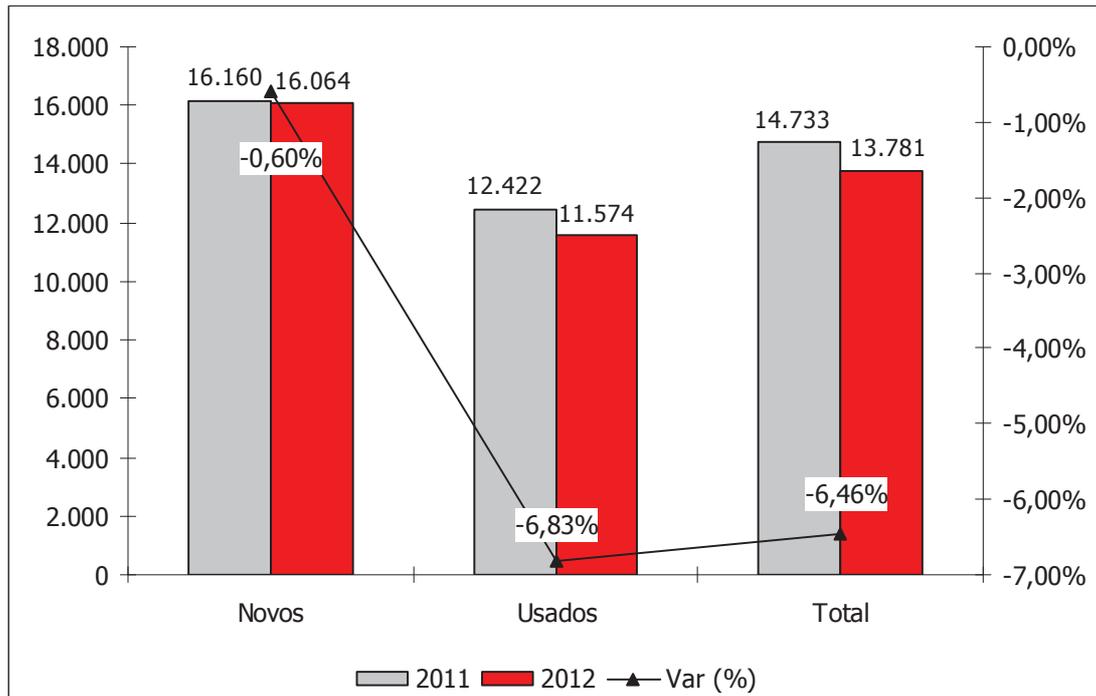
Estado do Bem

Em linha com o descrito anteriormente onde se observa um ganho de 11% no financiamento de viaturas usadas.



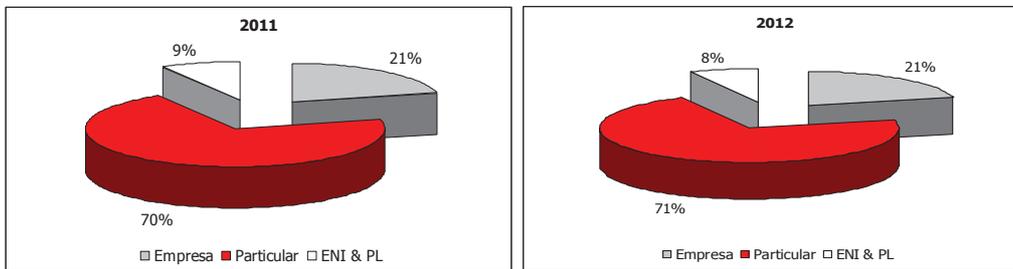
Capital Financiado Médio

Ao contrário do que vinha a ser verificado nos anos anteriores, o capital financiado médio desceu 6,5% de 2011 para 2012. Para fazer face à conjuntura económica nacional, as Marcas presentes no mercado automóvel optaram por políticas de descontos agressivos o que não permitiu a subida do valor médio no segmento de viaturas novas. Já no segmento de viaturas usadas, o seu maior peso em 2012 justifica a diminuição do capital financiado médio.



Tipo de Cliente

Face aos resultados de 2011, não existiu praticamente nenhuma alteração na tipologia do cliente.



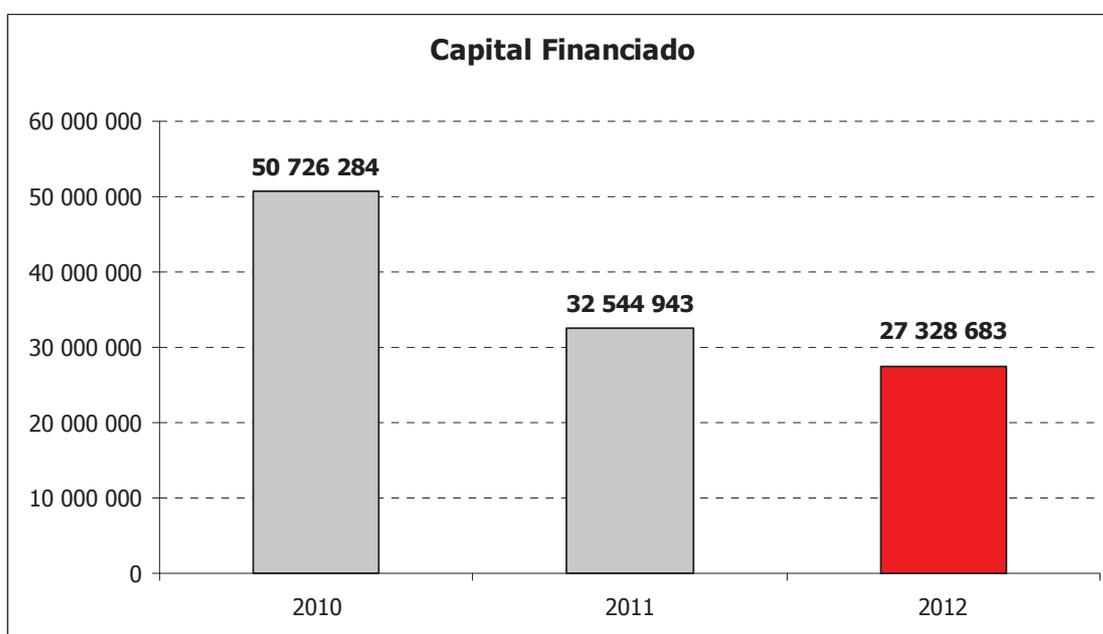
NEGÓCIO E MERCADO CRÉDITO AO CONSUMO

As principais orientações do Banco neste mercado focaram-se no cimentar das parcerias existentes e na angariação de novas parcerias diversificando para segmentos do valor médio de financiamento superior à média do mercado.

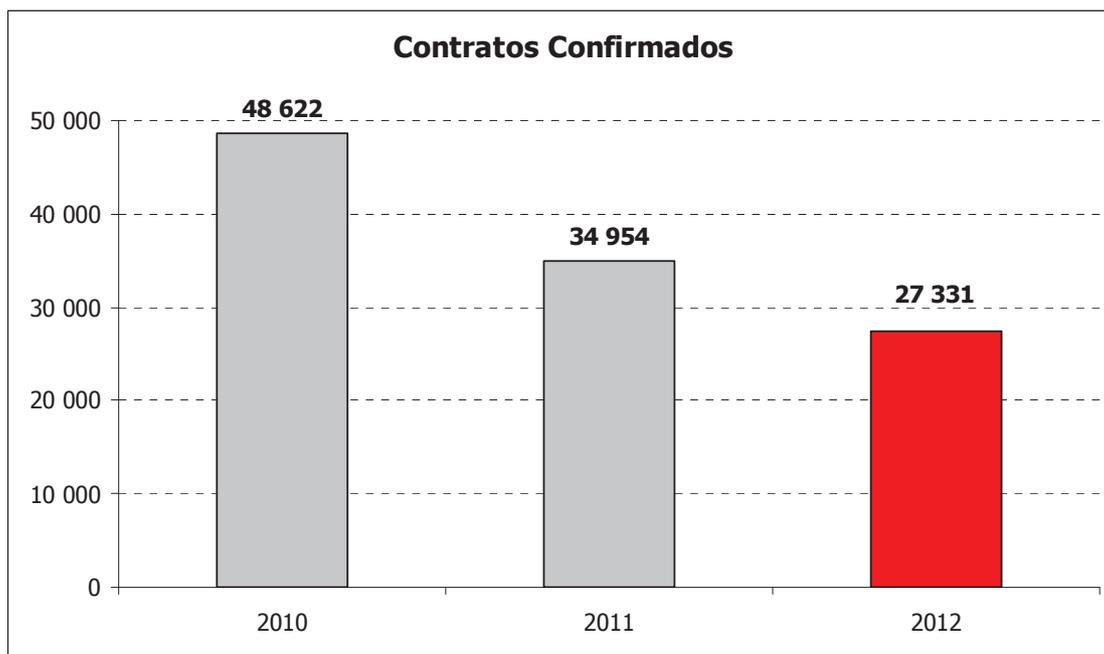
Durante 2012 o negócio de crédito ao consumo manteve a sua estrutura de produto no que diz respeito à distribuição de produtos financeiros, a cliente final, por manutenção de um portfolio de opções diversificado:

- Clientes de financiamento (utilizadores do bem adquirido):
 - Crédito Tradicional com Juros;
 - Crédito Tradicional sem Juros;
 - Crédito Misto (com e sem Juros);
 - Seguros de protecção ao crédito;

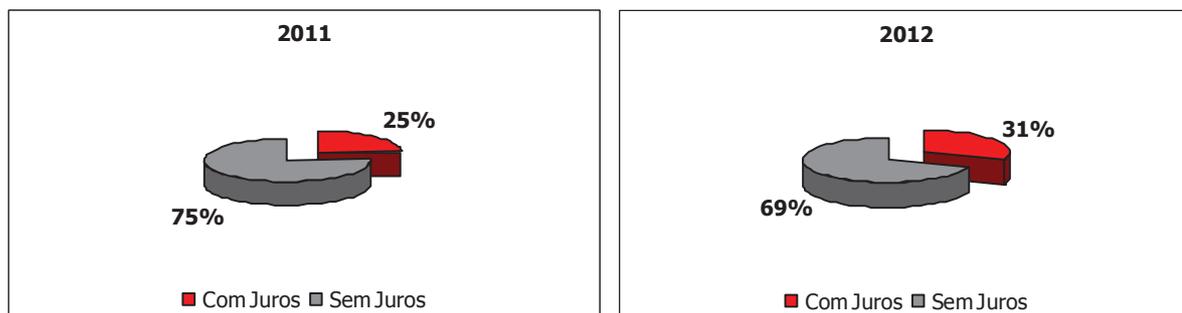
A actividade desenvolvida nesta área de negócio proporcionou uma realização de 27.328 milhares de Euros em 2012 o que representou uma quebra de 16,02% face à realização de 2011.



O número de contratos realizados foi de 27331 em 2012 o que representou uma quebra de 21,80% face à realização de 2011.



O crédito contratado sem juros continua a dominar este negócio com uma descida da sua preponderância de 6% face a 2011.



Os resultados apresentados foram obtidos apesar da contracção do mercado de crédito ao consumo em 33,20% face a 2011 (fonte: ASFAC) e da clara desaceleração da presença em

segmentos de financiamento de serviços por parte do Banco, que contribuirão para uma melhoria na qualidade do crédito contratado.

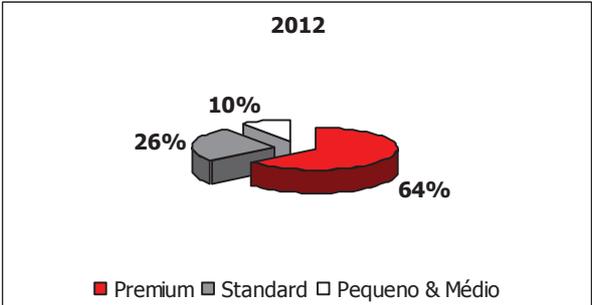
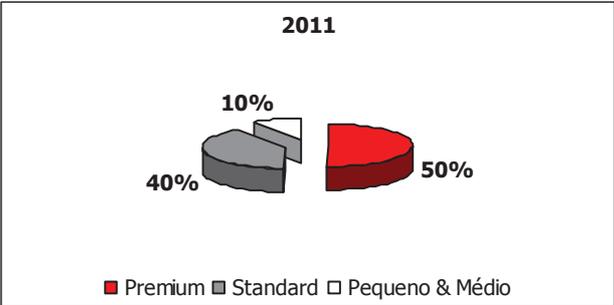
As principais orientações neste mercado focaram-se no cimentar das parcerias existentes e na angariação de novas parcerias devidamente identificadas, diversificando, dessa forma, para segmentos de arcado com valores médio de financiamento superiores à média do Banco.

NEGÓCIO E MERCADO DE CARTÕES DE CRÉDITO

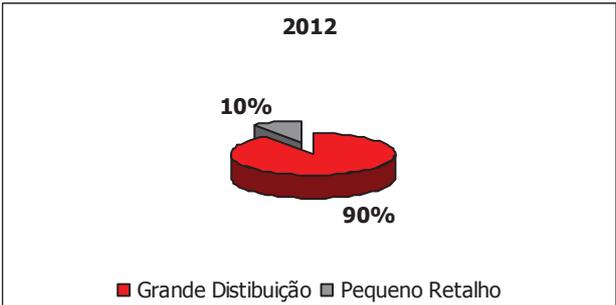
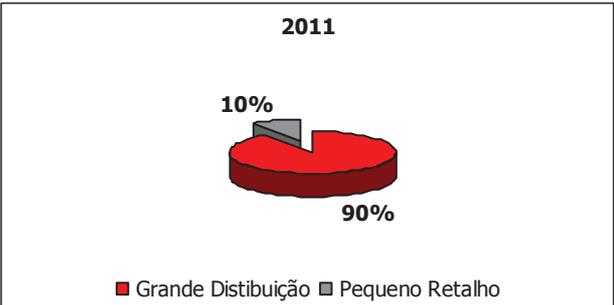
No ano de 2012 a actividade de Cartões de Crédito foi marcada essencialmente pela gestão da carteira existente. O volume de transacções global foi de 11.446 milhares de euros, representando uma quebra de 15,73% face a 2011. Este valor global reparte-se entre Cartões Bancários com uma facturação de 5.190 milhares de euros (-21,7% face a 2011) e Cartões Privativos com uma facturação total de 4.514 milhares de euros (-7,0% face a 2011).

O mercado de Cartões de Crédito, segundo informação prestada pelos associados da ASFAC, registou um incremento, em valor, de 1,12% face a 2011. A quebra registada pelo Santander Consumer em contraposição pelo modesto crescimento do mercado teve por base decisões estratégicas de abrandamento na angariação de novos clientes e também de encerramento de algumas parcerias co-branding, que vinham sendo levadas a cabo desde 2011, tendo em vista a redefinição do produto e das práticas de angariação e captação de novos clientes.

ACTIVIDADE NAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO



Redes de Distribuição Crédito ao Consumo



EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, as instituições financeiras têm de preparar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Em consequência, as contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. aqui apresentadas, foram elaboradas de acordo com as ditas IAS/IFRS, enquanto as suas Demonstrações Financeiras estatutárias foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme estabelecido pelo Banco de Portugal.

Introdução

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encerrou o exercício de 2012 com um resultado líquido consolidado de 7,7 milhões de euros, representando um decréscimo de 21,6% em relação aos 9,8 milhões de euros registados no ano anterior.

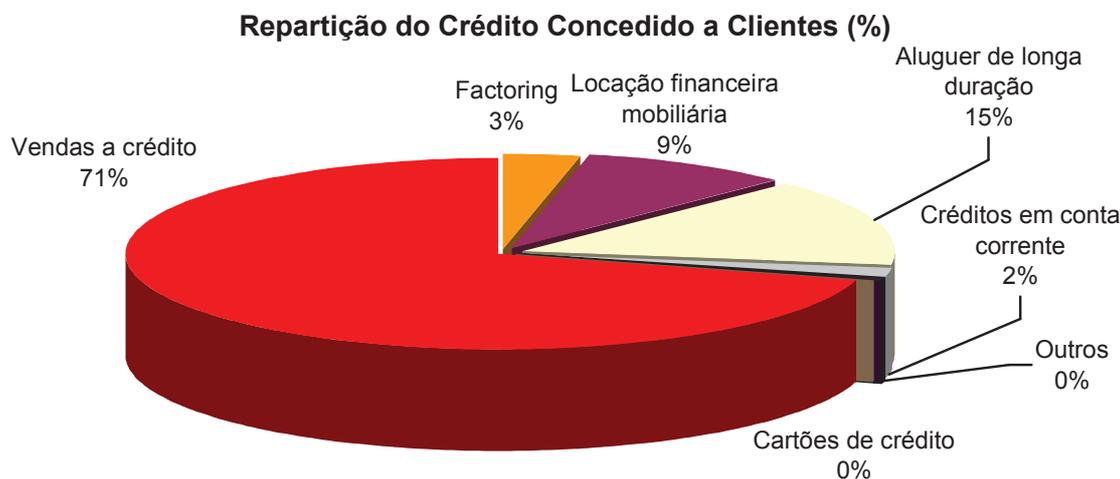
O resultado consolidado antes de impostos cifrou-se em 13,3 milhões de euros, reduzindo o seu valor em 17,5% quando comparado com o valor registado em 2011 de 16,1 milhões de euros.

Desenvolvendo a sua actividade num contexto económico e financeiro desfavorável e exigente, o resultado líquido reflecte as actuais circunstâncias particularmente severas no acesso à liquidez por parte do sistema financeiro nacional e de uma forma geral o quadro depressivo em que se encontra a economia. Não obstante o incremento significativo dos custos de financiamento, resultado da consecutiva redução dos níveis *rating* soberano a que se assistiu em 2012 do modelo de negócio seguido pelo Banco, assente na diversificação dos acordos de financiamento de marcas automóvel e na vinculação dos existentes, bem como na gestão eficiente de custos e riscos, permitiu acomodar de alguma forma os aspectos mais negativos para a actividade desenvolvida, nomeadamente pelo ajustamento sistemático e sustentado das componentes de preço e o controlo de custos. Adicionalmente, e fruto da estratégia anteriormente implementada para os processos de admissão e recuperação de crédito, assente na adequação do perfil de risco na admissão de novos créditos e no aumento da eficácia do

modelo de recuperação de créditos vencidos, resultou num forte abrandamento das necessidades de provisionamento, que se destaca positivamente atentando ao enquadramento adverso em que enquadrou.

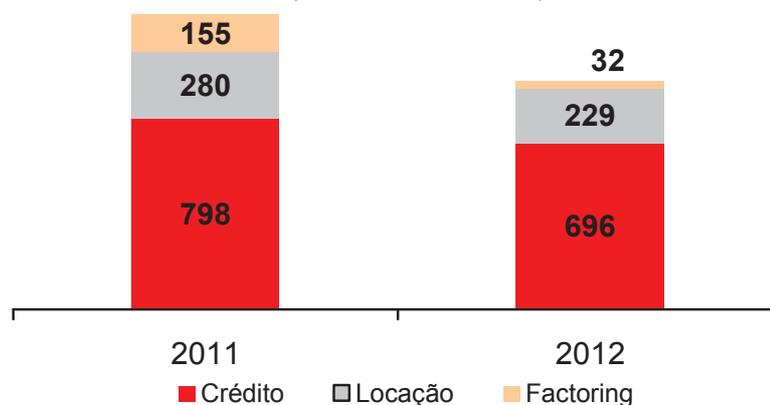
Balanço Consolidado (IAS)

O valor de balanço do crédito consolidado concedido a clientes, no final de 2012, líquido de provisões, ascendia a 994 milhões de euros, o que significou uma redução de 22,13% face ao registado no valor final do ano transacto. Este decréscimo no valor de balanço está directamente relacionado com a redução verificada nos volumes de financiamento, os quais reduziram 36,3% face ao ano transacto, performance condicionada pela forte quebra no retalho. A repartição do crédito consolidado concedido a clientes, líquido de provisões, do Banco Santander Consumer Portugal, no final do exercício de 2012 era a seguinte:



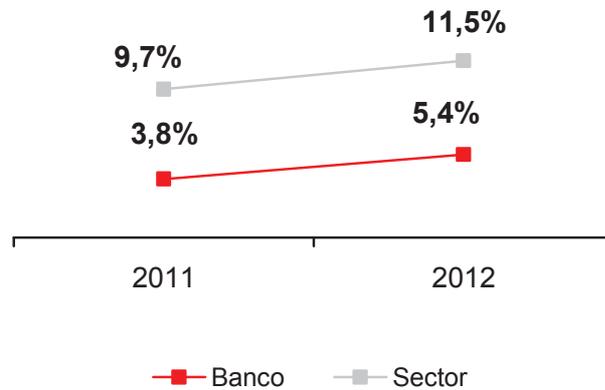
Na estrutura de composição do crédito concedido, a componente de financiamento a cliente final, representa o core business do Banco Santander Consumer Portugal. No que se refere ao financiamento de stock a concessionários automóveis, o saldo da componente de Factoring totalizou 31 milhões de euros em 2012. O decréscimo face ao ano transacto resulta da descontinuação da parceria existente entre o Banco e a rede de concessionários das marcas Volkswagen, Audi, Seat e Skoda, tendo deixado este de ser a entidade financeira preferencial no financiamento a retalho de viaturas destas marcas.

Evolução do Crédito Vincendo (milhões de euros)



O crédito com incumprimento, nos termos da Instrução 16/04 do Banco de Portugal, representou 5,4% do crédito total concedido, o que significou um incremento face ao valor do rácio de 3,8% registado em 2011. Esta evolução da sinistralidade do crédito reflecte o enquadramento adverso da conjuntura económica, nomeadamente no que respeita aos rendimentos decrescentes das famílias, com aumento da carga de impostos, redução de subsídios e aumento do desemprego, e às dificuldades crescentes das empresas, nomeadamente pela redução da procura e dificuldades de financiamento. Apesar da deterioração da qualidade de crédito, ainda assim e quando comparado com o restante sector bancário de crédito ao consumo, este apresenta uma evolução menos positiva, com um aumento dos rácios de incumprimento para máximos históricos, especialmente afectando o segmento de particulares reflexo do agravamento das condições económicas em Portugal ao longo do ano. O desempenho consistente do crédito em incumprimento registado no ano de 2012 é fruto da abordagem táctica do Banco, implementada na segunda metade do ano de 2009, para os processos de admissão e formalização de forma a conter o acréscimo na sinistralidade do crédito, antevendo uma deterioração nas capacidades de cumprimento e ajustando o perfil de risco das solicitações de crédito às perspectivas, do prazo, da conjuntura económica e solvabilidade dos clientes. Adicionalmente, as melhorias operativas implantadas nos processos de recuperação de crédito, nomeadamente com incorporação das metodologias do modelo corporativo do Grupo Santander nesta área, possibilitou melhorarem a sua eficácia e o seu contributo para a conta de exploração do ano de 2012 face ao cenário actual.

Crédito com Incumprimento 3/95 (%)

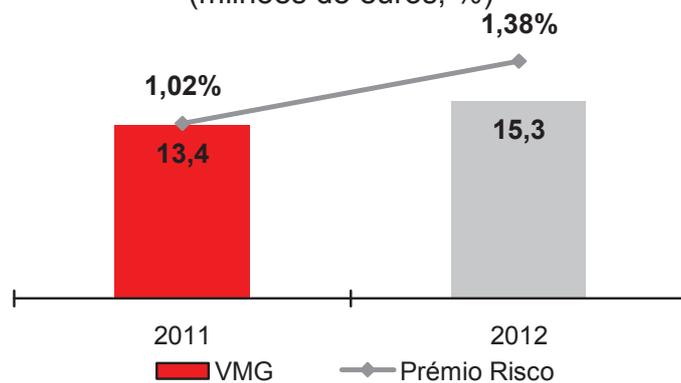


O rácio de crédito vencido acima dos 90 dias cifrou-se em 5,0% e o montante de imparidade de crédito acumulada em balanço apresentou uma cobertura de 104,1% do valor dos créditos em mora, valor que situou abaixo do registado em 2011 de 103%, ainda assim, um resultado confortável considerando o contexto particularmente adverso e as condições de alguma forma excepcionais que caracterizaram o exercício, sublinhando a escrupulosa e conservadora abordagem na gestão e mitigação do risco de crédito. O saldo da imparidade para créditos vencidos e de cobrança duvidosa totalizava 57,0 milhões de euros no final do ano.

Constata-se que, desde o início da actual crise financeira, a estratégia adoptada pelo Banco, de adopção de critérios cada vez mais exigentes ao nível da concessão de crédito evitando igualmente concentrações excessivas a uma determinada contraparte ou a contrapartes relacionadas, tem sido bastante acertada, na medida em que o crédito com incumprimento registado pelo sector apresenta o dobro do registado pelo Banco.

KPI's Risco Crédito

(milhões de euros; %)

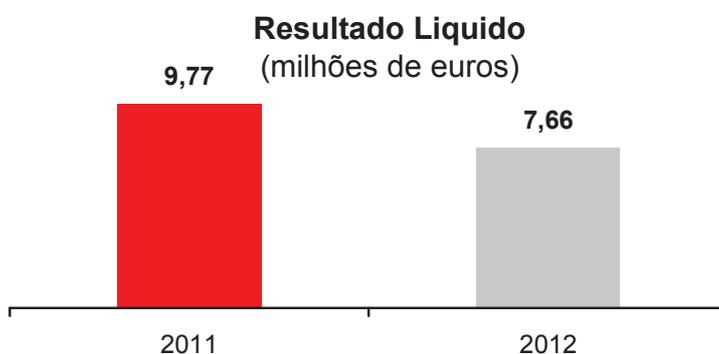


No seu modelo de gestão, o Banco utiliza para efeitos de gestão e acompanhamento da sinistralidade no crédito outros indicadores qualitativos, como sejam a Variação da Mora de Gestão (VMG) e o Prémio de Risco, que considera mais assertivos do que o crédito com incumprimento em percentagem do crédito total, na medida em que aqueles são líquidos das entradas e saídas em estado de incobrável, reflectindo assim o verdadeiro acréscimo de risco de crédito em gestão.

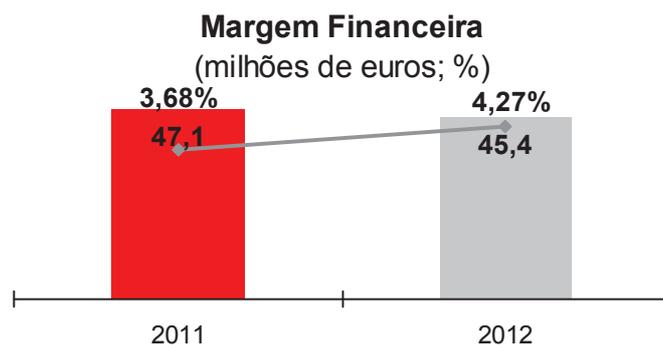
O indicador de Variação da Mora de Gestão (VMG) em 2012 ascendeu a 15 milhões de euros, que se traduziu num acréscimo de 13,9% em relação a 2011. Por consequência o Prémio de Risco ascendeu a 1,38%.

Conta de Resultados Consolidada (IAS)

O resultado líquido consolidado (IAS) cifrou-se em 7,7 milhões de euros no final de 2012, resultando numa variação de 22% face ao indicador homólogo de 2011. Este resultado foi determinado pela conjugação de diversos factores, nomeadamente, o enquadramento extraordinariamente adverso no ano 2012 determinante para o desempenho das principais componentes da conta de resultados, por um lado, nas receitas pela diminuição dos volumes de crédito concedido, e por outro no incremento da rubrica de imparidade do crédito dado o contexto económico particularmente adverso.



A erosão da Margem Financeira ao longo do exercício de 2012 deveu-se essencialmente à redução verificada nos volumes de crédito concedido, a qual foi substancialmente compensada pela diminuição nos custos de financiamento, resultado da gestão criteriosa desta rubrica, nomeadamente pela redução da duração média de financiamento e da redução das taxas de juro de referência de mercado.



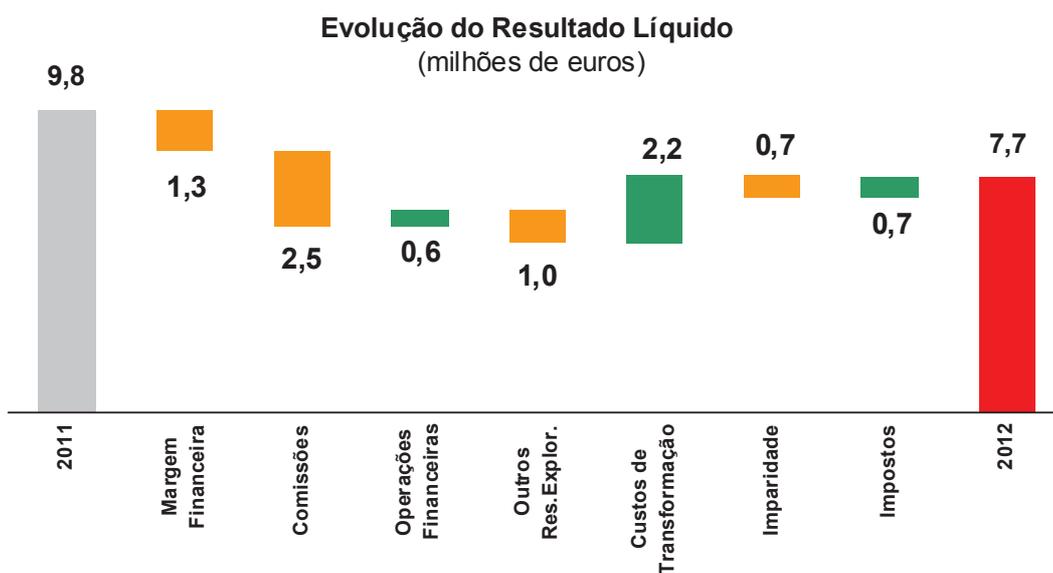
Ao nível do Produto Bancário há ainda a destacar a descida nas rubricas de comissões líquidas, que totalizaram 6,3 milhões de euros, que comparam com 8,7 milhões de euros em 2011, o que significou uma redução 27,6%, quando a quebra registada com os novos volumes de financiamento se fixou em 36,3%. Dentro deste enquadramento, o Produto Bancário totalizou 58,5 milhões de euros, decrescendo 6,8% face ao registado no ano de 2011.

Em contrapartida, os Custos de Transformação reduziram o seu valor em 8,7% face a 2011, fixando-se em 23 milhões de euros, fruto da politica de melhoria continua de optimização e adequação permanente dos recursos às condições em que o Banco opera, permitindo graus de eficiência crescente. Resultado do acima referido e da combinação do desempenho do Produto Bancário e dos Custos de Exploração, o rácio de eficiência registou uma descida de 0,8 p.p. de 2011 para 2012, situando-se em 39,2% no final do exercício.

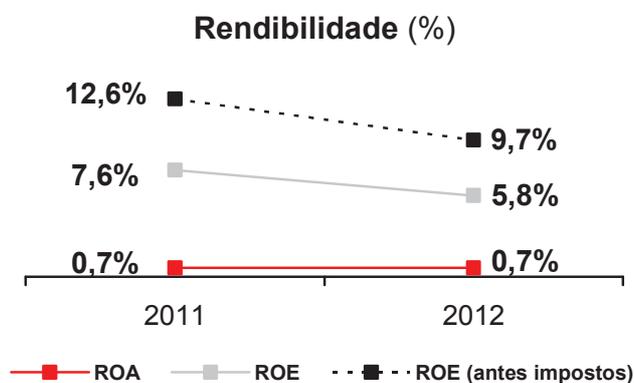
Em 2012 procedeu-se à reclassificação do valor de recuperações de crédito abatido ao ativo, o qual não deveria ser deduzido directamente à rubrica de imparidade do crédito mas sim incluído em outros resultados de exploração, conforme modelo previsto na Instrução n.º 18/2005 do Banco de Portugal.

O valor contabilizado para perdas em imparidade líquidas de recuperações e para outras provisões atingiu 22,2 milhões de euros, o que representou um aumento de 3,4% relativamente a 2011, tendo em consideração a reclassificação acima referida e reflectindo a política do Banco de prudência na avaliação dos riscos e de manutenção de uma cobertura adequada para fazer face à deterioração do contexto macroeconómico.

Em 2012 o resultado antes de impostos atingiu 13,3 milhões o que significou uma redução de 17,48% face aos 16,2 milhões de euros registados no ano transacto. Já a rubrica de impostos reduziu 11% face ao valor verificado no exercício anterior.



Os indicadores de rentabilidade do exercício do ano 2012 encontram-se negativamente afectados pela evolução, de um modo geral, desfavorável dado o contexto em que foi desenvolvida a actividade do Banco, nomeadamente quando comparados com os valores obtidos no exercício de 2011.



Com um resultado líquido de 7,66 milhões de euros no final de 2012, equivalente a 0,115 euros por acção (0,147 euros em 2011), a rentabilidade média dos capitais próprios (ROE) situou-se nos 5,8%, quando este valor em 2011 ascendeu a 7,6%, o que representa uma redução de 180 bp. No que se refere à rentabilidade média do activo (ROA), esta situou-se em 0,7% em 2012, em linha com o valor registado no ano transacto.

O indicador de rentabilidade dos capitais próprios está naturalmente afectado pela postura conservadora do Banco nesta matéria, no qual o rácio de solvabilidade evoluiu de 11,55%, no final do ano de 2011, para 15,34% em Dezembro de 2012, cumprindo adicionalmente com um rácio de 14,66%, quando o valor mínimo exigido pelo Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) para o rácio de Tier I é de 10% para o ano de 2012.

GESTÃO FINANCEIRA

No ano de 2012, a economia portuguesa permaneceu marcada pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental e da persistência de tensões associadas à crise da dívida soberana na área do euro.

Em 2011, com o início do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) e após a interrupção de acesso ao financiamento nos mercados financeiros dos agentes económicos nacionais, desencadeou numa nova forma de actuação e posicionamento do sector bancário português, dadas as orientações expressas pelo PAEF para a desalavancagem na concessão de crédito dadas as crescentes dificuldades de financiamento da actividade nos mercados internacionais de dívida por grosso. As restrições de liquidez foram sendo colmatadas com recurso às operações de intervenção do Banco Central Europeu e, gradualmente, pela crescente actividade de captação de depósitos junto da base de clientes, através de remunerações cada vez mais atractivas, consequentemente penalizando a margem de intermediação.

No contexto complexo de escassez de liquidez como aquele que foi vivida em 2011, o facto de estar integrado num Grupo financeiro de cariz global aporta evidentes e importantes benefícios, tendo sido precisamente essa a situação vivida pelo Banco Santander Consumer Portugal ao ser parte integrante do Grupo Santander com reflexos bastante positivos na gestão financeira corrente, e na adequação de procedimentos, políticas e estratégias para a gestão, medição e mitigação dos riscos financeiros inerentes à actividade.

Neste contexto, a gestão financeira do Banco Santander Consumer Portugal, desenvolvida pela Direcção Financeira, e tendo como pano de fundo as orientações do Conselho de Administração, norteou-se pelos seguintes objectivos fundamentais ao longo do ano:

- Assegurar a liquidez necessária ao correcto desenvolvimento do negócio, mantendo uma relação equilibrada entre capitais próprios e alheios com o fito de maximizar a rentabilidade dos accionistas sem prejudicar a solidez financeira da instituição;
- Adopção das melhores práticas em termos de gestão dos riscos financeiros, quer por via das políticas preconizadas de assunção e mitigação da exposição ao risco de liquidez e

taxa de juros, quer por via das economias de escala e âmbito proporcionadas pela pertença ao Grupo Banco Santander, com reflexos na sua capacidade competitiva;

- Diversificar as fontes de financiamento do Banco, por um lado, diminuindo a dependência da Tesouraria do Grupo Santander, e por outro, encontrar canais alternativos à exposição do Mercado de Operações de Intervenção do Banco Central Europeu, utilizando para o efeito os activos titularizados e potenciando a sua colocação junto a investidores privados, assegurando o financiamento do balanço a prazos mais alargados;
- Manter, com o apoio da tesouraria do Grupo Santander, uma política activa e dinâmica de cobertura da exposição do banco aos riscos financeiros (liquidez e taxa de juro) inerentes ao seu negócio.

a) Financiamento do negócio

Os novos contratos de Crédito, Leasing e ALD têm, na sua origem, prazos que em média se situam ligeiramente acima dos 6 anos, pelo que o financiamento adequado do negócio deve ter em conta este facto, tendo igualmente em linha de conta que estes mesmos prazos se têm vindo a dilatar por força dos requisitos do mercado.

As diferentes necessidades financeiras subjacentes ao financiamento destes activos foram satisfeitas através de um *mix* equilibrado de capitais de curto e médio prazo. Dado o contexto verificado no incremento nos *spreads* das operações de financiamento de prazo mais longo, que foram sucessivamente aumentados dado a deterioração do *rating* soberano da República Portuguesa ao longo do ano de 2011 e início de 2012, o Banco seguiu uma estratégia de redução do prazo médio nas novas operações de liquidez, dado que em 2011 passou a dispor de uma operativa de mitigação do risco de taxa de juro através da contratação de instrumentos derivados, nomeadamente *swaps* de taxa de juro.

Assim, sob o enquadramento das linhas de orientação de anos anteriores, assentes na garantia da solvabilidade da instituição, na estabilidade da respectiva tesouraria e na obtenção de custos de financiamento competitivos, negociaram-se os passivos adequados, em termos de duração, aos activos do banco, observando-se simultaneamente os requisitos prudenciais impostos pelo Banco de Portugal e bem como os limites impostos corporativamente pelo accionistas.

Empréstimos Obrigacionistas e de Médio e Longo Prazo

O Banco assenta a sua estrutura de financiamento em operações de mercado monetário, com uma duração média ligeiramente acima dos 2 anos, para adequação à correspondente do Activo. Estas operações são contratadas integralmente junto da Tesouraria do Banco Santander Consumer Finance, em Espanha. O acesso permanente a linhas de liquidez de elevada estabilidade permite ao Banco, dentro de uma gestão de elevado rigor, dirigir parte deste esforço e sinergias para o seu *core business*, auferindo assim uma importante vantagem competitiva em termos de mercado onde se insere, dada a turbulência registada nos mercados financeiros internacionais, nomeadamente pelas restrições à liquidez do sistema financeiro nacional e à volatilidade por estes induzidos na estrutura temporal de taxas de juro de mercado.

Ao longo de 2012, e também devidamente enquadrada na política de liquidez prosseguida pelo Grupo Santander, o Banco continuou a aceder periodicamente às operações de cedência e absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu por via do desconto de activos titularizados e considerados elegíveis para aquele efeito.

Financiamento dos activos de curto prazo

Tal como em anos anteriores, e uma vez que este tipo de crédito se destina sobretudo a apoiar as aquisições de existências por parte dos Concessionários com os quais o Banco tem acordos de colaboração, o financiamento desta actividade foi efectuado, quase exclusivamente, com base nas contas correntes bancárias de que o Banco dispõe ou em operações de tomada de fundos de curto prazo.

b) Estratégia de Gestão de Riscos Financeiros

No ano de 2012 o Banco prosseguiu uma gestão conservadora dos riscos financeiros inerentes ao seu negócio, nomeadamente no que se refere aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

O acompanhamento, monitorização dos riscos de mercado e as decorrentes coberturas negociadas para garantir a adequação das maturidades e do perfil de taxa de juro dos activos e passivos do Banco Santander Consumer Portugal foram implementados, em estreita coordenação com a tesouraria do Grupo Santander, ficando naturalmente sujeitas às regras e políticas de supervisão locais.

Risco de Taxa de Juro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. mede, em base mensal (ou pontualmente, quando considerado apropriado), a sensibilidade do valor actualizado do somatório dos cash-flows futuros da carteira de negócio (activos de natureza comercial e financeira), com os cash-flows do respectivo passivo associado a uma subida paralela de 1% na curva de taxas de juro do mercado interbancário.

Para mitigar o risco de subida das taxas de juro, o Banco Santander Consumer Portugal privilegia a utilização de instrumentos financeiros derivados – swaps de taxa de juro – por montantes e prazos que possibilitam a imunização dos cash-flows da carteira de taxa fixa (Activo) a movimentos adversos na estrutura temporal de taxas de juro no mercado interbancário. A utilização dos instrumentos derivados permitiu uma optimização da liquidez, uma vez que o financiamento da actividade pode passar a ser feito por prazos mais reduzidos, facto especialmente relevante dadas as condições extraordinárias existentes ao nível do custo dos fundos nos mercados financeiros.

Em conformidade, em 31 de Dezembro de 2012, o risco de taxa de juro do balanço do Banco, medido de acordo com a Instrução 19/2005 do Banco de Portugal, que assume, entre outros factores, um movimento de 200 pontos básicos paralelo na estrutura de taxas de juro, era de 4.228 milhares de euros de impacto negativo nos capitais próprios, reflectindo a postura conservadora que o Banco adoptou nesta matéria, representando apenas cerca de 3% dos seus fundos próprios elegíveis.

Instrução nº 19/2005
Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária
Exposições por intervalo de maturidade ou refixação da taxa

Divisa: Milhares de euros

Banda temporal	Activos (+)	Passivos (-)	Extrapatrimoniais		Posição (+/-)	Situação Líquida	
			(+)	(-)		Factor de ponderação (1)	Posição ponderada (2)
à vista - 1 mês	278 933	646 255	274 500	9 500	-102 322	0,08%	82
1 - 3 meses	301 661	70 541	0	18 000	213 120	0,32%	-682
3 - 6 meses	85 493	1 096	0	26 000	58 397	0,72%	-420
6 - 12 meses	128 408	112 185	0	47 500	-31 278	1,43%	447
1 - 2 anos	96 666	74 463	0	76 000	-53 797	2,77%	1 490
2 - 3 anos	70 254	5 385	0	53 500	11 369	4,49%	-510
3 - 4 anos	46 218	4 015	0	32 500	9 704	6,14%	-596
4 - 5 anos	27 998	2 455	0	11 500	14 043	7,71%	-1 083
5 - 7 anos	31 730	2 606	0	0	29 123	10,15%	-2 956
7 - 10 anos	0	0	0	0	0	13,26%	0
10 - 15 anos	0	0	0	0	0	17,84%	0
15 - 20 anos	0	0	0	0	0	22,43%	0
> 20 anos	0	0	0	0	0	26,03%	0

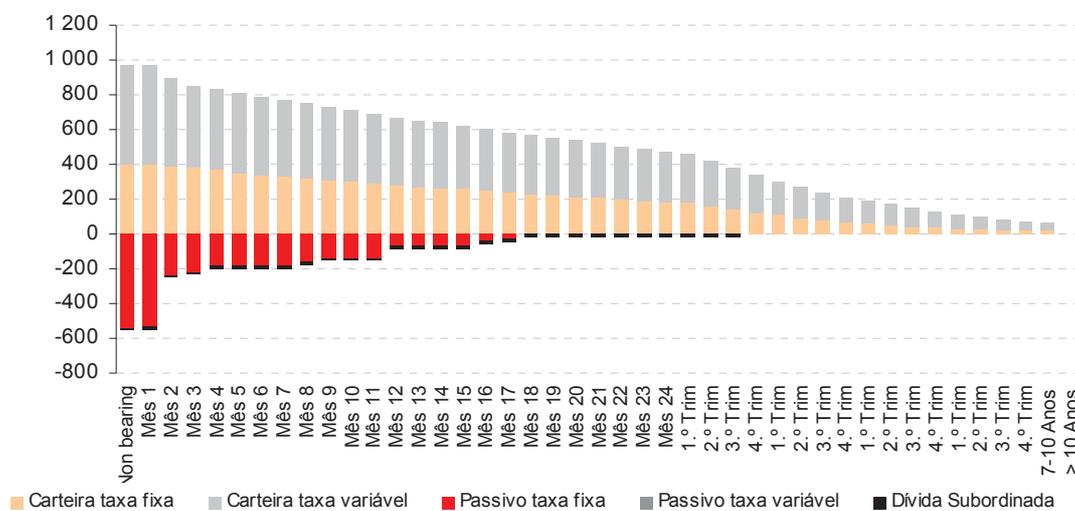
Total	-4 228
--------------	---------------

Risco de Liquidez

Em virtude da inserção do Banco Santander Consumer Portugal no Grupo Santander, maior grupo financeiro a nível Europeu, e entre os dez primeiros a nível mundial (por capitalização bolsista), o risco de liquidez do Banco encontrava-se completamente mitigado, com linhas de crédito aprovadas de 850 milhões de euros, limites perfazem a quase totalidade do valor do activo, assegurando a plenitude da actividade desenvolvida ao longo exercício de 2012.

Perfil de Maturidades a 31 de Dezembro de 2012

(valores em milhões de euros)



Ao longo do ano de 2012 a operação de titularização Silk Finance nº3 continuou a desempenhar um papel de charneira na gestão de liquidez do Banco, nomeadamente como catalisador da diversificação das fontes de liquidez, garantindo as condições como colateral nas operações de cedência de liquidez do Banco Central Europeu ou em operações com investidores privados (ainda que findas em meados do ano). Em 31 de Dezembro de 2012, o passivo financeiro registava um saldo de 346 milhões de euros em operações do mercado de intervenção com BCE.

No final de 2012, a operação de titularização de créditos totalizava 708,9 milhões de créditos do segmento automóvel (novos e usados) e cuja estrutura de passivo pode ser analisada da seguinte forma:

Denominação da posição titularizada Classe	Ratings		Original	Current	Remuneração
	Fitch	S&P			
	A	AAA / A+			
B	-/-	-/-	184,0	288,0	-
C	-/-	-/-	3,9	3,9	-
TOTAL			687,9	775,0	

(milhões de Euros)

No decurso dos diversos *downgrades* da dívida soberana portuguesa registados no ano de 2011, as agências de notação financeira foram ajustando e alinhando os níveis de *rating* da operação de titularização. Para ilustrar esta situação, por exemplo, a *Standard & Poors* reviu em 2011 os seus critérios de atribuição das notações de *rating*, onde definiu, entre outros, o condicionamento dos níveis de *rating* da dívida estruturada pelos níveis de *rating* soberano.

Não obstante a corrente notação de *rating* da Classe A das obrigações titularizadas (Fitch A+/S&P A-), a operação continua elegível para efeitos de acesso às operações de intervenção do Banco Central Europeu.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura como uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente ao nível do risco de crédito, estando os créditos objecto da operação de titularização registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, e os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

c) Gestão dos Recursos Próprios

Na sequência do desenvolvimento da sua estratégia de crescimento e expansão, o Banco, avalia de forma permanente a sua política de adequação de capital de forma a:

- i) Garantir o crescimento sustentado da actividade creditícia pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;
- ii) Cumprir os requisitos impostos pelas entidades de supervisão;

- iii) Assegurar uma gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas;

Em termos prudenciais e nesta matéria, o Banco encontra-se sujeito à disciplina de supervisão do Banco de Portugal, pelo disposto no Decreto-Lei nº103/2007 e Decreto-Lei nº10/2007, de 3 de Abril e pela aplicação das disposições regulamentares em vigor a 31 de Dezembro de 2012, nomeadamente pelos Avisos nº 5/07 e 6/10 do Banco de Portugal.

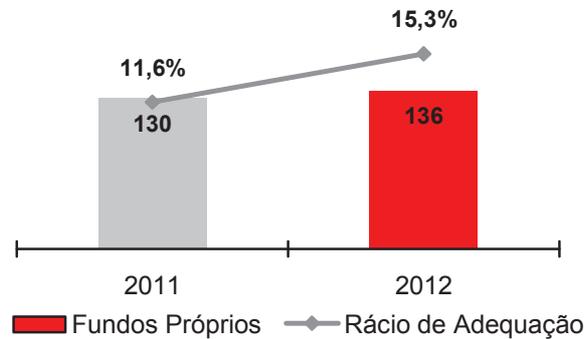
No decurso do ano de 2007 deu-se a conclusão do projecto Basileia II, processo transversal a todas as áreas do Banco pelo seu carácter abrangente que culminou numa avaliação global dos custos e benefícios de adequação dos segmentos de riscos mais importantes da actividade do Banco (risco de crédito e risco operacional) para cada uma das metodologias preconizadas pelo Novo Acordo de Basileia.

Decorrente deste processo de avaliação o Banco definiu que as abordagens para a determinação do alocação de fundos próprios seguirá, conforme o estipulado pela Instrução nº23/2007 do Banco de Portugal, a metodologia do Método Padrão na componente de Risco de Crédito e na componente de Risco Operacional, guiar-se-á através do Método do Indicador Básico.

No âmbito da regulamentação de Basileia II, no final de 2012, os requisitos de fundos próprios consolidados ascendiam a 71 milhões de euros, o que significou uma redução de 21% sobre o valor de requisitos registado no final do ano de 2011 de 89,9 milhões de euros, dada a redução verificada no activo ponderado. Em Abril de 2012, os fundos próprios foram incrementados em cerca de 9,7 milhões pela aprovação dos resultados do exercício de 2011, tendo no entanto sido diminuídos, em Setembro de 2012 em 3 milhões, dada a aproximação da data de vencimento dos empréstimos subordinados. Assim, no final de 2012 os fundos próprios ascendiam a 136,1 milhões de euros, comparando com 130 milhões de euros no final de 2011, o que ilustra a política conservadora da solvabilidade do Banco função do enquadramento adverso em que operou.

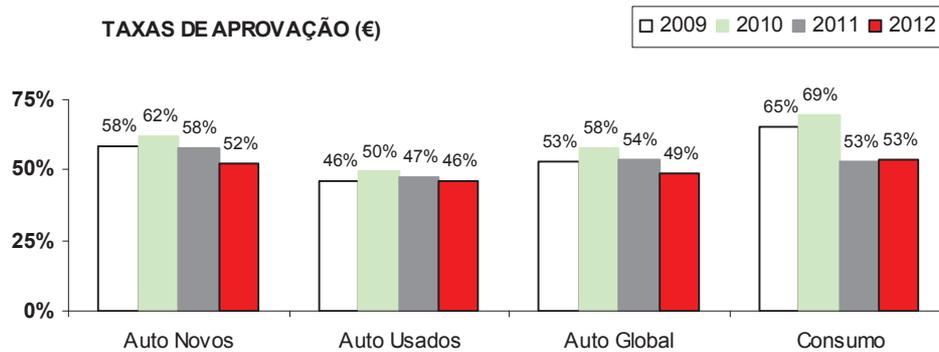
Adequação de Capitais Próprios

(milhões de euros; %)



Em matéria de solvabilidade, no final de 2012, o rácio de adequação de fundos próprios e o rácio de adequação dos fundos próprios de base (core Tier I) calculados em base consolidada, cifravam-se respectivamente em 15,34% e 14,66%, aumentando de 11,55% e 10,75% quando comparados com o final de 2011, reflectindo a estratégia conservadora da gestão do Banco, função do contexto exigente, nomeadamente pelos patamares mínimos impostos pelo PAEF para o rácio de Core Tier I de 9% em 2011 e de 10% em 2012.

GESTÃO DE RISCO DE CRÉDITO



Sem alterações significativas na estrutura orgânica, a conjuntura vivida em 2012 implicou apenas a necessidade de pequenos ajustamentos que permitiram uma melhor adaptação à realidade do negócio.

Em termos das políticas de admissão, as mesmas foram mantidas, registando-se um decréscimo na taxa de aprovação global, continuando a privilegiar-se um perfil de risco médio-baixo.

Os níveis de risco de crédito são permanentemente medidos e acompanhados, de acordo com metodologias corporativas, das quais se destacam a monitorização da Variação da Mora sob Gestão (VMG), os níveis de delinquência simples (%NPL), a análise de carteiras com igual período de originação (vintages) e a monitorização permanente dos modelos de decisão automáticos.

Tendo em vista melhorar a qualidade da admissão de novo negócio no segmento de Consumo, foi implementado um novo modelo de *scoring*, com uma capacidade de discriminação significativamente superior ao modelo anterior.

Em relação ao negócio de não retalho (risco individual por empresa com valor superior a 150 m€), mantiveram-se as visitas a concessionários, por parte do binómio gestor/analista. Esta actuação permite um maior conhecimento e abrangência na informação obtida, gerando uma melhor qualidade na elaboração do rating da empresa.

Durante o ano de 2012 foi especialmente incentivado o acompanhamento dos níveis de risco das empresas qualificadas em *FEVE* (firmas em vigilância especial), como consequência da difícil situação de mercado.

Num cenário de recessão económica, e conjugando os efeitos da quebra no volume de novo negócio e do *ANEA*, o rácio de crédito vencido (aviso 3/95 do Banco de Portugal) terminou em 2012 no valor de 4,6%, com um aumento significativo relativamente ao ano anterior (3,4%), mantendo no entanto valores muito abaixo da média do sector.

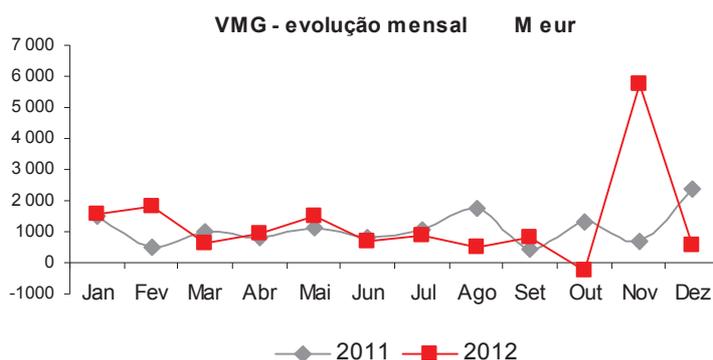
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Como as alterações estruturais nesta área já tinham sido antecipadas e efectuadas no ano anterior, em 2012 foram mantidas globalmente as políticas e estratégias de recuperação, tendo sido apenas efectuados os ajustes adequados face ao decréscimo da carteira gerida, mantendo-se a preocupação na eficiência do processo e na redução de custos.

Em termos de Recuperação Telefónica, embora com uma diminuição de 25% da carteira sob gestão, o decréscimo dos valores cobrados foi de 18%, que corresponde a um rácio de recuperação global de 85,4%, superior em 2% ao período homólogo.

No que respeita à Variação da Mora sob Gestão (VMG), o valor final de 15,3 milhões de euros foi superior em 14% comparativamente ao ano anterior, embora 12,5% abaixo do orçamentado. Como consequência de acções tácticas com incidência na normalização de contratos, o negócio de retalho revelou uma menor volatilidade durante o ano.

O aumento significativo registado no mês de Novembro, deveu-se essencialmente à classificação em *DNP* (Duvidoso não Pré Contencioso) de um cliente no produto de *stock finance*.

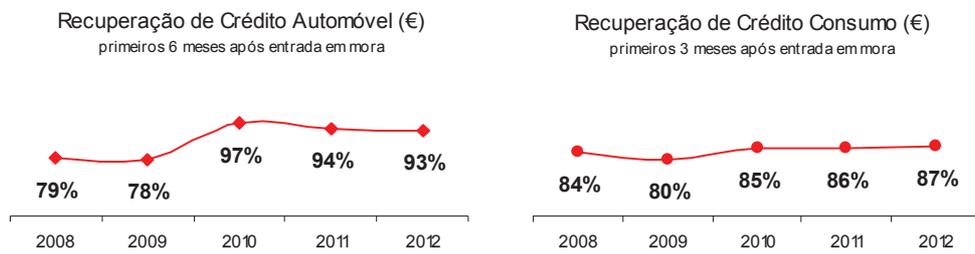


Na fase de Contencioso foi mantido o foco na recuperação da carteira de write-off, para a qual contribuiu uma venda de 10,4 milhões de euros, efectuada a 9,5% sobre valor nominal. Os

valores recuperados atingiram o montante de 7 milhões de euros, correspondendo a 100% do valor orçamentado.

Foi registado igualmente um aumento significativo na recuperação de viaturas (12%), com a alienação das mesmas a ser efectuada em curto espaço de tempo e os respectivos valores enquadrados em termos de eurotax.

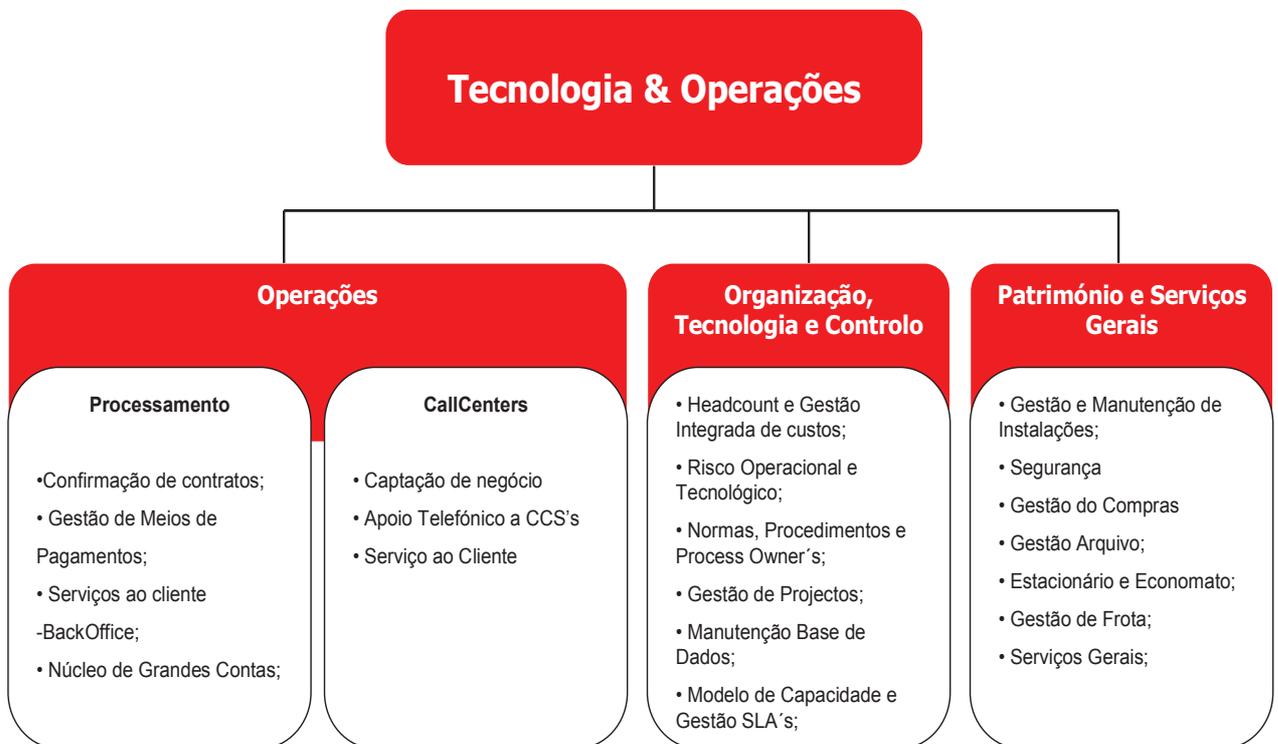
Na continuidade da política de gestão prudencial, o rácio de cobertura de crédito vencido atingiu os 92%, valor 0,1% abaixo do orçamento, justificado pela qualificação em *DNP* anteriormente enunciada. As provisões constituídas ficaram 9,2% abaixo do orçamento.



TECNOLOGIA & OPERAÇÕES

Com um modelo de Tecnologia & Operações mais consolidado, assente na estrutura que a seguir se expõe, no ano de 2012 foi possível a manutenção da procura constante da eficiência e da eficácia nos diversos processos à responsabilidade da Direcção.

Manteve-se em 2012 a preocupação permanente pela optimização de estruturas e de processos, não descurando nunca o suporte às áreas de negócio com padrões de serviço sempre elevados e debaixo de bons standards de controlo operacional.



• Operações

No que se refere à tradicional área de processamento, designada por Operações, manteve-se em 2012, como elemento fulcral da sua acção a procura sistemática da eficiência e da eficácia, tanto na estrutura interna como na estrutura subcontratada em regime de outsourcing a um parceiro do Santander Consumer, a Konecta.

Os princípios de gestão mantêm-se inalterados, pugnando-se pela melhoria contínua, através da observação sistemática a todos os processos de forma recorrente e por parte de todos os colaboradores da direcção.

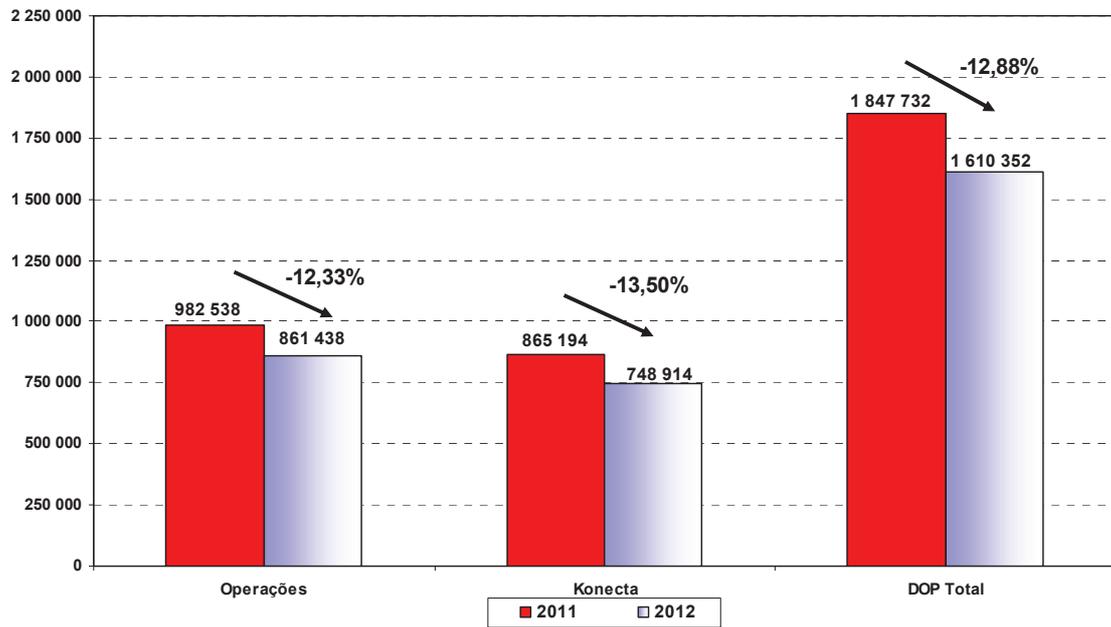
A permanente preocupação pela optimização de processos, tanto na estrutura interna como na konecta, acabou por reflectir-se na redução de custos com pessoal e com outros serviços.

Nesta área, para além de termos ajustado de forma sistemática a estrutura aos volumes, mantive-mo-nos activamente a procurar soluções de organização que nos permitisse sermos mais eficientes na resposta ao negócio.

É disso exemplo, o ajustamento de recursos que levamos a cabo na Konecta e o projecto, não concluído em 2012, que abrimos para avaliação da transferência de processos de backoffice para o regime de outsourcing.

Quanto à actividade em concreto pode verificar-se no mapa seguinte o decréscimo de 12,88% no total de actividades (Contratos; Propostas; Cartões; Chamadas; Meios de Pagamento; Operações de BackOffice; etc.), desenvolvidas entre 2011 e 2012, com pesos bastante repartidos pelas duas estruturas. Na estrutura interna (Operações) com uma redução de 12,33% e na estrutura externa (konecta) com uma redução de 13,50%.

**Evolução Homóloga Actividades Acumuladas DOP
(Operações e Konecta) (Dezembro 2011/2012)**



• **Organização, Tecnologia e Controlo**

Com a estabilização da área de Organização, Tecnologia e Controlo, todas as actividades e controlos passaram a ter um acompanhamento muito mais minucioso e sustentado, suportado no seguinte:

Modelo de Gestão de Custos

Neste modelo enquadramos todos os controlos que visam a gestão integrada de todos os custos do Banco, visando a garantia do cumprimento do orçamento em todas as suas linhas.

Nesta matéria, o acompanhamento minucioso e constante das diversas rubricas de custos, motivou alertas permanentes com respectiva justificação, para inesperados incrementos de custos, mas com apresentação simultânea de soluções de poupança responsáveis.

Modelo de Controlo

Com um conjunto vasto de controlos, onde se incluem checklists das tarefas mais relevantes, reportes regulares de tarefas em que existam atrasos na respectiva execução, assim como verificações independentes a processos e actividades, esta área garante que as operações são executadas na forma adequada e nos níveis de serviço estabelecidos.

Modelo de Acompanhamento Quantitativo

Todas as actividades da direcção são medidas, em diferentes perspectivas e com periodicidades adequadas, o que permite uma intervenção imediata dos gestores de equipas para qualquer ajustamento de estruturas e uma afectação adequada dos recursos, também possível pela respectiva polivalência.

Modelo de Acompanhamento Qualitativo

Aqui se incluem todas as actividades de controlo dos níveis de serviço e de ocorrências excepcionais (positivas e negativas), e a execução de fichas de produto e de processos que visam o suporte aos operadores.

Aqui também se inclui a actualização dos guias de referência de produtos e de processos que são o suporte justificativo para a nossa equipa comercial do nosso modelo operacional.

Modelo de Acompanhamento do Plano de Sistemas

Em 2012 foi evidente o acompanhamento mais sistemático da priorização e da evolução dos projectos de desenvolvimento informático com claro impacto no aumento dos projectos

entregues e mais de acordo com as necessidades objectivas dos respectivos utilizadores, para além de um controlo mais assertivo dos respectivos custos.

Relevamos ainda neste ponto a implementação do conceito de "Abordagem Partilhada", através do qual a direcção se predispõe a antecipar a entrada em vigor de determinados produtos, antes da conclusão do respectivo desenvolvimento informático, com recurso a processos manuais, garantindo no entanto os níveis de serviço e o controlo desses processos.

Evolução Horas com Projectos

	2011	2012	Δ
Total Horas	19 568	28 592	46%
Horas Proj. em Curso	11 972	18 112	51%
Horas Proj. fechados	7 596	10 480	38%
Total Projectos	27	42	56%
Nº Proj. em curso	8	23	188%
Nº Proj. fechados	19	19	0%

- **Património e Serviços Gerais**

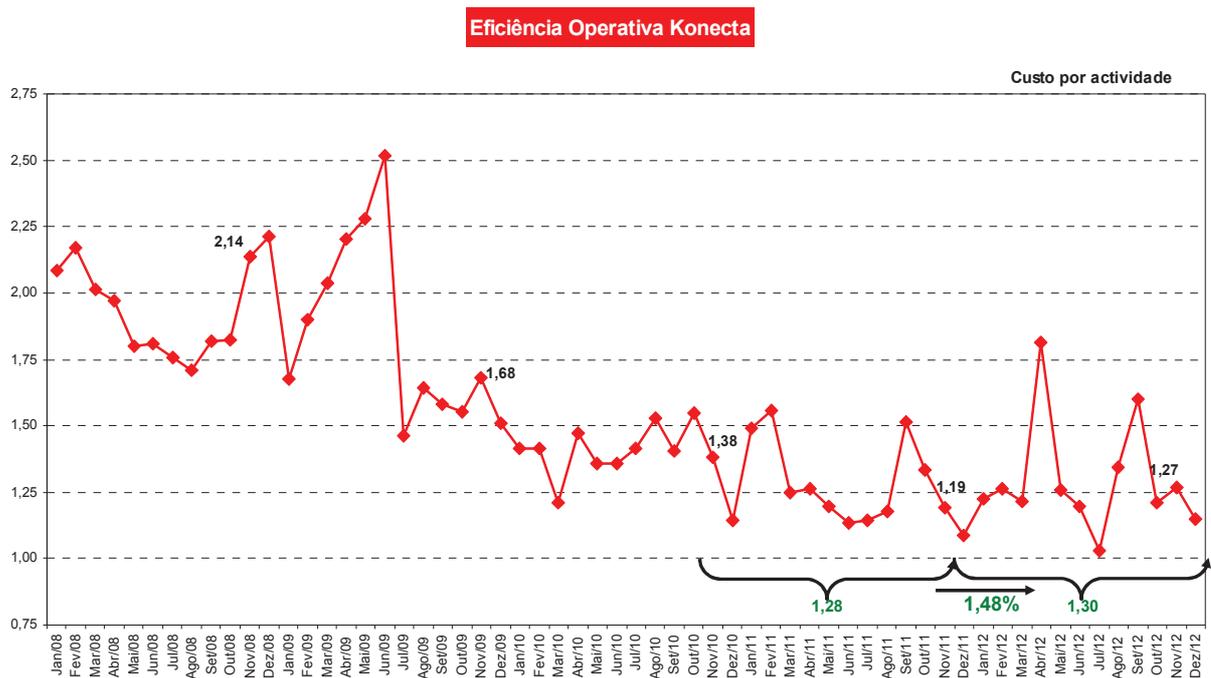
Esta área mantém os temas sob sua responsabilidade debaixo de permanente normalidade e controlo, apesar da sua diversidade técnica.

Tal como as outras áreas mantém uma preocupação permanente pela optimização dos recursos à sua responsabilidade pelo que desenvolve anualmente um programa designado por Challenge de Custos, que visa a identificação de áreas de redução de custos, garantindo sempre os mesmos ou melhores padrões de serviço e de segurança.

Em 2012 a sua actuação visou a obtenção de sinergias com outras empresas do Grupo, o que se refletiu na obtenção de melhores resultados em diversos contratos de prestação de serviços, designadamente na área das instalações e da segurança.

RESULTADO - EFICIÊNCIA

Os ganhos de eficiência são visíveis através da verificação regular de determinadas variáveis, analisadas de forma recorrente sobre os mesmos parâmetros, verificando-se que, relativamente à estrutura externa, se manteve o custo por actividade em níveis semelhantes ao do ano anterior (ligeiro acréscimo de 1,48%), isto apesar de as possibilidades de economias de escala se terem reduzido face à redução de volumes.

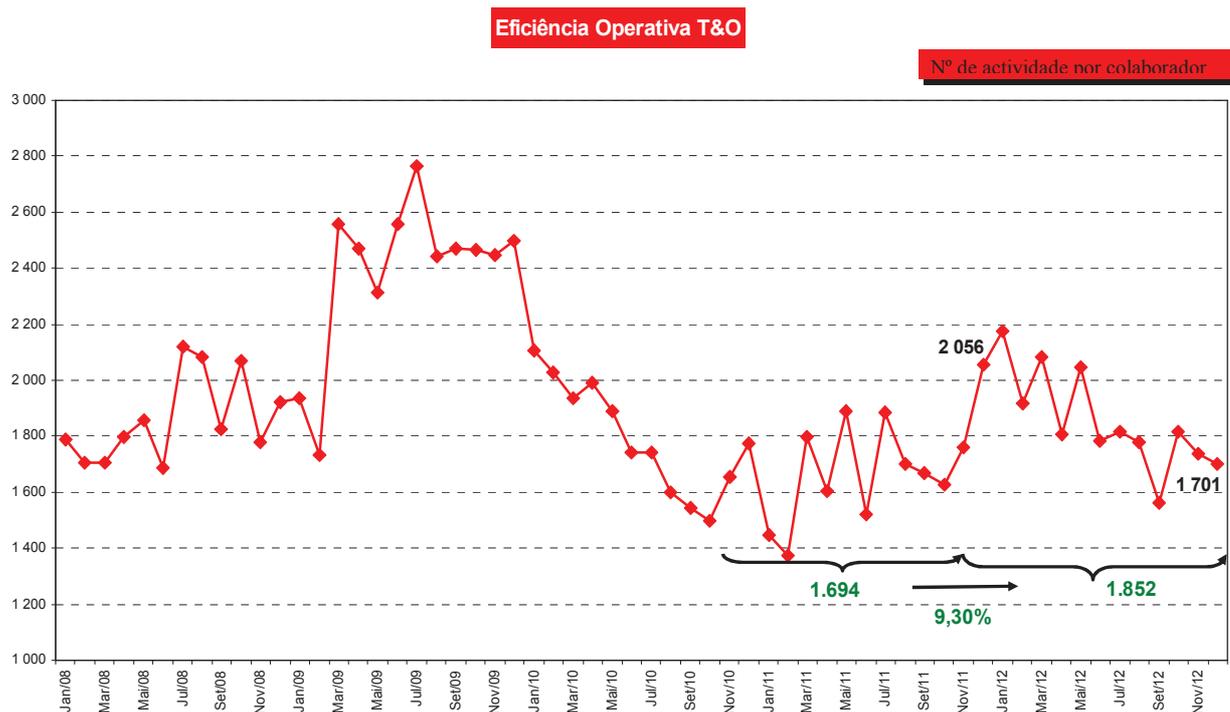


Apesar de nos encontrarmos já em patamares de custo por transacção bastante otimizados, não descuraremos nunca a procura de soluções estruturais ou outras que continuem a promover a respectiva redução, sempre sem perda de controlo ou de qualidade nos respectivos processos.

Na estrutura interna o modelo visa concentrar aqui as actividades de ciclo funcional mais longo e/ou com exigência técnica mais elevada, dado que também os recursos e respectivas competências estão mais adaptados a esta realidade.

De qualquer forma e apesar da maior complexidade dos processos geridos, também nesta estrutura, a performance manteve-se bastante positiva, pois o número de actividades por colaborador foi superior ao ano anterior.

No quadro seguinte, o gráfico reflete em cada momento o número de actividades por colaborador, verificando-se um aumento de 9,3% face ao ano de 2011.



A análise da conjugação da performance das duas estruturas é visível na evolução conjugada das actividades globais, da evolução do Head Count e dos respectivos custos.

Quando comparamos a variação ocorrida entre 2008 e 2012, período de implementação do processo partilhado entre estrutura interna e estrutura externa, temos que a uma redução de volumes de actividades de 27%, corresponde uma maior redução de head-count, 47% e uma redução dos custos totais com ambas as estruturas de 30%.

ACTIVIDADES / HEADCOUNT E CUSTOS	Var. 2008/2012
Total Volumes de Actividades	-27%
Total Head Count	-47%
Total dos Custos Estrutura	-30%

Em 2012 consolidamos um modelo de partilha de execução de processos entre uma estrutura interna e uma estrutura externa, com resultados bastante positivos pois ficaram evidentes os ganhos de eficiência, com melhoria de níveis de serviço e sem perda de controlo do processo. O modelo demonstrou ainda a sua capacidade para ajustamentos rápidos da estrutura aos volumes de negócio, permitindo assim a flexibilização dos custos de produção.

As pessoas que garantiram este desempenho e permitiram a consecução dos objectivos a que nos tínhamos proposto, mantêm um elevado nível de motivação e constituem uma equipa tecnicamente forte e com capacidade de resposta a todos os desafios que sejam colocados nos próximos anos.

CONTROLO E COMPLIANCE

O Banco tem vindo a orientar o desenvolvimento da sua actividade numa óptica de contínuo acompanhamento e avaliação da eficácia das políticas e procedimentos internos, com vista a garantir um desempenho eficiente e rentável da actividade a médio e longo prazo, em linha com as orientações estratégicas e com os objectivos estabelecidos.

Durante o ano de 2012, foi dada continuidade à estratégia de controlo, até então conduzida, de fortalecer o sistema de controlo interno do Banco, assegurando a sua permanente adequação e eficácia, com o objectivo de garantir o efectivo cumprimento das disposições legais e dos deveres a que a instituição se encontra sujeita, bem como a apropriada gestão dos riscos inerentes às actividades desenvolvidas.

Em articulação com as demais áreas funcionais, a função e *compliance* actuou de forma a assegurar a conformidade das práticas instituídas com as exigências legais e regulamentares aplicáveis à actividade desenvolvida, na óptica do regime prudencial e comportamental em vigor, zelou pela observância das boas práticas em matéria de *Corporate Governance*, acautelando a adopção de regras de conduta e de princípios deontológicos, conforme os princípios e conceitos reconhecidos e aceites internacionalmente e em conformidade com as políticas definidas a nível corporativo.

Para o efeito o Banco orientou a gestão do risco de *compliance* numa óptica cada vez mais preventiva, procurando gerir de forma eficaz as expectativas dos clientes ou futuros clientes, transmitindo a confiança à concretização do negócio e fornecendo indicadores de estabilidade aos colaboradores, accionistas, entidades reguladoras e parceiros de negócio e aperfeiçoando os mecanismos de transmissão de informação ao mercado designadamente, políticas, indicadores de gestão, produtos, serviços comercializados e suas características.

No que concerne à função de controlo de gestão de riscos, tendo presente os desafios inerentes a um contexto de reforço das práticas a adoptar pelo sector financeiro, a linha de actuação privilegiou o aperfeiçoamento dos mecanismos que garantem a prossecução de uma estratégia de negócio sustentável, assegurar a sua robustez e permitindo que se alcance um retorno dos capitais, em linha com expectativas dos seus accionistas, numa óptica de médio e longo prazo.

Assim, no decorrer de 2012, a função de controlo de gestão de riscos conduziu a sua actividade e forma a monitorizar de forma integrada a adequação e eficácia dos processos, políticas e procedimentos, das diferentes componentes do Sistema de Gestão de Riscos, e a assegurar, de forma autónoma e independente, a sua aderência e efectividade, tendo por referência as boas práticas internacionais e o modelo de governo corporativo.

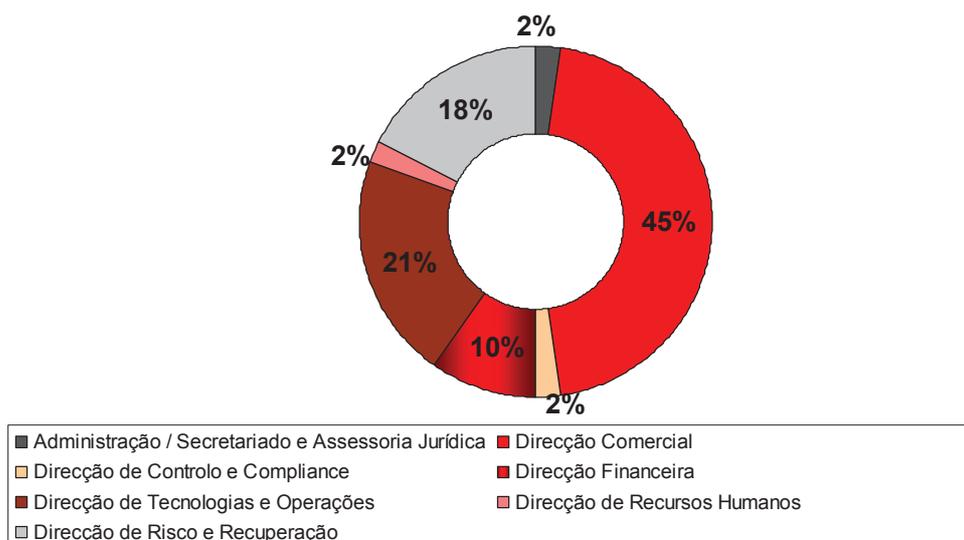
Para o efeito foi consolidada a utilização dos resultados dos exercícios de avaliação da adequação das metodologias e ferramentas de gestão de riscos, na definição da estratégia, no planeamento de capital e no desenvolvimento de mecanismos que assegurem a sustentabilidade do Banco, numa óptica de médio longo prazo, e efectuados exercícios de *stress test*, simulando cenários com diferentes graus de adversidade, concluindo-se pela adequabilidade dos níveis de solvabilidade e de liquidez.

A contínua monitorização do sistema de controlo interno, assegurada pela Divisão de Auditoria Interna do Banco Santander Totta, SA., permitiu avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco Santander Consumer Portugal contava com um efectivo de 176 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

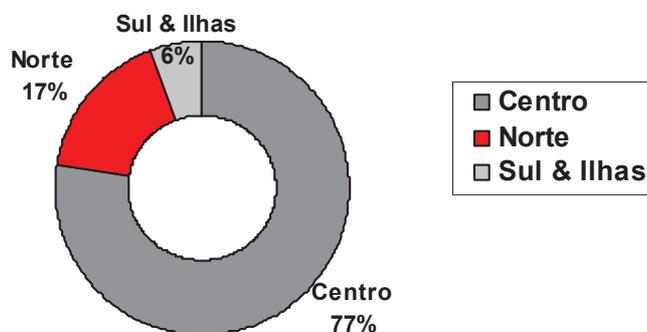
Gráfico 1. Organização Funcional



Mantendo a estrutura funcional igual à do ano de 2011, o Quadro de Pessoal encontra-se distribuído pela Administração, Assessoria Jurídica & Secretariado e por mais seis Direcções distintas. Decorrente do *core business* e modelo de negócio adoptado, 45% das nossas Pessoas desempenham funções na Direcção Comercial, seguido de 21% na Direcção de Tecnologias e Operações e 18% na Direcção de Risco & Recuperação. As áreas de suporte como Direcção Financeira, Controlo & Compliance e Recursos Humanos constituem 14% da estrutura de pessoal. Seguindo os princípios e modelo organizacional do Grupo Santander, o Banco detém algumas das suas actividades e serviços a serem prestados por entidades externas em regime de outsourcing, designadamente nas áreas de operações, tecnologia e recuperação de crédito.

No que se refere à distribuição geográfica de Colaboradores, assegurando o foco na relação de proximidade com os seus Parceiros de negócio, o Banco faz-se representar ao longo do território nacional, de acordo com a infomação que se segue:

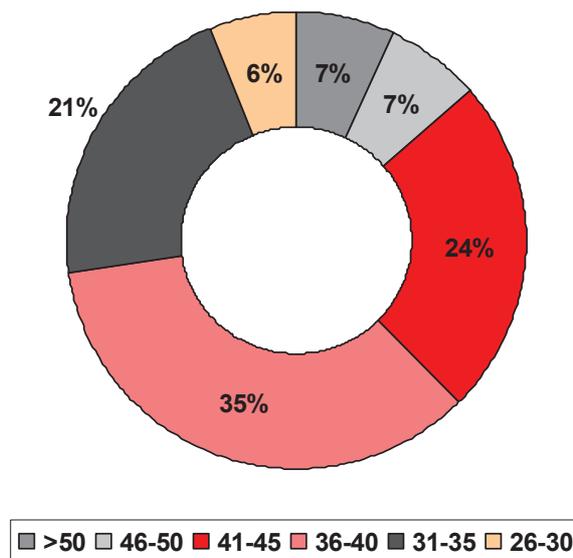
Gráfico 2. Distribuição Geográfica de Colaboradores



O Banco tem-se caracterizado por uma elevada capacidade de retenção das suas Pessoas, promovida pelo alinhamento entre os objectivos individuais de carreira de cada profissional e os objectivos do próprio Banco, potenciado assim por essa via os seus talentos internos. Beneficia igualmente das mais valias decorrentes da larga experiência acumulada e maturidade dos seus profissionais, apresentando uma idade média dos seus Colaboradores de 40 anos, com 35% das Pessoas entre os 35 e os 40 anos de idade.

Neste contexto, a nossa organização tem vindo a abraçar positivamente um clima caracterizado por uma forte interacção entre gerações, conforme se verifica no gráfico que se segue:

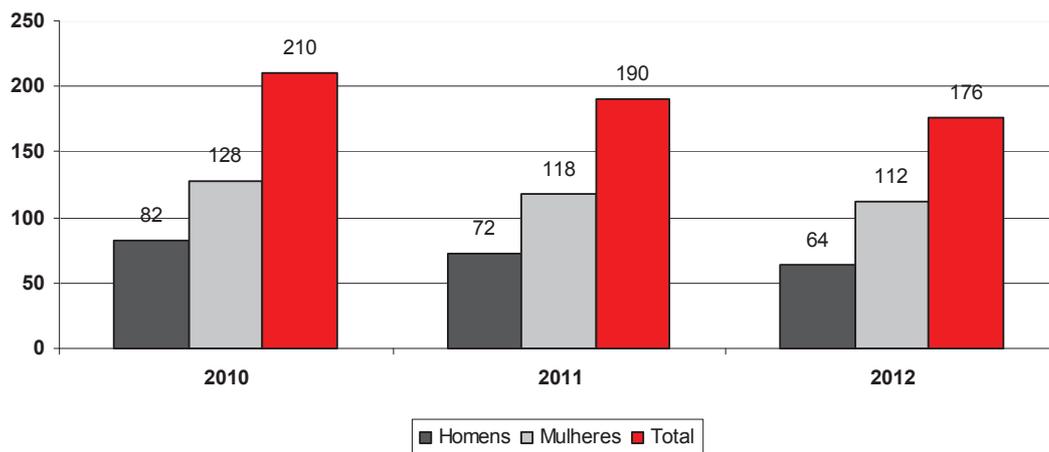
Gráfico 3. Distribuição da Faixa Etária



O actual dimensionamento da Estrutura de Colaboradores é fortemente motivado pelo contínuo desafio do Banco em adequar a sua estrutura humana aos novos paradigmas de mercado e de negócio.

À semelhança do ano de 2011, verificou-se um decréscimo do Quadro de Pessoal transitando o número de Colaboradores de 190 para 176, representando uma redução na estrutura de efectivos de 7%. Mantém-se a preponderância do género feminino, a representar 64% da estrutura.

Gráfico 4. Evolução do Quadro de Pessoal no último triénio



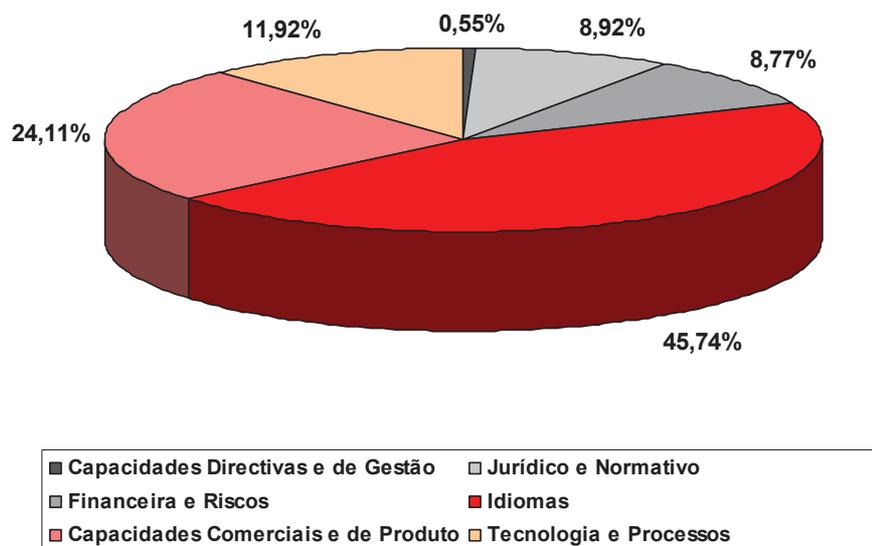
Assitiu-se à ocorrência de algumas saídas por iniciativa própria, tendo adicionalmente o Banco procedido a cessação de contrato de trabalho por mútuo acordo com um conjunto de Colaboradores. No âmbito deste processo, a preocupação social de garantir a célere reintegração no mercado de trabalho dos ex-Colaboradores, levou o Banco a disponibilizar um serviço de *Outplacement*, contemplando um programa de acompanhamento por técnicos especializados na área por um período de 9 meses.

No que se refere às Admissões, o Banco reforçou a equipa de trabalho admitindo para o efeito um Colaborador, para o desempenho de funções na Direcção de Controlo & *Compliance*.

No âmbito das suas políticas de Formação & Conhecimento e melhoria sistemática das suas equipas de trabalho, o Banco procura continuamente apoiar os seus profissionais transformando o seu potencial e competências em alta *performance*, traduzindo desta forma a Cultura Santander na qual, os resultados, eficiência e eficácia são características diferenciadoras para o sucesso da nossa Organização.

Para o efeito, foram desenvolvidas acções de formação e treino nas seguintes áreas de conhecimento: Comerciais e de Produto, Jurídico e Normativo, Financeira & Risco, Idiomas, Capacidades Directivas e de Gestão e Tecnologia e Processos:

Gráfico 5. Formação ministrada / Áreas de Conhecimento



2012 foi um ano de forte aposta da Direcção Comercial na reorganização dos seus processos e metodologias internas, tendo sido desenvolvido e implementado o modelo de Sistemática Comercial. A Direcção de Recursos Humanos apoiou esta reorganização ao nível da formação específica direccionada para as novas metodologias comerciais e de organização, promovendo acções de desenvolvimento ao nível das chefias e respectivas equipas comerciais, dando deste modo seguimento ao processo formativo decorrido em 2011.

Relativamente às modalidades de formação, a formação presencial contínua a assumir o maior peso, seguida da formação em alternância em particular na área de Gestão de Riscos e Recuperação de Crédito.

Como forma de reconhecimento dos seus profissionais e aposta no seu desenvolvimento, foram ainda atribuídas 3 Bolsas Universitárias, nas áreas: Comercial e Recursos Humanos.

Sendo o Grupo Santander um Banco à escala mundial, tem nas suas Políticas de Recursos Humanos uma forte preocupação de divulgação da cultura e valores, aliado ao desenvolvimento e aprendizagem dos seus cerca de 187.000 colaboradores. Nesse sentido, criou o Programa **Mundo Santander**, já na sua 6ª edição, que consiste no intercambio de profissionais do Grupo entre os varios países por um periodo de 3 meses. Tem como grande objectivos promover a formação e desenvolvimento dos profissionais do Grupo, oferecendo a oportunidade de conhecerem, pessoalmente, a dimensão internacional do Santander. Em simultâneo, permite o desenvolvimento de projectos e partilha de conhecimento entre os participantes e as Unidades acolhedoras, fomentando a criação de sinergias e mais valias para ambas as partes.

Associando a mobilidade ao desenvolvimento dos seus Colaboradores, o Banco seleccionou uma Colaboradora da Direcção Financeira – Área de Planeamento e Análise Financeira, para beneficiar da experiência de participar num projecto internacional e multicultural em outra entidade do Grupo Santander, tendo Itália sido o país acolhedor.

No decorrer do mesmo Programa e enquanto entidade acolhedora, o Banco deu as boas vindas a um colega do Grupo, da unidade Santander Consumer Benelux – Bélgica, proporcionando uma experiência profissional no âmbito dos projectos desenvolvidos pela Direcção de Tecnologias e Operações.

Aliado às suas políticas de Desenvolvimento, o Banco desenvolve anualmente o seu Ciclo de Gestão de Desempenho, no qual foram envolvidos todos os seus Colaboradores. Este ciclo fomenta a proximidade e o acompanhamento da Chefia junto do seu Colaborador com o objectivo de potenciar o respectivo desenvolvimento e alinhamento entre os objectivos estratégicos do Banco e os objectivos individuais. Fazem parte deste Ciclo as seguintes fases: Fixação de Objectivos e a respectiva Avaliação de Desempenho individual, implicando este

última a definição de um plano de acção concreto e o acompanhamento do Colaborador ao longo do ano. O processo de Gestão de Desempenho permite ainda recolher inputs fundamentais para uma gestão mais eficaz das políticas de formação, compensação, carreiras, identificação dos colaboradores com maior potencial, fazendo diferenciação de desempenhos, procurando reflectir tais resultados nas políticas de compensação e desenvolvimento.

No âmbito das políticas de compensação, assentes na performance e meritocracia, nomeadamente na componente de Remuneração Variável o Banco em 2012 reconheceu os Colaboradores através de um Premio Anual, cuja atribuição dependeu do grau de concretização dos Resultados do Grupo Santander, da Unidade de Negócio Santander Consumer Finance e da Unidade Santander Consumer Portugal

Com o objectivo de promover uma adequada definição dos princípios da sua Política de Retributiva, bem como de manter a sustentabilidade e competitividade do seu posicionamento salarial face ao mercado financeiro e promover a máxima equidade interna, o Banco desenvolveu ainda em 2012 um estudo das suas práticas de remuneração.

Na consolidação da nossa posição de liderança sabemos que é necessário atrair e reter o melhor talento. Assim sendo, 2012 foi igualmente um ano de reconhecimento do mérito e dedicação dos nossos Colaboradores com a promoção da iniciativa corporativa “Semana Santander és Tu”. As actividades desenvolvidas estiveram associadas ao tema *umbrella* “Juntos, Formamos uma Grande Equipa!”, fomentando desta forma o espírito de Grupo e trabalho em equipa. O Banco contou com a elevada taxa de adesão e participação às iniciativas, reforçando a marca e *ADN* Santander.

Ser Santander é Ser Solidário. É com base neste valor e no âmbito das políticas de Responsabilidade Social que o Banco associa a sua Liderança de mercado com o forte compromisso de desenvolvimento sustentado da Sociedade e das suas Comunidades. Tendo o desenvolvimento de Crianças e Jovens vindo a ser a área de intervenção apoiada, em 2012 realizou-se a entrega de uma viatura de transporte de passageiros à IPSS – Crescer Ser. Esta iniciativa visou solucionar o problema de deslocação dos Jovens nas suas diferentes actividades bem como, colmatar as necessidades específicas de transporte de uma Instituição de Solidariedade Social.

Enquadrado nos objectivos de Conciliação Familiar, o Banco manteve a sua aposta na concretização da “Semana Santander és Tu Júnior”, tendo desenhado uma semana de ocupação de tempos livres, composta por iniciativas lúdico - pedagógicas para os filhos dos seus

Colaboradores, incluindo temas nas áreas de: Desporto, Arte e Cultura, Saúde & Bem Estar, Ambiente, Solidariedade e Cidadania e Fomento do Espírito de Equipa.

Fazer parte de um dos maiores Grupos do Mundo é fazer parte de grandes projectos e sabemos que o êxito do Banco é o êxito de todos Nós.

Santander és Tu, Santander podes ser Tu!

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Banco Santander Consumer Portugal encerrou o exercício de 2012 com um Resultado Líquido positivo (individual) de Euros 9 194 365, sendo o resultado Líquido apurado em base consolidada de Euros 7 663 699.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte Aplicação dos Resultados:

Reserva Legal (10% do Resultado Líquido individual): Euros 919 436;

Resultados a transitar em base individual: Euros 8 274 929

Resultados a transitar em base consolidada: Euros 6744 263.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u> <i>(Reexpresso)</i>
Juros e rendimentos similares	23	77 220 363	85 579 372
Juros e encargos similares	23	(31 785 708)	(38 439 562)
MARGEM FINANCEIRA		<u>45 434 655</u>	<u>47 139 810</u>
Rendimentos de serviços e comissões	24	12 303 466	13 079 569
Encargos com serviços e comissões	24	(5 999 147)	(4 305 243)
Resultados em operações financeiras	25	273 722	(279 422)
Outros resultados de exploração	26	6 440 742	7 086 920
PRODUTO BANCÁRIO		<u>58 453 438</u>	<u>62 721 634</u>
Custos com pessoal	27	(8 188 427)	(9 360 785)
Gastos gerais administrativos	28	(13 148 257)	(13 816 356)
Depreciações e amortizações	11	(1 565 515)	(1 908 299)
Imparidade para crédito	16	(21 470 828)	(19 184 774)
Imparidade para outros activos	16	(752 567)	(2 068 362)
Outras provisões	16	-	(232 695)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		<u>13 327 844</u>	<u>16 150 363</u>
Impostos correntes	12	(6 597 329)	(5 476 565)
Impostos diferidos	12	933 184	(897 032)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>7 663 699</u>	<u>9 776 766</u>
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO		-	-
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		<u>7 663 699</u>	<u>9 776 766</u>
Número de acções em circulação no exercício		66 592 947	66 592 947
Resultados por acção		0,12	0,15

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Outras reservas e resultados transitados						
	Capital	Prémio de Emissão	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Lucro do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	66 592 947	12 790 664	11 300 895	21 965 123	(707 039)	11 633 212	123 575 802
Aplicação do resultado:							
- Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	704 926	-	10 928 286	(11 633 212)	-
Transferência de resultados transitados para outras reservas	-	-	-	5 471	(5 471)	-	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	9 776 766	9 776 766
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	66 592 947	12 790 664	12 005 821	21 970 594	10 215 776	9 776 766	133 352 568
Aplicação do resultado:							
- Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	706 147	-	9 070 619	(9 776 766)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	7 663 699	7 663 699
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	66 592 947	12 790 664	12 711 968	21 970 594	19 286 395	7 663 699	141 016 267

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	94 442 185	110 923 751
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(40 148 665)	(68 753 282)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	11 352 738	9 913 480
Pagamentos a fornecedores e empregados	(21 336 684)	(23 450 594)
Outros resultados	(2 671 289)	(1 949 961)
	<u>41 638 285</u>	<u>26 683 394</u>
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	256 902 334	74 466 656
Outros activos	(33 393 811)	(22 410 328)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	(213 558 343)	(76 440 567)
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 810 697	(3 421 800)
	<u>11 760 877</u>	<u>(27 806 039)</u>
Impostos sobre os lucros	(4 814 509)	(6 306 091)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	<u>48 584 653</u>	<u>(7 428 736)</u>
Aumento de aplicações em instituições de crédito	-	(5 000 000)
Pagamentos relativos a imobilizações	(1 852 808)	(1 579 219)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(1 852 808)</u>	<u>(6 579 219)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	<u>46 731 845</u>	<u>(14 007 955)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	32 678 658	46 686 613
Caixa e seus equivalentes no fim do período	79 410 503	32 678 658

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (adiante designado por “BSCP” ou “Banco”), anteriormente denominado Interbanco, S.A., é uma sociedade anónima com sede social em Lisboa, tendo iniciado a sua actividade em 31 de Dezembro de 1996.

O Banco desenvolve as suas actividades em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a actividade do BSCP encontra-se segmentada, essencialmente, nas vertentes de Crédito ao Consumo, Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e “*Factoring*”.

No exercício de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Silk Finance No.3 e uma entidade de propósito especial denominada Silk Finance No.3 Limited. Estas entidades são consolidadas pelo Banco pelo método integral, uma vez que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios das suas actividades pelo facto de ter contratado uma compra a prazo de parte dos títulos emitidos pelo Silk Finance No.3 Limited, e de deter directamente os restantes títulos.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de Abril de 2013.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 estão pendentes de aprovação pela correspondente Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia

Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

A seguinte alteração (“endorsed”) pela União Europeia tem aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012:

- IFRS 7 (Alteração) – “Divulgações de instrumentos financeiros” – Esta revisão vem aumentar os requisitos de divulgação relativamente a transacções que envolvam a transferência de activos financeiros. Pretende garantir maior transparência em relação à exposição a riscos quando activos financeiros são transferidos e a entidade que os transfere mantém algum envolvimento (exposição) nos mesmos.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, decorrente da adopção da mesma.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adoptadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspectos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 11 – Acordos conjuntos	1-Jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 – Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 – Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IFRS 13 – Mensuração de justo valor	1-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
IAS 12 – Emenda (recuperação de activos por impostos diferidos)	1-Jan-13	Esta emenda fornece uma presunção de que a recuperação de propriedades de investimento mensuradas ao justo valor de acordo com a IAS 40 será realizada através da venda.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 19 – Emenda (planos pensões de benefícios definidos) (2011)	1-Jan-13	Esta emenda vem introduzir algumas alterações relacionadas com o relato sobre os planos de benefícios definidos, nomeadamente: (i) os ganhos/perdas actuariais passam a ser reconhecidos na totalidade em reservas (deixa de ser permitido o método do “corredor”); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro à responsabilidade e aos activos do plano. A diferença entre o retorno real dos activos do fundo e a taxa de juro única é registada como os ganhos/perdas actuariais; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros.
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	1-Jan-13	Esta emenda fornece orientações sobre como as entidades devem apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS após um período em que não as puderam apresentar pelo facto da sua moeda funcional estar sujeita a hiperinflação severa.
IAS 1 – Emenda (Outro Rendimento Integral)	1-Jul-12	Esta emenda refere-se às seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
IFRS 7 – Emenda (2011)	1-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.
IAS 32 – Emenda (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma devido à diversidade na aplicação dos requisitos de compensação.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto (2011)	1-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.

O Banco não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adopção.

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais e outras entidades de propósitos especiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco, empresas filiais em que participa directa ou indirectamente e outras entidades de propósitos especiais relativamente às quais o Banco retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade.

São consideradas filiais as entidades nas quais o Banco exerça um controlo efectivo sobre a gestão das suas políticas operacionais e financeiras com o objectivo de obter benefícios da sua actividade. Por norma, presume-se a existência de controlo sempre que o Banco detenha uma participação efectiva maioritária do capital social ou dos direitos de voto.

As demonstrações financeiras das filiais e das entidades de propósitos especiais são incluídas na consolidação pelo método de integração global. De acordo com este método, são eliminados os saldos e transacções ocorridos no exercício entre as empresas objecto de consolidação. Sempre que aplicável, as demonstrações financeiras das entidades consolidadas são ajustadas de forma a reflectir a aplicação das políticas contabilísticas adoptadas pelo Banco.

O valor do resultado líquido consolidado resulta da agregação dos resultados individuais do Banco e das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação, na proporção da percentagem efectiva detida, adicionado dos efeitos dos ajustamentos que se verifiquem necessários, nomeadamente os que resultem de transacções realizadas entre as referidas entidades.

Adicionalmente, o valor correspondente à participação detida por terceiros nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação, quando aplicável, é reflectido na rubrica “Interesses Minoritários”.

De acordo, com a Norma IAS 27 e a SIC 12, o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades de propósito especial (SPE) criadas no âmbito de operações de titularização, dado que detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

b) Concentração de actividades empresariais

O registo da aquisição de filiais é efectuado de acordo com o método da compra, segundo o qual o custo de aquisição deverá corresponder ao justo valor, na data da transacção, dos activos entregues e dos passivos assumidos ou incorridos, adicionado de custos directamente suportados na transacção, em conformidade com os requisitos previstos no IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”. A diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis, quando positiva (“goodwill”), é registada como um activo intangível. O “goodwill” não é amortizado, sendo sujeito a análises periódicas de imparidade. As perdas de imparidade reconhecidas não podem ser revertidas.

Sempre que o justo valor da participação adquirida exceder o respectivo custo de aquisição, o diferencial apurado é reconhecido como um proveito do exercício.

Até 1 de Janeiro de 2004, de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o “goodwill” gerado em operações de concentração de actividades empresariais era reconhecido integralmente por contrapartida de capitais próprios no momento da aquisição de filiais. Tal como permitido pelo IFRS 1, o Banco não aplicou retrospectivamente os requisitos do IFRS 3 em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 e, conseqüentemente, o “goodwill” gerado nessas operações permaneceu registado em reservas.

A concentração de actividades que envolvam entidades sob controlo comum é registada pelo método da comunhão de interesses, sendo mantido o valor contabilístico dos activos e passivos com referência à data de incorporação.

c) Instrumentos financeiros – Crédito e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a clientes e outros valores a receber registados na rubrica de “Outros activos”. No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

i) Crédito Concedido

Locações

O crédito concedido a clientes através de operações de locação financeira é registado como uma conta a receber pelo valor líquido do investimento efectuado pelo Banco na data de aquisição do bem locado (custo de aquisição, deduzido de descontos obtidos ou antecipações de rendas efectuadas pelos clientes).

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

Operações de “factoring”

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes para cobrança são registadas no activo, na rubrica “Crédito a clientes – Factoring”, a qual é movimentada por contrapartida da rubrica de “Outros passivos – credores por contratos de factoring” (Nota 18), pelo montante que será entregue ao Aderente após a respectiva data de vencimento da factura. Os adiantamentos contratuais sobre o valor dos créditos tomados nas operações de factoring sem recurso são registados a débito da referida rubrica do passivo.

Operações de crédito ao consumo

O crédito concedido a clientes para financiamento de aquisições a crédito e em regime de conta corrente, é registado pelo seu valor nominal.

ii) Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes de atraso, contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui o capital vincendo na data de rescisão.

O Banco procede ao abate de créditos quando as operações são consideradas incobráveis ou quando a exposição se encontra totalmente provisionada pelos critérios de provisionamento do Banco de Portugal. As recuperações posteriores de créditos abatidos ao activo são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros resultados de exploração".

iii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os juros de operações de crédito, bem como as comissões pagas e recebidas associadas à originação de crédito, são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, durante o período de vigência da operação.

As comissões associadas à tomada de facturas em operações de "factoring" sem recurso são integralmente reconhecidas quando recebidas. O impacto do diferimento destas comissões não seria significativo para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

iv) Reportes

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

d) Imparidade de activos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros valores a receber

O Banco efectua com uma periodicidade trimestral análises de imparidade das rubricas de "Crédito concedido e outros valores a receber". Para este efeito, a carteira de crédito encontra-se segmentada da seguinte forma:

- . Tipo de negócio
 - . Operações de "factoring"
 - . Aluguer de longa duração (ALD)
 - . Crédito ao consumo
 - . Operações de leasing mobiliário
 - . Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
 - . Crédito pessoal
 - . Cartões de crédito
 - . Crédito Intersolução (financiamento automóvel sob a forma de conta corrente, com obrigatoriedade de um pagamento mínimo mensal por parte do devedor)
- . Nível de risco atribuído aos clientes em função de critérios definidos internamente
- . Natureza do bem financiado (relativamente aos negócios de ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)
 - . Aquisição de automóvel em estado novo
 - . Aquisição de automóvel em estado usado
 - . Aquisição de outros bens e serviços
- . Tipo de processo de renegociação, para créditos que tenham sido reestruturados:
 - . Reconduções (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso inferior a 90 dias);
 - . Refinanciamentos (operações que resultaram da renegociação de contratos que apresentavam atraso entre 90 e 180 dias);
 - . Acordos de pagamento (operações resultantes da renegociação de contratos que apresentavam atraso superior a 180 dias).

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco prevê, numa primeira fase, a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. Dadas as características da actual carteira de crédito do Banco, apenas são efectuadas análises individuais relativamente a Devedores por operações de factoring e Crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria, sendo a restante carteira analisada numa base colectiva.

O IAS 39 identifica alguns eventos que são considerados como indicadores de existência de imparidade em activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, o incumprimento das condições do contrato (evidenciado, por exemplo, nos atrasos do pagamento de rendas), a reestruturação de créditos ou dificuldades financeiras do devedor. Estes indicadores são considerados pelo Banco no âmbito desta análise, assim como outros que resultam do conhecimento dos clientes e do comportamento histórico da carteira no que se refere a incumprimento e níveis de recuperação.

No que respeita a activos analisados individualmente em relação aos quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. A imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Adicionalmente, o Banco calcula perdas por imparidade em função da perda esperada em caso de incumprimento e das probabilidades de incumprimento associadas ao rating interno do cliente e, quando este não estiver disponível, ao rating interno do aderente, e regista este montante como perda por imparidade na parte em que exceda o total de perdas de imparidade que resulta da análise descrita no parágrafo anterior.

Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro efectiva das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade, os quais se encontram descritos abaixo:

- Definição do período necessário para que o evento de perda, em operações que se encontrem em situação regular na data de análise, seja percebido pelo Banco, o qual foi estimado em três meses;
- Classificação das operações em função do período de atraso identificado, nomeadamente operações sem indícios de imparidade (em situação normal), operações com indícios de imparidade (com prestações em atraso) e operações em incumprimento (“default”). As operações são consideradas em incumprimento sempre que o período de atraso seja superior a 90 dias.
- Determinação de probabilidades de incumprimento, as quais são função não só da posição actual da carteira, mas igualmente do seu comportamento passado.
- Determinação dos valores estimados de recuperação após entrada em default, os quais incluem os custos a incorrer no processo de recuperação.

Os créditos que sejam objecto de processo de renegociação são registados nas aplicações operacionais como novos créditos, pelo que o Banco introduziu um conjunto de pressupostos relacionados com a classificação destes créditos:

- . “Reconduções” – são classificados no modelo como créditos em situação normal;
- . “Refinanciamentos” – inicialmente são classificados no modelo como créditos “em default”, havendo a possibilidade de transitarem para o segmento “regular” caso não apresentem prestações em atraso durante um período determinado em função do respectivo prazo residual do empréstimo:
 - . 3 meses se o prazo residual for inferior a 24 meses;
 - . 9 meses se o prazo residual for superior ou igual a 24 meses mas inferior a 60 meses;
 - . 12 meses se o prazo residual for igual ou superior a 60 meses;
- . “Acordos de pagamento” – ficam sempre classificados no modelo como “em default”, mesmo que não voltem a apresentar qualquer prestação em atraso.

Tendo em consideração que a informação histórica sobre estes segmentos é muito reduzida, em virtude de serem segmentos recentes, o Banco não calcula factores de risco específicos no modelo de imparidade para estes segmentos, utilizando como *proxy* os factores de risco do segmento de “Crédito para aquisição de automóvel usado”.

A variação nos valores de imparidade apurados (diferença entre o valor de balanço do activo e o seu valor estimado de recuperação) é registada em custos do exercício na rubrica “Imparidade de crédito”, líquida do valor das recuperações de capital e juros, anteriormente abatidos ao activo, ocorridas no período.

e) Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo). Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo) são incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

f) Passivos financeiros

Esta categoria inclui essencialmente recursos de Bancos Centrais, de instituições de crédito e de clientes, assim como passivos subordinados emitidos pelo Banco, os quais são valorizados ao custo amortizado. Inclui ainda passivos incorridos pela prestação de serviços ou aquisição de bens, os quais são registados na rubrica “Outros passivos”.

g) Contabilidade de cobertura – derivados de cobertura e instrumentos cobertos

O Banco designa como instrumentos de cobertura os derivados contratados para cobertura do risco de taxa de juro de conjuntos de operações, nomeadamente de carteiras de crédito – macro-coberturas.

O Banco dispõe de documentação formal da relação de cobertura identificando, quando da transacção inicial, a carteira de operações que está a ser coberta, a estratégia de cobertura e tipo de risco coberto, os derivados de cobertura e os métodos utilizados para demonstrar a eficácia da cobertura.

Mensalmente o Banco testa a eficácia retrospectiva e prospectiva das coberturas comparando a variação do justo valor dos elementos cobertos, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor dos derivados de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125%.

Os instrumentos derivados de cobertura são registados ao justo valor no activo ou no passivo, em função de apresentarem valor líquido a receber ou a pagar, respectivamente, e os ganhos e perdas resultantes da sua reavaliação são registados em resultados. Os ganhos e perdas na variação do justo valor de activos financeiros cobertos, correspondentes ao risco coberto, são também reconhecidos em resultados, por contrapartida do valor de balanço dos activos cobertos.

Um activo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberto (risco de taxa de juro, risco de câmbio ou risco de crédito), desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada, separadamente.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, por a variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos atribuível ao risco coberto é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

h) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados do exercício.

i) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis são registados pelo seu custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos em custos do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

A amortização destes activos é calculada pelo método das quotas constantes numa base sistemática ao longo das vidas úteis estimadas dos bens, as quais em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>Anos</u>
Imóveis	50
Equipamento e mobiliário	5 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Outras imobilizações corpóreas	4 - 10

j) Activos intangíveis

Os activos intangíveis respeitam essencialmente a software, o qual é amortizado segundo o método das quotas constantes, durante um período de três anos.

k) Activos recebidos por recuperação de créditos

Os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira encontram-se registados na rubrica “Activos não correntes detidos para venda”, pelo valor do capital em dívida à data da rescisão.

Em 31 de Dezembro 2012 e 2011 esta rubrica inclui essencialmente viaturas recebidas em dação de créditos vencidos. Estes activos são objecto de avaliações periódicas, sendo o seu justo valor de mercado determinado por recurso às tabelas de referência do sector Automóvel (Eurotax) e sujeito a um ajustamento em função da informação histórica sobre o diferencial entre o valor da venda das viaturas e o respectivo valor líquido contabilístico à data da venda, para as vendas ocorridas no trimestre anterior. O Banco reconhece perdas por imparidade sempre que o justo valor de mercado destes activos (deduzido de custos a incorrer na venda) seja inferior ao valor pelo qual se encontram contabilizados.

Os activos recebidos em dação de crédito não são sujeitos a amortização.

l) Comissões por serviços prestados

As comissões cobradas a clientes por serviços prestados são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- . Comissões por prestação de serviços continuados - estas comissões são reconhecidas linearmente ao longo do período durante o qual o serviço é prestado;
- . Comissões pela realização de um acto significativo – tratam-se de comissões destinadas a compensar a realização de um acto significativo, sendo registadas no momento em que o serviço é prestado.

m) Especialização de exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

n) Impostos correntes e diferidos

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 corresponde a 26,5%. Até ao exercício de 2011, inclusive, era aplicável uma taxa de IRC de 12,5% até ao montante de 12.500 Euros da matéria colectável (taxa reduzida que foi eliminada com a publicação da Lei nº 64 – B/2011, de 30 de Dezembro).

Com a publicação da Lei nº 12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, a qual, até ao exercício de 2011, inclusive, tributava a parte do lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2 Milhões de Euros à taxa de 2,5%.

Consequentemente, em 2011, a taxa de imposto agregada utilizada para o registo de imposto corrente foi de 29%.

De acordo com a publicação da Lei nº 64 – B/2011, relativa ao Orçamento do Estado para 2012, as empresas que apresentem lucros mais elevados passaram a ser sujeitas a taxas agravadas em sede de derrama estadual nos exercícios de 2012 e 2013. Com efeito, as empresas com lucros tributáveis superiores a 1,5 Milhões de Euros encontram-se, nesses exercícios, sujeitas a uma taxa adicional de 3% e as empresas com lucros superiores a 10 Milhões de Euros encontram-se sujeitas a uma taxa de 5% sobre a parte do lucro que exceda aquele limite. Esta disposição implicou que a taxa fiscal a utilizar, no exercício de 2012, no reconhecimento do imposto sobre lucros seja de 26,5% para 1.500.000 Euros do lucro tributável, 29,5% para 8.500.000 Euros do lucro tributável e 31,5% para o remanescente.

Face à natureza temporária do agravamento das taxas de derrama estadual acima mencionado, a taxa de imposto utilizada para o registo de impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 correspondeu a 29%.

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, e subsequente prorrogação prevista no Orçamento do Estado para 2012, o Banco esteve, nos exercícios de 2011 e 2012, abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A contribuição sobre o sector bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos, deduzido dos fundos próprios de base (tier 1) e complementares (tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos e pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútua (este último, apenas incluído no Orçamento do Estado para 2012). Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e;
 - Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nocional dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com excepção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores variam entre 0,01% e 0,05%, e 0,00010% e 0,00020%, respectivamente, em função do valor apurado - com a publicação da Portaria nº 121/2011, as taxas em vigor para os exercícios de 2012 e 2011 ascenderam, em ambos os exercícios, a 0,05% e 0,00015%, respectivamente.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes, os impostos diferidos e a contribuição sobre o sector bancário.

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Banco apenas reconhece impostos diferidos activos quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

O Banco, enquanto entidade sujeita à supervisão do Banco de Portugal e que está obrigada a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, efectua o apuramento do lucro tributável de acordo com as referidas normas.

As autoridades têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte (seis anos até ao exercício de 2009, e de quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011) podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2009 a 2012. Com a publicação do Orçamento do Estado para 2012, o prazo de reporte de prejuízos fiscais passou a ser de cinco anos, disposição que se aplica apenas aos prejuízos apurados em ou após 1 de Janeiro de 2012.

No entanto, a dedução dos prejuízos fiscais não pode exceder o montante correspondente a 75% do respectivo lucro tributável, sendo esta limitação aplicável à dedução, a partir de 1 de Janeiro de 2012, dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores.

Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

o) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados que tornem provável o futuro dispêndio de recursos, podendo este ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação, em conformidade com os requisitos do IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e activos contingentes”.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências decorrentes da actividade do Banco, não sendo, regra geral, aceites como custo fiscal.

p) Caixa e seus equivalentes

Na elaboração da demonstração de fluxos de caixa são incluídos no saldo de “Caixa e seus equivalentes” os saldos das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.4 Alterações nas políticas contabilísticas

O Banco procede ao abate de créditos quando as operações são consideradas incobráveis ou quando a exposição se encontra totalmente provisionada pelos critérios de provisionamento do Banco de Portugal. A partir de 2012 e na sequência de uma comunicação por parte do Banco de Portugal datada de 11 de Dezembro de 2012, as recuperações posteriores de créditos abatidos ao activo passaram a ser reflectidas na demonstração de resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”. Até 31 de Dezembro de 2011 aquelas recuperações eram reflectidas na rubrica da demonstração dos resultados, “Imparidade para crédito, líquidas de recuperações”. Neste sentido, o Banco efectuou a reexpressão do ano 2011 na demonstração dos resultados, tendo o montante 9.913.480 Euros sido reclassificado para a rubrica “Outros resultados de exploração” (Nota 26).

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos por parte do Conselho de Administração do Banco. Estas estimativas resultam da análise efectuada à melhor informação disponível na data do seu registo. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir do valor das estimativas registadas, nomeadamente nas seguintes áreas:

Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os impostos sobre lucros foram determinados com base na legislação fiscal em vigor para as empresas incluídas no perímetro de consolidação do Banco, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos de gestão do Banco e das restantes empresas do perímetro de consolidação, poderão encontrar-se sujeitos a alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades fiscais.

Imparidade do crédito e outros valores a receber

A determinação de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber é efectuada de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.d). As estimativas efectuadas pelo Banco no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito e outros valores a receber resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita à segmentação da carteira, a probabilidades de incumprimento, taxas, períodos e custos de recuperação, assim como da avaliação da informação disponível relativamente ao devedor.

Caso o Banco utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber, os valores apurados seriam diferentes dos actualmente reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, o Banco considera que a actual metodologia utilizada é aquela que reflecte de forma mais adequada o risco de incumprimento associado a estes activos.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as empresas incluídas no perímetro de consolidação e os principais dados financeiros retirados das suas contas estatutárias nas referidas datas, são os seguintes:

Entidade	Sede	Sector de actividade	2012			2011		
			% Participação Efectiva	Situação líquida	Resultado líquido	% Participação Efectiva	Situação líquida	Resultado líquido
Fundo Silk Finance No.3	Portugal	Fundo de titularização de crédito	0%	722.281.955	(6.443.154)	0%	810.078.016	(12.894.281)
Silk Finance No.3 Limited	Irlanda	SPE	0%	(24.564.824)	(8.154.570)	0%	(16.410.254)	(6.942.615)

Nos exercícios de 2012 e 2011, as principais operações ocorridas com empresas incluídas no perímetro de consolidação foram as seguintes:

Fundo Silk Finance No.3 e Silk Finance No.3 Limited

Em 4 de Agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito do qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária. Tal como descrito na Nota 33, em 15 de Outubro de 2010 o montante total envolvido nesta operação foi aumentado através de uma venda adicional de créditos.

Tal como referido na Nota 2.3 a) o Banco inclui no perímetro de consolidação, veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre os mesmos um controlo financeiro e operacional efectivo e detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

Assim, para efeitos de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Fundo Silk Finance No.3 e o veículo (SPE) Silk Finance No.3 Limited foram incluídos no perímetro de consolidação, dado que o Banco detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à actividade destas entidades (Nota 33). Nesse sentido, os créditos relativos à operação de titularização permanecem registados no balanço consolidado, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, cujos riscos e benefícios associados são detidos integralmente pelo Banco através da subscrição directa ou de operações de venda com acordo de recompra, foram anuladas no processo de consolidação.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa	40.884	10.208
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	3.157	2.233
	-----	-----
	44.041	12.441
	=====	=====

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências legais de constituição de reservas mínimas de acordo com os requisitos do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% sobre o montante dos depósitos efectuados junto do Banco, acrescido de outros passivos elegíveis.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos à ordem		
· No país	79.266.236	32.368.076
· No estrangeiro	-	81
	-----	-----
	79.266.236	32.368.157
Valores a cobrar	100.226	298.060
	-----	-----
	79.366.462	32.666.217
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Valores a cobrar” respeita essencialmente a cheques sobre clientes de outras instituições de crédito enviados para compensação, os quais foram regularizados nos primeiros dias do exercício seguinte.

7. APLICAÇÕES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valor nominal	15.000.000	15.000.000
Juro a receber	13.750	43.125
	-----	-----
	<u>15.013.750</u>	<u>15.043.125</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo desta rubrica respeita a um depósito a prazo no Banco Santander Totta, S.A., no montante de 15.000.000 Euros, remunerado à taxa de 2,75% e com maturidade em 24 de Junho de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo desta rubrica respeitava a um depósito a prazo no Banco Santander Totta, S.A., no montante de 15.000.000 Euros, remunerado à taxa de 4,5% e com maturidade em 11 de Março de 2012.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

As rubricas de activos financeiros detidos para negociação e de derivados de cobertura têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>			<u>2011</u>		
	<u>Valor nacional</u>	<u>Valor de balanço</u>		<u>Valor nacional</u>	<u>Valor de balanço</u>	
		<u>Activos</u>	<u>Passivos</u>		<u>Activos</u>	<u>Passivos</u>
Contratos sobre taxa de juro						
Swaps de negociação	1.397.224.728	1.808.427	1.823.565	1.671.073.564	734.420	751.547
Swaps de cobertura	274.500.000	-	3.601.967	254.000.000	-	3.415.696
	<u>1.671.724.728</u>	<u>1.808.427</u>	<u>5.425.532</u>	<u>1.925.073.564</u>	<u>734.420</u>	<u>4.167.243</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo das rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação” correspondem ao justo valor dos swaps de taxa de juro, contratados no âmbito da operação de titularização referida na Nota 33.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco tem registado no seu passivo o justo valor dos swaps contratados no âmbito da cobertura de risco de taxa de juro de posições de natureza estrutural (crédito a clientes a taxa fixa).

A negociação de derivados baseia-se num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre o Banco e a contraparte. As operações em vigor nos exercícios de 2012 e 2011 foram contratadas com o Banco Santander, S.A.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou feitos sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nominal). O valor nominal é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O valor de mercado (*fair value*) corresponde ao valor que os derivados teriam se fossem transaccionados no mercado na data de referência. A evolução do valor de mercado dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

Na Nota 31 são apresentadas em detalhe as metodologias de determinação do justo valor de instrumentos financeiros derivados.

A perda potencial de um conjunto de operações derivadas num dado momento é dada pelo seu valor de exposição nesse momento. Nas operações derivadas a médio e longo prazos, os contratos que enquadram as operações prevêm em geral a compensação entre saldos devedores e credores com a mesma contraparte, o que elimina ou reduz o risco de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a repartição do valor nocional por maturidades residuais é a seguinte:

	2012					Total
	<= 3 meses	>= 3 meses <= 6 meses	>= 6 meses <= 1 ano	>= 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
Contratos sobre taxa de juro						
Sw aps de negociação	-	-	-	691.922.796	705.301.932	1.397.224.728
Sw aps de cobertura	27.500.000	26.000.000	47.500.000	173.500.000	-	274.500.000
	<u>27.500.000</u>	<u>26.000.000</u>	<u>47.500.000</u>	<u>865.422.796</u>	<u>705.301.932</u>	<u>1.671.724.728</u>
	2011					
	<= 3 meses	>= 3 meses <= 6 meses	>= 6 meses <= 1 ano	>= 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Contratos sobre taxa de juro						
Sw aps de negociação	-	-	419.397.617	1.028.980.104	222.695.843	1.671.073.564
Sw aps de cobertura	28.000.000	27.000.000	49.000.000	150.000.000	-	254.000.000
	<u>28.000.000</u>	<u>27.000.000</u>	<u>468.397.617</u>	<u>1.178.980.104</u>	<u>222.695.843</u>	<u>1.925.073.564</u>

9. CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Crédito Vincendo		
. Vendas a crédito	674.146.199	775.097.891
. Aluguer de longa duração	140.733.130	168.778.282
. Locação financeira mobiliária	87.755.188	111.091.236
. Factoring	31.699.955	155.431.850
. Créditos em conta corrente	17.286.306	17.984.116
. Cartões de crédito	4.426.899	5.088.095
. Outros	36	39
	-----	-----
	956.047.713	1.233.471.509
Crédito e juros vencidos	54.745.643	49.182.009
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos	2.193.811	2.729.741
Encargos diferidos com comissões associadas ao custo amortizado, líquidos de receitas diferidas	21.754.477	26.931.984
Correcções de valor de elementos cobertos	3.493.488	3.102.902
	-----	-----
	1.038.235.132	1.315.418.145
Imparidade para Crédito (Nota 16)	(57.045.375)	(50.534.347)
	-----	-----
	981.189.757	1.264.883.798
	=====	=====

O movimento na Imparidade para Crédito nos exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 16.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito concedido a clientes por sector de actividade, excluindo crédito e juros vencidos, apresentava a seguinte composição, tendo por base os Códigos da Actividade Económica do Instituto Nacional de Estatística em vigor em 31 de Dezembro de 2012:

	2012	2011
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	73.506.886	199.557.401
Indústrias transformadoras	11.479.225	12.722.492
Construção	8.678.422	11.733.832
Transportes e armazenagem	6.988.253	7.781.559
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	6.416.297	6.673.580
Actividades de saúde humana e apoio social	5.565.950	6.312.523
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.481.011	10.621.840
Alojamento, restauração e similares	3.503.830	3.763.538
Actividades de informação e de comunicação	2.775.333	2.359.414
Educação	1.934.512	2.255.028
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1.871.578	1.972.650
Actividades imobiliárias	1.792.288	1.969.017
Outras Actividades de Serviço	1.424.570	1.403.339
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1.124.480	676.803
Actividades financeiras e de seguros	677.179	1.071.424
Indústrias extractivas	193.558	259.799
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	117.471	120.712
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	95.878	182.489
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	14.569	46.738
Outras	31.041.016	45.094.182
Outro Sector de Actividade (Particulares)	791.365.407	916.893.149
	<u>956.047.713</u>	<u>1.233.471.509</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito vincendo apresentava a seguinte estrutura por tipo de crédito e maturidade:

	31-12-2012							
	Vendas a crédito	Factoring	Aluguer de longa duração	Locação financeira mobiliária	Créditos em conta corrente	Cartões de Crédito	Outros créditos	Total
Até 1 ano	24.905.651	31.699.955	11.195.157	5.682.684	17.286.306	4.426.899	36	95.196.688
De 1 a 5 anos	339.601.799	-	106.696.841	69.155.393	-	-	-	515.454.033
A mais de 5 anos	309.638.749	-	22.841.132	12.917.111	-	-	-	345.396.992
	<u>674.146.199</u>	<u>31.699.955</u>	<u>140.733.130</u>	<u>87.755.188</u>	<u>17.286.306</u>	<u>4.426.899</u>	<u>36</u>	<u>956.047.713</u>

	31-12-2011							
	Vendas a crédito	Factoring	Aluguer de longa duração	Locação financeira mobiliária	Créditos em conta corrente	Cartões de Crédito	Outros créditos	Total
Até 1 ano	31.953.540	155.431.850	15.316.067	8.257.031	17.984.116	5.088.095	39	234.030.738
De 1 a 5 anos	380.323.782	-	118.784.981	82.492.827	-	-	-	581.601.590
A mais de 5 anos	362.820.569	-	34.677.234	20.341.378	-	-	-	417.839.181
	<u>775.097.891</u>	<u>155.431.850</u>	<u>168.778.282</u>	<u>111.091.236</u>	<u>17.984.116</u>	<u>5.088.095</u>	<u>39</u>	<u>1.233.471.509</u>

Nota: A informação incluída nos quadros acima considera a distribuição do total do crédito vincendo de acordo com a data de reembolso final das operações.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito e juros vencidos apresentavam a seguinte estrutura, por antiguidade de saldos e por tipo de crédito:

	2012						
	Vendas a crédito	Locação financeira	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de crédito	Outros créditos	Total
De 1 a 3 meses	2.194.752	375.810	3.271.144	613.732	57.223	16.389	6.529.050
De 3 a 6 meses	2.936.996	241.026	239.758	392.792	51.215	13.880	3.875.667
De 6 a 12 meses	8.111.822	805.924	3.419.158	774.224	140.869	36.532	13.288.529
De 1 a 3 anos	16.145.945	1.532.007	1.054.216	1.211.213	1.008.814	530.572	21.482.767
Superior a 3 anos	2.175.927	21.270	211.188	4.843	4.665.808	2.490.594	9.569.630
	<u>31.565.442</u>	<u>2.976.037</u>	<u>8.195.464</u>	<u>2.996.804</u>	<u>5.923.929</u>	<u>3.087.967</u>	<u>54.745.643</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

	2011						Total
	Vendas a crédito	Locação financeira	Factoring	Aluguer de longa duração	Cartões de crédito	Outros créditos	
De 1 a 3 meses	2.819.411	511.225	2.589.260	541.132	54.988	17.557	6.533.573
De 3 a 6 meses	2.947.876	571.058	640.107	632.737	49.486	16.241	4.857.505
De 6 a 12 meses	8.504.953	940.210	358.886	797.704	176.479	45.155	10.823.387
De 1 a 3 anos	14.831.553	1.371.229	730.611	1.018.643	1.495.777	395.126	19.842.939
Superior a 3 anos	401.029	159.400	688.380	5.381	3.609.164	2.261.251	7.124.606
	<u>29.504.822</u>	<u>3.553.122</u>	<u>5.007.244</u>	<u>2.995.597</u>	<u>5.385.894</u>	<u>2.735.330</u>	<u>49.182.009</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o crédito vincendo associado a crédito vencido com antiguidade superior a 90 dias, ascende a cerca de 10.834.025 Euros e 11.711.059 Euros, respectivamente.

Em 2012 e 2011, o Banco procedeu a alienações de créditos abatidos ao activo.

10. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os montantes registados nesta rubrica, correspondem essencialmente a veículos recebidos em dação em pagamento de crédito. O movimento no valor bruto destes activos nestes exercícios, apresenta o seguinte detalhe:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	2.828.965
Recuperações	9.362.807
Alienações	(9.099.233)
Outros movimentos	109.718

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	3.202.257
Recuperações	4.122.766
Alienações	(4.696.147)
Utilização de imparidade	(1.914.106)
Outros movimentos	30.411

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	745.181
	=====

Em Junho de 2012, o Banco utilizou a imparidade acumulada constituída nessa data para o valor bruto dos activos não correntes detidos para venda.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco tinha registado imparidade para estes activos no montante de 82.741 Euros e 1.824.919 Euros, respectivamente (Nota 16).

12. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os saldos de activos e passivos por impostos correntes e diferidos apresentam a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos por impostos correntes	1.462	10.930
Passivos por impostos correntes		
· Imposto do exercício a pagar	(2.025.542)	(252.190)
	-----	-----
	(2.024.080)	(241.260)
	=====	=====
Activos por impostos diferidos	5.446.400	3.787.433
Passivos por impostos diferidos	(2.833.742)	(2.108.573)
	-----	-----
	2.612.658	1.678.860
	=====	=====

Nos exercícios de 2012 e 2011, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser resumidos como se segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Impostos correntes		
· Do exercício	5.993.170	4.554.519
· Correções a exercícios anteriores	37.815	365.263
· Contribuição para o sector bancário	566.344	556.783
	-----	-----
	6.597.329	5.476.565
Impostos diferidos – dotações, líquidas de reversões	(933.184)	897.032
	-----	-----
Total de impostos registados em resultados	5.664.145	6.373.597
	=====	=====
Resultados antes de impostos	13.327.844	16.150.363
	-----	-----
Carga fiscal	42,50%	39,46%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto para os exercícios de 2012 e 2011, pode ser detalhada como se segue:

	2012		2011	
	Taxa de imposto	Imposto	Taxa de imposto	Imposto
Resultado antes de impostos		13.327.844		16.150.363
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	29,50%	3.931.714	29,00%	4.683.605
Diferenças permanentes				
Contribuição para o sector bancário	4,25%	566.344	0,00%	556.783
Contratos de associação não relevantes para efeitos fiscais	4,51%	601.505	2,36%	353.956
Isenção de Derrama Estadual até 1,5 milhões de Euros de lucro tributável (2 milhões de Euros em 2011)	-0,34%	(45.000)	-0,31%	(50.000)
Acréscimo da Derrama Estadual após 10 milhões de Euros de lucro tributável	1,37%	182.078	-	-
Alteração da taxa de imposto diferido	0,43%	57.274	-1,56%	67.902
Tributação autónoma	1,53%	203.913	0,65%	103.644
Outras diferenças permanentes	0,96%	128.502	0,90%	292.444
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	42,21%	5.626.330	31,03%	6.008.334
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto de exercícios anteriores				
Imposto corrente	0,28%	37.815	0,65%	365.263
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores, líquidas de impostos diferidos	0,28%	37.815	0,65%	365.263
Impostos sobre os lucros	42,50%	5.664.145	39,46%	6.373.597

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de Dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o sector bancário. A base de incidência e taxas aplicáveis relativamente à contribuição sobre o sector bancário encontram-se descritas na Nota 2.3 n).

O movimento nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012				
	Saldos em 31-12-2011	Reforços	Realizações/anulações	Outros movimentos	Saldos em 31-12-2012
Activos por impostos diferidos					
Imparidade para crédito concedido	2.512.527	1.402.549	(70.242)	-	3.844.834
Provisões	1.274.906	563.207	(236.547)	-	1.601.566
Total de activos por impostos diferidos	3.787.433	1.965.756	(306.789)	-	5.446.400
Passivos por impostos diferidos					
Resultado não distribuído do Silk Finance no.3 Limited	(2.107.959)	(725.783)	-	-	(2.833.742)
Outros	(614)	-	-	614	-
Total de passivos por impostos diferidos	(2.108.573)	(725.783)	-	614	(2.833.742)
Saldo líquido	1.678.860	1.239.973	(306.789)	614	2.612.658
2011					
	Saldos em 31-12-2010	Reforços	Realizações/anulações	Outros movimentos	Saldos em 31-12-2011
Activos por impostos diferidos					
Imparidade para crédito concedido	3.545.962	704.987	(701.930)	(1.036.492)	2.512.527
Provisões	86.020	272.899	(120.504)	1.036.491	1.274.906
Total de activos por impostos diferidos	3.631.982	977.886	(822.434)	(1)	3.787.433
Passivos por impostos diferidos					
Resultado não distribuído do Silk Finance no.3 Limited	(1.055.475)	(1.052.484)	-	-	(2.107.959)
Outros	(986)	-	-	372	(614)
Total de passivos por impostos diferidos	(1.056.461)	(1.052.484)	-	372	(2.108.573)
Saldo líquido	2.575.521	(74.598)	(822.434)	371	1.678.860

13. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outros activos		
. Imposto a recuperar	5.976.716	6.001.590
. Devedores diversos	2.373.875	2.814.799
	-----	-----
	8.350.591	8.816.389
Rendimentos a receber		
. Comissões e outros valores a receber	702.017	922.127
Despesas com encargos diferidos	1.060.926	1.053.319
Valores diversos a regularizar	1.601.660	1.815.644
	-----	-----
	11.715.194	12.607.482
	-----	-----
Imparidade (Nota 16)		
Impostos a recuperar	(4.846.999)	(3.789.357)
Outros saldos a receber	(349.679)	(186.140)
	-----	-----
	(5.196.678)	(3.975.497)
	-----	-----
	6.518.516	8.631.982
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Imposto a recuperar” corresponde a reembolsos pedidos e reclamações efectuadas em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado. Nestas datas, o valor de imparidade constituída para os referidos activos ascende a 4.846.999 Euros e 3.789.357 Euros, respectivamente, e reflecte a expectativa do Banco quanto ao correspondente valor de realização.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros activos – devedores diversos”, inclui 146.790 Euros e 276.564 Euros, respectivamente, relativos a valores a receber dos clientes por alienação de viaturas, os quais não tinham ainda sido reclassificados para rubricas de Crédito vencido.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Despesas com encargos diferidos” incluía 426.217 Euros, relativos à comissão de montagem da operação de titularização.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Valores diversos a regularizar”, inclui 628.671 Euros e 824.362 Euros, respectivamente, relativos a rendas de cartões de crédito que se encontram para cobrança.

O movimento na imparidade e provisões das rubricas de “Outros activos” nos exercícios de 2012 e 2011 é apresentado na Nota 16.

14. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Recursos de Bancos Centrais</u>		
Capital (Nota 33)	346.000.000	115.000.000
Juros a pagar	2.342.861	31.944
	-----	-----
	348.342.861	115.031.944
	=====	=====
<u>Recursos de outras instituições de crédito</u>		
Descobertos em depósitos à ordem		
Banco Santander Totta, S.A.	-	560.119
	----	-----
Depósitos e outros recursos		
Banco Santander Consumer Finance, S.A.	531.001.776	625.000.000
Outras instituições de crédito (Nota 33)	-	100.000.000
Juros a pagar	3.309.088	7.972.660
	-----	-----
	534.310.864	732.972.660
Operações de venda de títulos com acordo de recompra (Nota 33)		
Outras instituições de crédito no estrangeiro	-	250.000.000
Juros a pagar	-	1.436.611
	-----	-----
	534.310.864	984.969.390
	=====	=====

15. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos à ordem	45.830	32.688
Cheques e ordens a pagar	4.207.388	2.409.833
	-----	-----
	4.253.218	2.442.521
	=====	=====

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n.º 11/94 de 21 de Dezembro, do Banco de Portugal.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)16. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE

Nos exercícios de 2012 e 2011 os movimentos ocorridos nas provisões e imparidades foram os seguintes:

	2012						Recuperação de crédito e juros vencidos (Nota 26)
	Saldos em 31.12.2011	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	Saldos em 31.12.2012	
Imparidade para crédito (Nota 9)	50.534.347	37.051.164	(15.580.336)	(14.960.114)	314	57.045.375	(11.352.737)
Imparidade:							
. Impostos a recuperar (Nota 13)	3.789.357	1.067.361	(9.719)	-	-	4.846.999	-
. Outros Activos (Nota 13)	186.140	845.862	(669.018)	-	(13.305)	349.679	-
. Activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	1.824.919	8.880.327	(9.362.246)	(1.260.259)	-	82.741	-
	5.800.416	10.793.550	(10.040.983)	(1.260.259)	(13.305)	5.279.419	-
Provisões	391.929	-	-	(136.896)	12.458	267.491	-
	<u>56.726.692</u>	<u>47.844.714</u>	<u>(25.621.319)</u>	<u>(16.357.269)</u>	<u>(533)</u>	<u>62.592.285</u>	<u>(11.352.737)</u>
	2011						Recuperação de crédito e juros vencidos (Nota 26)
	Saldos em 31.12.2010	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	Saldos em 31.12.2011	
Imparidade para crédito (Nota 9)	55.465.364	39.521.693	(20.336.919)	(24.117.629)	1.838	50.534.347	(9.913.480)
Imparidade:							
. Impostos a recuperar (Nota 13)	2.611.373	2.611.409	(907.140)	(1.846.153)	1.319.868	3.789.357	-
. Outros Activos (Nota 13)	-	552.846	(352.507)	(14.198)	(1)	186.140	-
. Activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	1.900.191	7.873.436	(7.709.682)	(236.458)	(2.568)	1.824.919	-
	4.511.564	11.037.691	(8.969.329)	(2.096.809)	1.317.299	5.800.416	-
Provisões	1.478.369	232.695	-	-	(1.319.135)	391.929	-
	<u>61.455.297</u>	<u>50.792.079</u>	<u>(29.306.248)</u>	<u>(26.214.438)</u>	<u>2</u>	<u>56.726.692</u>	<u>(9.913.480)</u>

17. PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15"	15.000.000	15.000.000
Juros a pagar	67.133	118.038
	-----	-----
	<u>15.067.133</u>	<u>15.118.038</u>
	=====	=====

As Obrigações de Caixa subordinadas "Interbanco 05/15" foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2015. Estas obrigações vencem juros à taxa Euribor a 6 meses, adicionada de 1,25%. Os juros são pagos semestral e postecipadamente em 28 de Março e 28 de Setembro de cada ano. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a taxa de juro em vigor ascendia a 1,57% e 2,98%, respectivamente.

18. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valores a pagar ao Estado:		
. Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.351.886	931.567
. Imposto do Selo	377.537	509.114
. Retenção de impostos na fonte	273.353	107.842
. Contribuições para a Segurança Social	113.726	124.090
	-----	-----
	3.116.502	1.672.613
	-----	-----
Credores:		
. Cauções recebidas – contratos de ALD	22.396.327	25.021.133
. Credores por contratos de factoring	8.499.343	38.191.798
. Fornecedores, conta corrente	4.629.595	4.964.001
. Outros credores	266.926	335.820
	-----	-----
	35.792.191	68.512.752
	-----	-----
Operações passivas a regularizar	2.426.268	4.690.135
	-----	-----
Encargos a pagar:		
. Acordos de participação	2.679.482	927.279
. Gastos gerais administrativos	1.621.627	1.917.196
. Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias	958.627	985.788
. Cancelamento de Seguros	215.397	170.799
. Bónus a distribuir aos colaboradores	97.722	792.005
	-----	-----
	5.572.855	4.793.067
	-----	-----
	46.907.816	79.668.567
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Cauções recebidas – contratos de ALD” respeita ao diferencial entre o valor entregue pelos clientes no início das operações de aluguer de longa duração e o valor residual dos respectivos contratos. Na rubrica de crédito concedido encontra-se reflectido o valor líquido do financiamento efectivamente concedido pelo Banco aos clientes, o qual corresponde ao valor de aquisição do bem, deduzido dos pagamentos que efectuaram antecipadamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Credores por contratos de factoring” representa as responsabilidades para com os Aderentes relativas ao valor da facturação de operações sem recurso em processo de cobrança, líquidas de adiantamentos efectuados e notas de crédito emitidas.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Fornecedores – conta corrente” inclui 712.228 Euros e 338.129 Euros, respectivamente, relativos a valores a pagar a companhias de seguros (Nota 34).

A rubrica “Encargos a pagar – Acordos de participação”, diz respeito à participação nos resultados em operações de financiamento automóvel decorrentes do estabelecimento de acordos de associação em participação realizados entre o Banco e sociedades de importação e distribuição automóvel. No âmbito destas operações, o Banco partilha com as referidas sociedades os resultados obtidos num determinado conjunto de operações de financiamento, em função das condições previamente acordadas entre as partes.

A rubrica “Cancelamento de Seguros” diz respeito à estimativa de custos que o Banco irá incorrer relacionados com a devolução de comissões de colocação de seguros relativos a contratos de crédito que foram amortizados antecipadamente pelos clientes.

19. CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social do Banco encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 acções, cada uma com valor nominal igual a 1 Euro, com a seguinte composição:

	<u>Número de acções</u>	<u>Percentagem de participação</u>
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80,086%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,914%
	-----	-----
	66.592.947	100%
	=====	=====

20. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as Outras Reservas e Resultados Transitados têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prémio de Emissão	12.790.664	12.790.664
Reserva Legal	12.711.968	12.005.821
Outras Reservas	21.970.594	21.970.594
Resultados Transitados	19.286.395	10.215.776
	-----	-----
	66.759.621	56.982.855
	=====	=====

Os prémios de emissão tiveram origem no aumento de capital social do Banco efectuado em Janeiro de 2007. Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício em base individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

21. RENDIMENTO INTEGRAL E RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2012 e 2011, o resultado consolidado do Grupo foi determinado da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contributo de cada uma das entidades incluídas no perímetro de consolidação para o rendimento integral e resultado líquido consolidado:		
. Banco Santander Consumer Portugal	9.194.365	7.061.468
. Silk Finance No.3 Limited	2.341.238	3.395.112
. Fundo Silk Finance No.3	-	-
	-----	-----
	11.535.603	10.456.580
Ajustamentos de consolidação:		
. Imparidade em crédito concedido, líquida de impostos diferidos	(3.146.121)	372.670
. Imposto diferido sobre o resultado líquido do Silk Finance No.3 Limited	(725.783)	(1.052.484)
	-----	-----
	7.663.699	9.776.766
	=====	=====

22. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Nos exercícios de 2012 e 2011, os passivos contingentes e compromissos apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Garantias prestadas	476.384	75.546
Compromissos perante terceiros	58.080.295	50.962.809
Activos dados em garantia – valor nominal (Nota 33)	550.000.000	433.000.000

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Compromissos perante terceiros” respeita essencialmente a linhas de crédito associadas a operações de concessão de crédito a clientes através de cartões.

23. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios de 2012 e 2011, a Margem Financeira tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros e proveitos similares		
. Juros de financiamento de vendas a crédito e financiamento em conta corrente	62.039.679	71.172.897
. Juros de crédito em locação	14.513.191	16.495.947
. Comissões associadas ao custo amortizado		
. De intermediação	(9.868.569)	(11.452.572)
. Rappel	(3.949.865)	(4.680.591)
. Apoio Fixo	(1.125.146)	(1.125.023)
. Juros de swaps de negociação	5.929.255	3.239.384
. Juros de swaps de cobertura	971.034	2.011.376
. Juros de adiantamentos de "factoring"	3.573.055	4.837.339
. Comissões de abertura de contrato	3.204.863	3.546.016
. Juros de financiamento através de cartão de crédito	691.314	844.591
. Juros de investimentos a deter até à maturidade	562.054	-
. Outros juros e proveitos		
. De aplicações a prazo	544.125	514.583
. Operações de concessão de crédito	129	946
. Outros	135.244	174.479
	-----	-----
	77.220.363	85.579.372
	-----	-----
Juros e custos similares		
. Juros de recursos de instituições de crédito	21.391.343	31.918.709
. Juros de derivados de negociação	6.008.025	3.321.886
. Juros de derivados de cobertura	4.018.572	2.717.719
. Juros de empréstimos subordinados	355.628	414.905
. Juros de operações de factoring	12.140	50.282
. Juros de depósitos de outros residentes	-	10
. Outros juros e encargos	-	16.051
	-----	-----
	31.785.708	38.439.562
	-----	-----
Margem Financeira	45.434.655	47.139.810
	=====	=====

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios de 2012 e 2011, os Rendimentos e Encargos de serviços e comissões têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
. Comissões de colocação de seguros	6.049.536	5.848.019
. Despesas de cobrança de rendas	2.766.468	2.765.993
. Comissões por prestação de serviços	1.660.769	1.662.648
. Operações de “factoring”	621.465	1.467.374
. Garantias prestadas	4.651	450
. Outros proveitos de comissões	1.200.577	1.335.085
	-----	-----
	12.303.466	13.079.569
	-----	-----
Encargos com serviços e comissões		
. Comissões de Acordos de Participação	2.779.412	1.388.589
. Por serviços bancários de terceiros	1.045.036	1.230.810
. Comissões de colocação de seguros	989.901	872.161
. Outros custos com comissões	1.184.798	813.683
	-----	-----
	5.999.147	4.305.243
	-----	-----
	6.304.319	8.774.326
	=====	=====

Nos exercícios de 2012 e 2011, a rubrica “Rendimentos de serviços e comissões – Comissões de colocação de seguros” respeita a comissões recebidas pelo Banco de companhias de seguros relativamente a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. Na rubrica “Encargos com serviços e comissões - Comissões de colocação de seguros” encontra-se reflectida a comissão paga pelo Banco a concessionários pela angariação de contratos de financiamento relativamente aos quais o cliente subscreveu simultaneamente o respectivo seguro de protecção de crédito. Os proveitos e encargos relativos a comissões recebidas das companhias de seguros e pagas a angariadores são reconhecidos no exercício em que são concretizadas as operações de crédito respectivas. O Banco considera que se tratam de comissões destinadas a compensar a realização de um acto significativo, na medida em que não retêm qualquer envolvimento relacionado com o risco segurado ou com a gestão da apólice de seguro contratada.

25. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2012 e 2011, os valores registados nesta rubrica apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reavaliação dos swaps de cobertura (Nota 31)	(116.864)	(3.542.747)
Reavaliação dos elementos cobertos (Nota 31)	390.586	3.263.325
	-----	-----
	273.722	(279.422)
	=====	=====

26. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Reexpresso)
Outros proveitos de exploração:		
. Recuperações de crédito e juros vencidos (Nota 16)	11.352.737	9.913.480
. Mais-valias em bens de locação financeira	412.263	527.768
. Prestação de serviços	46.275	78.079
. Outros	23.699	1.214.836
	-----	-----
	11.834.974	11.734.163
	-----	-----
Outros custos de exploração:		
. Menos-valias em bens de locação financeira	2.790.395	1.404.367
. Outros custos de exploração	855.205	1.414.282
. Outros impostos indirectos	1.748.632	1.828.594
	-----	-----
	5.394.232	4.647.243
	-----	-----
	6.440.742	7.806.920
	=====	=====

No exercício de 2011, a rubrica "Outros proveitos de exploração - Outros" inclui essencialmente proveitos de juros indemnizatórios recebidos no âmbito de processos de IVA cauçãoés.

27. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2012 e 2011 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e vencimentos:		
. Remunerações dos órgãos de gestão	224.402	243.657
. Remunerações dos empregados	5.267.311	5.816.772
	-----	-----
	5.491.713	6.060.429
	-----	-----
Encargos sociais:		
. Segurança Social	1.276.204	1.291.209
. Outros encargos	167.906	310.633
	-----	-----
	1.444.110	1.601.842
	-----	-----
Outros custos com o pessoal:		
. Bónus aos colaboradores e Conselho de Administração	607.476	647.494
. Indemnizações contratuais	299.828	746.820
. Participação de juros de crédito à habitação	45.000	30.938
. Outros	300.300	273.262
	-----	-----
	1.252.604	1.698.514
	-----	-----
	8.188.427	9.360.785
	=====	=====

O Banco não assumiu quaisquer encargos com pensões de reforma, para além das contribuições para a Segurança Social.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o número de efectivos ao serviço do Banco era o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Direcção	1	1
Quadros superiores	19	20
Quadros técnicos	129	139
Administrativos	27	30
	-----	-----
	176	190
	===	===

28. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios de 2012 e 2011 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Serviços especializados:		
. Recuperação de valores e viaturas	2.061.338	2.213.082
. Subcontratação de pessoal e outros serviços de outsourcing	1.897.661	1.958.211
. Advocacia	1.116.621	1.271.778
. Informática	962.408	743.033
. Segurança e vigilância	176.696	200.372
. Assistência e software	105.409	255.722
. Outros serviços especializados	2.495.788	2.234.672
Comunicação	1.010.559	1.124.971
Seguros, serviços judiciais e contencioso	949.771	996.036
Publicidade	535.491	596.593
Rendas e alugueres	514.521	544.346
Avenças e honorários	357.819	437.769
Água, energia e combustíveis	324.837	418.738
Deslocações, estadas e representações	223.706	210.058
Conservação e reparação	208.705	403.535
Material de consumo corrente	91.857	106.004
Encargos com formação	88.427	73.232
Outros fornecimentos e serviços	26.643	28.204
	-----	-----
	13.148.257	13.816.356
	=====	=====

No exercício de 2012, as remunerações pagas ao Revisor Oficial de Contas têm a seguinte composição:

Revisão legal das contas	92.980
Outros serviços de garantia de fiabilidade	81.693
Serviços de consultoria fiscal	105.905

	280.578
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)29. RELATO POR SEGMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a actividade desenvolvida pelo Banco encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Banca de Retalho: Inclui a actividade do Banco desenvolvida no âmbito da concessão de crédito nos segmentos de Locação financeira, Aluguer de Longa Duração e Crédito ao consumo, assim como os depósitos captados junto de clientes.
- Banca Comercial: Inclui a actividade do Banco desenvolvida nas vertentes de concessão de crédito a empresas para apoio de tesouraria, financiamento à aquisição de stocks e “Factoring”.
- Outros: Compreende todos os segmentos de actividade não considerados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2012 e 2011, foi a seguinte:

	2012			2011		
	Banca de Retalho	Banca Comercial	Total	Banca de Retalho	Banca Comercial	Total
Juros e rendimentos similares	73.647.308	3.573.055	77.220.363	80.742.033	4.837.339	85.579.372
Juros e encargos similares	(31.422.406)	(363.302)	(31.785.708)	(36.186.876)	(2.252.687)	(38.439.563)
Rendimentos de serviços e comissões	11.473.926	829.540	12.303.466	11.269.917	1.809.652	13.079.569
Encargos com serviços e comissões	(5.999.147)	-	(5.999.147)	(4.305.243)	-	(4.305.243)
Resultados em operações financeiras	273.722	-	273.722	(279.422)	-	(279.422)
Outros resultados de exploração	(4.911.995)	-	(4.911.995)	(2.826.560)	-	(2.826.560)
Produto da Actividade Bancária	<u>43.061.408</u>	<u>4.039.293</u>	<u>47.100.701</u>	<u>48.413.849</u>	<u>4.394.304</u>	<u>52.808.153</u>
Outros custos e proveitos			(39.437.002)			(43.031.387)
Resultado Líquido do Exercício			<u>7.663.699</u>			<u>9.776.766</u>
Crédito a clientes (valor líquido)	923.806.820	57.382.937	981.189.757	1.088.177.815	178.765.983	1.266.943.798
Activo líquido total	1.047.756.096	52.694.370	1.100.450.466	1.164.086.997	173.415.966	1.337.502.963
Recursos de Bancos centrais e outras instituições de crédito	831.700.612	50.963.113	882.663.725	945.953.539	154.047.795	1.100.001.334
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.253.218	-	4.253.218	2.442.521	-	2.442.521

Nos exercícios de 2012 e 2011, a actividade do Banco foi integralmente desenvolvida em Portugal.

31. GESTÃO DE RISCOPolíticas de gestão de risco

As políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco no âmbito da sua actividade encontram-se descritas em maior detalhe no âmbito da secção “Risco de Crédito” do Relatório do Conselho de Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco de incumprimento das contrapartes com as quais o Banco mantém posições abertas em instrumentos financeiros, enquanto entidade credora.

Exposição máxima a risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima a risco de crédito apresenta o seguinte detalhe:

	2012			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Provisões e imparidade	Valor de balanço líquido
<u>Patrimoniais</u>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.366.462	79.366.462	-	79.366.462
Aplicações em instituições de crédito	15.000.000	15.013.750	-	15.013.750
Activos Financeiros detidos para negociação	-	1.808.427	-	1.808.427
Crédito a clientes	1.010.793.356	1.016.480.655	(57.045.375)	959.435.280
Outros activos, excluindo encargos diferidos	11.715.194	11.715.194	(5.196.678)	6.518.516
	<u>1.116.875.012</u>	<u>1.124.384.488</u>	<u>(62.242.053)</u>	<u>1.062.142.435</u>
<u>Extrapatrimoniais</u>				
Garantias prestadas	476.384	476.384	-	476.384
Compromissos perante terceiros	40.739.297	40.739.297	-	40.739.297
	<u>41.215.681</u>	<u>41.215.681</u>	<u>-</u>	<u>41.215.681</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

	2011			
	Valor nominal	Valor de balanço bruto	Provisões e imparidade	Valor de balanço líquido
<i><u>Patrimoniais</u></i>				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.666.217	32.666.217	-	32.666.217
Aplicações em instituições de crédito	15.000.000	15.043.125	-	15.043.125
Activos Financeiros detidos para negociação	-	734.420	-	734.420
Crédito a clientes	1.282.653.518	1.288.486.161	(50.534.347)	1.237.951.814
Outros activos, excluindo encargos diferidos	11.554.163	11.554.163	(3.975.497)	7.578.666
	<u>1.341.873.898</u>	<u>1.348.484.086</u>	<u>(54.509.844)</u>	<u>1.293.974.242</u>
<i><u>Extrapatrimoniais</u></i>				
Garantias prestadas	74.546	74.546	(745)	73.801
Compromissos perante terceiros	50.962.809	50.962.809	-	50.962.809
	<u>51.037.355</u>	<u>51.037.355</u>	<u>(745)</u>	<u>51.036.609</u>

Nos quadros apresentados acima, a linha Crédito a clientes não inclui encargos diferidos, nos montantes de 21.754.477 Euros e 26.931.984 Euros em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente (Nota 9).

Qualidade de crédito dos activos financeiros

O acompanhamento e monitorização dos processos de gestão do risco de crédito do Banco é assegurado por uma estrutura interna com competências atribuídas para o efeito, sendo efectuada ao nível da concessão, acompanhamento e recuperação de operações de crédito a empresas e particulares pela Direcção de Risco e Recuperação. A análise e evolução da actividade da Direcção de Risco e Recuperação é por sua vez avaliada regularmente em Comité de Direcção do Banco.

O processo de concessão de crédito encontra-se suportado em modelos de avaliação de risco desenvolvidos internamente (modelos de "rating" e de "scoring") e complementados, sempre que aplicável, pela avaliação efectuada pela Direcção de Risco aos dados financeiros e económicos do cliente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a composição das operações de crédito concedido em regime de Vendas a crédito, Locação financeira e Aluguer de longa duração, apresenta o seguinte detalhe:

2012			
	Capital vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	622.920.758	44.407	622.965.165
Créditos com incumprimento	46.211.202	2.151.345	48.362.547
Créditos em default	5.014.239	29.369.690	34.383.929
	<u>674.146.199</u>	<u>31.565.442</u>	<u>705.711.641</u>
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	80.493.033	723	80.493.756
Créditos com incumprimento	7.062.142	377.561	7.439.703
Créditos em default	200.013	2.597.753	2.797.766
	<u>87.755.188</u>	<u>2.976.037</u>	<u>90.731.225</u>
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	131.696.221	949	131.697.170
Créditos com incumprimento	8.655.172	614.034	9.269.206
Créditos em default	381.737	2.381.821	2.763.558
	<u>140.733.130</u>	<u>2.996.804</u>	<u>143.729.934</u>
Total	<u>902.634.517</u>	<u>37.538.283</u>	<u>940.172.800</u>
2011			
	Capital vincendo	Capital e juros vencidos	Exposição total
Vendas a crédito			
Créditos sem incumprimento	724.920.595	48.717	724.969.312
Créditos com incumprimento	43.250.729	2.772.539	46.023.268
Créditos em default	6.926.567	26.683.566	33.610.133
	<u>775.097.891</u>	<u>29.504.822</u>	<u>804.602.713</u>
Locação financeira			
Créditos sem incumprimento	104.657.671	8.216	104.665.887
Créditos com incumprimento	5.980.358	509.689	6.490.047
Créditos em default	453.207	3.035.217	3.488.424
	<u>111.091.236</u>	<u>3.553.122</u>	<u>114.644.358</u>
Aluguer de longa duração			
Créditos sem incumprimento	159.251.588	1.891	159.253.479
Créditos com incumprimento	9.035.182	539.426	9.574.608
Créditos em default	491.512	2.454.280	2.945.792
	<u>168.778.282</u>	<u>2.995.597</u>	<u>171.773.879</u>
Total	<u>1.054.967.409</u>	<u>36.053.541</u>	<u>1.091.020.950</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

Na preparação dos quadros apresentados acima, a classificação das operações foi efectuada de acordo com a seguinte metodologia:

- “Créditos sem incumprimento” – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 11 dias;
- “Créditos com incumprimento” – créditos com saldos vencidos entre 11 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

Nos exercícios de 2012 e 2011, as operações de crédito concedidas a clientes pelo Banco encontram-se garantidas, entre outras, pelos seguintes tipos de colaterais:

- (i) Garantias bancárias, usualmente associadas a operações de “factoring” com concessionários;
- (ii) Regime de reserva de propriedade em operações de vendas a crédito para aquisição de viaturas;
- (iii) Garantias pessoais (livrança, aval, outros).

Activos financeiros com incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de créditos concedidos a clientes com vencido associado mas sem imparidade atribuída no âmbito da análise individual efectuada pelo Banco, cuja metodologia é descrita na Nota 2.3 d), ascendem a 9.367.501 Euros. Os referidos créditos respeitam essencialmente a operações de cessão de facturação de concessionários em regime de “factoring”, no âmbito das quais são prestadas garantias bancárias pelos devedores aos aderentes com uma cláusula a favor do Banco. O montante de garantias bancárias na data de referência das demonstrações financeiras para estas operações ascendia a 9.265.144 Euros. Em 31 de Dezembro de 2012, todos os créditos analisados individualmente pelo Banco têm imparidade constituída.

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco do Banco apresentar dificuldades na obtenção dos recursos financeiros de que necessita para cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode consubstanciar-se, por exemplo, na incapacidade de alienar de forma célere um instrumento financeiro por um montante representativo do seu justo valor.

No âmbito das políticas internas do Banco no que respeita à exposição a risco de liquidez, o respectivo acompanhamento e monitorização é assegurado em sede de Comité de Activos e Passivos (“Asset Liabilities Committee” – ALCO). De acordo com os procedimentos em vigor, o financiamento da actividade é preferencialmente assegurado junto do Grupo Santander, dispondo o Banco de limites de descoberto autorizado negociados para este efeito.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os “cash flows” contratuais não descontados relativos aos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição por intervalos de maturidade:

	2012						Total
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
<u>Activo</u>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	44.041	-	-	-	-	-	44.041
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.366.462	-	-	-	-	-	79.366.462
Aplicações em instituições de crédito	-	-	15.013.750	-	-	-	15.013.750
Crédito a clientes (SalDOS brutos)	46.974.935	58.695.919	229.642.348	432.876.884	228.782.944	135.488.288	1.132.461.318
	<u>126.385.438</u>	<u>58.695.919</u>	<u>244.656.098</u>	<u>432.876.884</u>	<u>228.782.944</u>	<u>135.488.288</u>	<u>1.226.885.571</u>
<u>Passivo</u>							
Recursos de Bancos Centrais	(56.007.000)	-	-	(297.019.861)	-	-	(353.026.861)
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	(317.720.645)	(153.032.022)	(74.014.270)	-	-	(544.766.937)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(4.253.218)	-	-	-	-	-	(4.253.218)
Passivos subordinados	-	-	(283.756)	(15.701.276)	-	-	(15.985.031)
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Credores por contratos de factoring	-	(8.499.343)	-	-	-	-	(8.499.343)
Cauções recebidas - contratos de ALD	-	(244.303)	(3.164.917)	(9.695.604)	(6.814.906)	(2.476.597)	(22.396.327)
	<u>(60.260.218)</u>	<u>(326.464.291)</u>	<u>(156.480.694)</u>	<u>(396.431.011)</u>	<u>(6.814.906)</u>	<u>(2.476.597)</u>	<u>(948.927.717)</u>
Diferencial	<u>66.125.220</u>	<u>(267.768.372)</u>	<u>88.175.404</u>	<u>36.445.873</u>	<u>221.968.038</u>	<u>133.011.691</u>	<u>277.957.854</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

	2011						
	À vista	Até 3 meses	De três meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	12.441	-	-	-	-	-	12.441
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.666.217	-	-	-	-	-	32.666.217
Aplicações em instituições de crédito	15.043.125	-	-	-	-	-	15.043.125
Crédito a clientes (Saldos brutos)	48.711.519	133.401.905	324.515.150	503.832.391	277.965.886	168.432.710	1.456.859.560
	<u>96.433.302</u>	<u>133.401.905</u>	<u>324.515.150</u>	<u>503.832.391</u>	<u>277.965.886</u>	<u>168.432.710</u>	<u>1.504.581.343</u>
Passivo							
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	(118.622.500)	-	(118.622.500)
Recursos de outras Instituições de Crédito	(560.119)	(139.085.093)	(527.320.696)	(347.536.787)	-	-	(1.014.502.695)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.442.521)	-	-	-	-	-	(2.442.521)
Passivos subordinados	-	-	(458.220)	(1.029.086)	(15.514.543)	-	(17.001.849)
Outros passivos financeiros							
Credores por contratos de factoring	-	(38.191.798)	-	-	-	-	(38.191.798)
Cauções recebidas - contratos de ALD	-	(335.867)	(3.399.023)	(9.096.533)	(8.938.121)	(3.251.589)	(25.021.133)
	<u>(3.002.640)</u>	<u>(177.612.758)</u>	<u>(531.177.939)</u>	<u>(357.662.406)</u>	<u>(143.075.164)</u>	<u>(3.251.589)</u>	<u>(1.215.782.496)</u>
Diferencial	<u>93.430.661</u>	<u>(44.210.853)</u>	<u>(206.662.789)</u>	<u>146.169.985</u>	<u>134.890.722</u>	<u>165.181.121</u>	<u>288.798.847</u>

Na preparação dos quadros acima foram considerados fluxos de caixa projectados de capital e juros, pelo que os valores apresentados não são directamente comparáveis com os saldos contabilísticos nessas datas.

Adicionalmente, na elaboração da informação apresentada acima, foram igualmente utilizados os seguintes pressupostos:

- Os descobertos em depósitos à ordem de clientes e o crédito concedido através de cartão de crédito, registados na rubrica “Crédito a clientes”, foram classificados no intervalo temporal “À vista”;
- Os fluxos de capital projectados relativos à rubrica de “Crédito a clientes” não incluem o crédito vencido;
- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” foram classificados no intervalo temporal “À vista”.
- Relativamente a operações cuja remuneração se encontra indexada à Euribor, os fluxos financeiros apresentados foram estimados com base nas taxas de referência em vigor em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente.
- Não foram considerados os “cash flows” contratuais de swaps de taxa de juro, uma vez que esta informação não é considerada na gestão de liquidez do Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de Juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser demonstrada do seguinte modo:

	31-12-2012				
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Outros	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	40.883	3.158	44.041	-	44.041
Disponibilidades em outras instituições de crédito	100.226	79.266.236	79.366.462	-	79.366.462
Aplicações em instituições de crédito	15.000.000	-	15.000.000	13.750	15.013.750
Crédito a clientes (saldos brutos)	419.181.510	536.866.203	956.047.713	82.187.419	1.038.235.132
	<u>434.322.619</u>	<u>616.135.597</u>	<u>1.050.458.216</u>	<u>82.201.169</u>	<u>1.132.659.385</u>
<u>Passivos</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	(531.001.776)	(346.000.000)	(877.001.776)	(5.651.949)	(882.653.725)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(4.253.218)	(4.253.218)	-	(4.253.218)
Passivos subordinados	-	(15.000.000)	(15.000.000)	(67.133)	(15.067.133)
Outros passivos	(22.396.327)	(8.499.343)	(30.895.670)	-	(30.895.670)
	<u>(553.398.103)</u>	<u>(373.752.561)</u>	<u>(927.150.664)</u>	<u>(5.719.082)</u>	<u>(932.869.746)</u>
Instrumentos financeiros derivados de cobertura(valor notional)	(274.500.000)	274.500.000	-	-	-
Exposição Líquida	<u>(393.575.484)</u>	<u>516.883.036</u>	<u>123.307.552</u>	<u>76.482.087</u>	<u>199.789.639</u>
	31-12-2011				
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Outros	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	10.208	2.233	12.441	-	12.441
Disponibilidades em outras instituições de crédito	298.060	32.368.157	32.666.217	-	32.666.217
Aplicações em instituições de crédito	15.000.000	-	15.000.000	43.125	15.043.125
Crédito a clientes (saldos brutos)	525.706.828	707.764.681	1.233.471.509	81.946.636	1.315.418.145
	<u>541.015.096</u>	<u>740.135.071</u>	<u>1.281.150.167</u>	<u>81.989.761</u>	<u>1.363.139.928</u>
<u>Passivos</u>					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	(625.560.119)	(465.000.000)	(1.090.560.119)	(9.441.215)	(1.100.001.334)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(2.442.521)	(2.442.521)	-	(2.442.521)
Passivos subordinados	-	(15.000.000)	(15.000.000)	(118.038)	(15.118.038)
Outros passivos	(25.021.133)	(38.191.798)	(63.212.931)	-	(63.212.931)
	<u>(650.581.252)</u>	<u>(520.634.319)</u>	<u>(1.171.215.571)</u>	<u>(9.559.253)</u>	<u>(1.180.774.824)</u>
Instrumentos financeiros derivados de cobertura(valor notional)	(254.000.000)	254.000.000	-	-	-
Exposição Líquida	<u>(363.566.156)</u>	<u>473.500.752</u>	<u>109.934.596</u>	<u>72.430.508</u>	<u>182.365.104</u>

Na preparação do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Os recursos de clientes não remunerados foram classificados na coluna de “taxa variável”.
- A coluna “Outros” inclui os seguintes saldos:
 - . Saldos vencidos de crédito concedido a clientes;
 - . Outros valores recebidos ou pagos que se encontram a ser diferidos;
 - . Juros a receber ou a pagar.
- Não foram considerados saldos de swaps de taxa de juro uma vez que se tratam de posições back-to-back (simétricas).

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o impacto na margem financeira projectada do Banco de uma deslocação paralela das curvas de taxa de juro de 100 e 200 bps (*basis point value*) que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações da taxa de juro cujo *repricing* ocorra em 2013 e 2012, respectivamente, é o seguinte:

	2012			
	- 100 bp	- 200 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Juros e rendimentos similares	(1.302.204)	(1.302.204)	8.305.336	16.610.672
Juros e encargos similares	1.227.979	1.227.979	(7.584.579)	(15.169.157)
Margem financeira	<u>(74.225)</u>	<u>(74.225)</u>	<u>720.757</u>	<u>1.441.515</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

	2011			
	- 100 bp	- 200 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Juros e rendimentos similares	(9.646.373)	(10.590.695)	9.776.697	19.553.394
Juros e encargos similares	8.180.073	8.686.789	(8.325.618)	(16.651.237)
Margem financeira	<u>(1.466.300)</u>	<u>(1.903.906)</u>	<u>1.451.079</u>	<u>2.902.157</u>

Relativamente aos instrumentos financeiros de taxa fixa cujo vencimento ocorra em 2012 e 2011, os valores acima apresentados consideram a sua substituição por instrumentos semelhantes, cuja remuneração é calculada de acordo com a curva de taxas de juro projectadas para cada exercício.

Justo Valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado activo. Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, quando é acedido por contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efectuam transacções de forma regular.

A valorização de instrumentos financeiros para os quais não existam cotações em mercado activo é descrita nos pontos seguintes:

- a) Instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor (instrumentos financeiros derivados):

As transacções de derivados financeiros, sob a forma de contratos sobre taxas de juro são efectuadas em mercados de balcão (*OTC – Over-The-Counter*). Para as operações de derivados OTC (*swaps*) a respectiva avaliação é calculada com base em métodos geralmente aceites, nomeadamente, a partir do valor actual dos fluxos futuros (*cash flows*), com base na curva de taxa de juro relevante, vigente no momento do cálculo.

As técnicas de valorização utilizam como *inputs* variáveis representativas das condições de mercado à data das demonstrações financeiras.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros (ex: Bloomberg, Reuters), e ajustadas em função da liquidez e do risco de crédito.

As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Para efeitos de apresentação nesta nota, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados de acordo com a seguinte hierarquia, conforme previsto na norma IFRS 7:

- Nível 1: Cotações em mercado activo

Esta categoria, para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (*bids executáveis*) divulgados através de plataformas de negociação e os activos e passivos exigíveis à vista.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

- Nível 2: Técnicas de valorização em que os *inputs* relevantes são baseados em dados de mercado.

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados por recurso a técnicas de valorização baseadas em dados de mercado para instrumentos com características idênticas ou similares aos instrumentos financeiros detidos pelo Banco ou em modelos internos que utilizam maioritariamente dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). Este nível inclui ainda os instrumentos financeiros valorizados por recurso a preços de compra de terceiros (bids indicativos), baseados em dados observáveis no mercado.

- Nível 3: Técnicas de valorização utilizando inputs relevantes não baseados em dados observáveis em mercado.

O Banco valoriza os seus instrumentos financeiros derivados de acordo com o Nível 2.

b) Instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Banco apura o respectivo justo valor com recurso a técnicas de valorização. Nesta nota, estes instrumentos financeiros são apresentados no Nível 3, na medida em que se considera que o seu justo valor depende de dados relevantes não observáveis em mercado. Os instrumentos exigíveis à vista são apresentados no Nível 1.

Refira-se que o justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação.

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos instrumentos financeiros, com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	2012					Diferença
	Valor de balanço	Metodologia de apuramento de justo valor			Justo valor	
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Dados de mercado (Nível 2)	Modelos (Nível 3)		
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	44.041	44.041	-	-	44.041	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.366.462	79.366.462	-	-	79.366.462	-
Aplicações em instituições de crédito	15.013.750	-	-	14.927.220	14.927.220	(86.530)
Crédito a clientes	956.047.797	-	-	956.213.978	956.213.978	166.181
Derivados de negociação	1.808.427	-	1.808.427	-	1.808.427	-
	<u>1.052.280.477</u>	<u>79.410.503</u>	<u>1.808.427</u>	<u>971.141.198</u>	<u>1.052.360.128</u>	<u>79.651</u>
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	882.653.725	-	-	893.988.598	893.988.598	(11.334.873)
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.253.218	4.253.218	-	-	4.253.218	-
Outros passivos subordinados	15.067.133	-	-	14.603.562	14.603.562	463.571
Derivados de negociação	1.823.565	-	-	1.823.565	1.823.565	-
Derivados de cobertura	3.601.967	-	3.601.967	-	3.601.967	-
	<u>907.399.608</u>	<u>4.253.218</u>	<u>3.601.967</u>	<u>910.415.725</u>	<u>918.270.910</u>	<u>(10.871.302)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

	2011					Diferença
	Valor de balanço	Metodologia de apuramento de justo valor			Justo valor	
		Classificações em mercado activo (Nível 1)	Dados de mercado (Nível 2)	Modelos (Nível 3)		
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	12.441	12.441	-	-	12.441	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.666.217	32.666.217	-	-	32.666.217	-
Aplicações em instituições de crédito	15.043.125	-	-	14.949.345	14.949.345	(93.780)
Crédito a clientes	1.260.451.797	-	-	1.222.265.576	1.222.265.576	(38.186.221)
Derivados de negociação	734.420	-	-	734.420	734.420	-
	<u>1.308.908.000</u>	<u>32.678.658</u>	<u>-</u>	<u>1.237.949.341</u>	<u>1.270.627.999</u>	<u>(38.280.001)</u>
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	1.100.001.334	-	-	1.076.215.106	1.076.215.106	23.786.228
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.442.521	2.442.521	-	-	2.442.521	-
Outros passivos subordinados	15.118.038	-	-	14.160.105	14.160.105	957.933
Derivados de cobertura	3.415.696	-	3.415.696	-	3.415.696	-
	<u>1.120.977.589</u>	<u>2.442.521</u>	<u>3.415.696</u>	<u>1.090.375.210</u>	<u>1.096.233.427</u>	<u>24.744.162</u>

As técnicas de valorização utilizadas têm por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respectivos cash flows descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas, ou seja:

- Relativamente a saldos de instrumentos financeiros exigíveis a menos de um ano, considerou-se que o valor de balanço constituía uma aproximação fiável do seu justo valor;
- Nas restantes operações com clientes, foram utilizadas as taxas de juro médias praticadas pelo Banco no último trimestre de 2012 e 2011, respectivamente, para operações com características semelhantes;
- O justo valor do Crédito a clientes encontra-se ajustado pelo montante de perdas por imparidade acumuladas, calculadas de acordo com o modelo de imparidade do Banco.

Contabilidade de Cobertura

O Banco aplica Contabilidade de Cobertura de justo valor para carteiras de crédito a clientes a taxa fixa. Os instrumentos utilizados para o efeito são swaps de taxa de juro. A aplicação de Contabilidade de Cobertura permite eliminar o "accounting mismatch" que resultaria do reconhecimento ao custo amortizado dos elementos cobertos, enquanto os instrumentos de cobertura (instrumentos financeiros derivados) teriam de ser obrigatoriamente registados ao justo valor através de resultados. O valor dos instrumentos financeiros cobertos é a parcela de cash-flows das operações que iguala os cash-flows dos swaps contratados.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço dos elementos cobertos e o justo valor dos instrumentos de cobertura associados têm a seguinte composição:

Tipo de cobertura de justo valor	2012						
	Elementos Cobertos			Instrumentos de cobertura			
	Montante nominal	Correcções de valor	Total	Montante nocial	Juros e prémios	Reavaliação	Justo valor
Crédito a Clientes	404.006.542	3.493.488	407.500.030	274.500.000	(102.779)	(3.499.188)	3.601.967
Tipo de cobertura de justo valor	2011						
	Elementos Cobertos			Instrumentos de cobertura			
	Montante nominal	Correcções de valor	Total	Montante nocial	Juros e prémios	Reavaliação	Justo valor
Crédito a Clientes	509.120.012	3.102.902	512.222.914	254.000.000	349.717	(3.765.413)	3.415.696

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios de 2012 e 2011, os resultados em operações financeiras reconhecidos nos instrumentos financeiros derivados de cobertura e nos elementos cobertos foram os seguintes (Nota 25):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Elementos cobertos – crédito a clientes	390.586	3.263.325
Instrumentos de cobertura – swaps de taxa de juros	(116.864)	(3.542.747)
	-----	-----
	273.722	(279.422)
	=====	=====

32. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital realizada pelo Banco no âmbito da sua actividade consolidada encontra-se sujeita à disciplina e disposições do Banco de Portugal, enquanto entidade de supervisão do sistema financeiro nacional.

Nesta matéria, as exigências regulamentares em vigor respeitam, entre outros, aos requisitos previstos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, assim como pelos Avisos do Banco de Portugal n.º 12/92, de 22 de Dezembro e n.º 5/2007, de 27 de Abril, e respectivas alterações posteriores. Encontram-se regulados em sede das referidas disposições legais os requisitos e rácios prudenciais a que o Banco deverá atender na definição da sua política de gestão dos elementos patrimoniais, nomeadamente no que respeita à definição de Fundos Próprios (capital regulamentar) e respectiva ponderação face ao valor dos activos e elementos extrapatrimoniais da instituição ponderados por factores de risco (rácio de solvabilidade), o qual não deverá ser inferior a 8%.

No âmbito da revisão do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, o Banco de Portugal veio através do Aviso n.º 3/2011 estabelecer a obrigatoriedade de os bancos sujeitos à sua supervisão reforçarem o rácio Core Tier 1 para um valor mínimo de 9% até 31 de Dezembro de 2011, e de 10% até 31 de Dezembro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o apuramento do rácio de solvabilidade do Banco apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Capital realizado	66.592.947	66.592.947
Prémios de emissão	12.790.664	12.790.664
Reservas legais, estatutárias e outras	34.682.562	33.976.415
Resultados transitados	19.072.559	10.001.940
Outras deduções líquidas aos Fundos Próprios de Base	(3.042.482)	(2.609.007)
Fundo próprios de Base elegíveis (1)	<u>130.096.250</u>	<u>120.752.959</u>
Empréstimos subordinados	6.000.000	9.000.000
Investimentos em filiais	-	-
Fundo próprios complementares elegíveis (2)	<u>6.000.000</u>	<u>9.000.000</u>
Fundos próprios elegíveis (1+2)	<u>136.096.250</u>	<u>129.752.959</u>
Requisitos de Fundos próprios	<u>70.997.941</u>	<u>89.890.894</u>
Rácio de solvabilidade	15,34%	11,55%
Rácio "Tier I"	14,66%	10,75%

33. OPERAÇÃO DE TITULARIZAÇÃO

Em 4 de Agosto de 2009, o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 688.412.950 Euros. Deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 681.723.353 Euros, na medida em que foram excluídos da transacção os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas por 676.731.708 Euros ao Fundo Silk Finance No. 3 (Fundo), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A.

Em 15 de Outubro de 2010, o Banco procedeu a uma venda de créditos adicionais ao Fundo, no âmbito da referida operação de titularização. Naquela data, o valor vincendo dos créditos alienados ascendia a 177.190.627 Euros. Pelos mesmos motivos referidos no parágrafo anterior, deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 154.000.000 Euros. Estas operações foram alienadas ao Fundo por 154.000.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor nominal vincendo dos créditos titularizados ascendia a 708.864.909 Euros e 835.031.573 Euros, respectivamente.

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Fundo, sendo os serviços do Banco remunerados por esta entidade, através de uma comissão calculada com uma periodicidade trimestral sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 1%.

O financiamento do Silk Finance No. 3 Limited foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2012 a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

Obrigações	Valor nominal	Data de maturidade	Rating Fitch / S&P	Remuneração
Classe A	483.131.235	Julho de 2025	A + / A -	Eur 3M + 1,5%
Classe B	288.000.000	Julho de 2025	<i>Not rated</i>	<i>Residual</i>
Classe C	3.900.000	Julho de 2025	<i>Not rated</i>	<i>Residual</i>
	<u>775.031.235</u>			

O pagamento de juros das obrigações da classe A e a distribuição do montante residual das classes B e C ao Banco são efectuados pelo Silk Finance No.3 Limited, trimestralmente em 15 de Janeiro, 15 de Abril, 15 de Julho e 15 de Outubro de cada ano.

Para cobertura do risco da taxa de juro, o veículo de titularização Silk Finance No.3 Limited, celebrou com o Banco Santander, S.A., um swap de taxa de juro. Nos termos deste swap, o veículo de titularização entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado com referência à taxa de juro média da carteira de crédito, e recebe um montante calculado com referência à Euribor a 3 meses, acrescida de 4%. Por sua vez, o Banco Santander, S.A., cobriu a sua posição através da contratação de um swap simétrico com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (Nota 8).

O Banco mantém a sua qualidade de gestor dos créditos e, consequentemente, a relação comercial com os seus clientes, efectuando as cobranças das prestações e a recuperação de eventuais moras que venham a ocorrer. O produto da cobrança das prestações é diariamente depositado numa conta do Fundo Silk Finance No.3 junto do Banco.

O produto das cobranças de capital entregues é utilizado pelo Fundo para, mensalmente, proceder à aquisição de novos créditos ao Banco. Este procedimento foi seguido até ao IPD de Outubro de 2012, altura em que a parte do capital não utilizada para aquisição de novos créditos e por este motivo acumulada na conta do Fundo, começou a ser utilizada para proceder trimestralmente ao reembolso, por redução ao valor nominal das unidades de titularização.

O Banco tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações emitidas e de recomprar a carteira de crédito ao valor nominal quando esta for igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

Na sequência da operação de venda adicional de créditos no âmbito da operação de titularização, o Banco alienou parte destas obrigações a uma instituição de crédito estrangeira pelo valor nominal, o qual ascendeu a 250.000.000 Euros. Simultaneamente, o Banco contratou com essa instituição uma opção de compra e uma opção de venda, as quais garantiam que o Banco iria readquirir os títulos numa data futura pelo seu valor nominal acrescido de juros corridos. Desta forma, o Banco manteve parte substancial dos riscos e benefícios associados à detenção dos títulos. Por este motivo, e tal como requerido pela norma IAS 39, o Banco não desreconheceu os títulos, tendo registado o contravalor da alienação como um passivo em “Recursos de outras instituições de crédito” (Nota 14). Durante o prazo da operação, a contraparte recebeu os fluxos de juros relativos às obrigações adquiridas e pagou ao Banco em cada data de liquidação de fluxos um prémio de 0,0875%. Assim, em termos líquidos, a remuneração que o Banco suportou com esta operação corresponde à taxa Euribor a 3 meses adicionada de um spread de 1,15%. Esta operação atingiu a sua maturidade em Julho de 2012 (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Banco tinha entregue obrigações da Classe A com valor nominal de 550.000.000 Euros e 300.000.000 Euros, respectivamente, como colateral ao Banco Central Europeu, no âmbito de operações de financiamento (Notas 14 e 22).

Adicionalmente, no exercício de 2011, foram entregues obrigações da Classe A com valor nominal de 133.000.000 Euros como colateral para uma operação de financiamento com valor nominal de 100.000.000 Euros junto a um investidor privado (Notas 14 e 22). Esta operação atingiu a sua maturidade em 2012.

Tal como referido na Nota 2.3 a), o Banco inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas, as entidades de propósito especial (SPE), criadas no âmbito da operação de titularização acima descrita, dado que exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e detém a totalidade dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade (Nota 4).

Os créditos relativos à operação de titularização foram registados no balanço, e as obrigações emitidas pelo veículo de titularização, que são totalmente detidas pelo Banco, foram anuladas no processo de consolidação.

34. OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Seguros

O Banco, para além da sua actividade principal de concessão de crédito, exerce também a actividade de Mediação de Seguros, estando registada no Instituto de Seguros de Portugal (“ISP”) na categoria de Mediador de Seguros com o número 408262671.

Conforme requerido pela Norma Regulamentar nº. 15/2009-R de 30 de Dezembro, do ISP, artigo 4º nº1, apresenta-se em seguida a informação aplicável ao Banco:

Alínea a) - Reconhecimento dos proveitos

As comissões de seguros recebidas pelo Banco de companhias de seguros respeitam a comissões relativas a prémios de seguro cobrados a clientes no âmbito de contratos de financiamento. O Banco reconhece estas comissões na demonstração de resultados na data de vencimento dos prémios de seguro. Em caso de rescisão antecipada do crédito associado ou caso o cliente decida renunciar à apólice de seguro, a parte remanescente do prémio é devolvida ao cliente e o Banco reconhece na demonstração de resultados a anulação da comissão correspondente. De referir que o Banco regista anualmente uma estimativa dos custos a incorrer com estas situações.

Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de qualidade sobre a totalidade da carteira, caso a sinistralidade da carteira seja menor do que a sinistralidade esperada. A comissão de qualidade é calculada, produto a produto, em função da respectiva contribuição no resultado global. No caso de o resultado ser negativo, este valor acumula para exercícios posteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
(Montantes expressos em Euros)Alínea b) - Total das remunerações recebidas, desagregadas por natureza e por tipo:

No exercício de 2012, a totalidade das remunerações recebidas pelo Banco relacionadas com a actividade de mediação de seguros corresponderam a comissões, e foram integralmente liquidadas em numerário.

Alíneas c) e d) - Total de comissões desagregadas por ramos e por seguradoras

Nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações do Banco relativas a comissões de colocação de seguros apresentam a seguinte composição:

Código ISP	Companhia de seguros	2012			2011		
		Ramo		Total	Ramo		Total
		Vida	Não vida		Vida	Não vida	
1138	Cardiff Assurances Vie	5.135.075	-	5.135.075	5.448.841	-	5.448.841
1139	Cardiff Assurance Risques Divers	-	131.291	131.291	-	-	-
	Outros	-	783.170	783.170	-	399.178	399.178
		<u>5.135.075</u>	<u>914.461</u>	<u>6.049.536</u>	<u>5.448.841</u>	<u>399.178</u>	<u>5.848.019</u>

Alínea e) - Valores das contas "clientes" e volume movimentado no ano

O volume movimentado no ano de 2012 e 2011 relativo a prémios de seguros pagos por clientes e entregues a Seguradoras ascendeu a 9.099.922 Euros e 9.359.709 Euros, respectivamente. Dado ser uma instituição financeira, o Banco entende não ser necessária a utilização de contas "clientes" segregadas para o registo de prémios de seguros movimentados.

Alínea f) - Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas contas apresentam a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contas a receber		
. Clientes – prémios vencidos	2.684.545	2.390.698
. Outros activos – rendas em cobrança	(106.247)	10.443
	-----	-----
	<u>2.578.298</u>	<u>2.401.141</u>
	=====	=====
Contas a pagar		
. Companhias de seguros (Nota 18)	(712.228)	(338.129)
	=====	=====

Alínea g) - Segregação dos valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

As contas a receber e as contas a pagar referidas na alínea anterior apresentam a seguinte composição:

	2012		2011	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
i) Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro;	-	(1.879.742)	-	(1.900.727)
ii) Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro;	2.578.298	-	2.401.141	-
iii) Fundos que foram confiados ao Banco pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários;	-	-	-	-
iv) Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar;	-	1.167.514	-	1.562.597
v) Outras quantias com indicação da sua natureza;	-	-	-	-
	<u>2.578.298</u>	<u>(712.228)</u>	<u>2.401.141</u>	<u>(338.129)</u>

Alínea h) - Análise da idade das contas a receber vencidas à data de relato mas sem imparidade e das contas a receber individualmente consideradas com imparidade

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os montantes de prémios de seguros vencidos encontravam-se classificados na rubrica “Crédito e juros vencidos” (Nota 9) e apresentam a antiguidade que se evidencia no quadro abaixo. Nessas datas, a imparidade registada pelo Banco para estes saldos ascendia a 2.641.649 Euros e 2.342.588 Euros, respectivamente.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até 30 dias	865	1 700
Entre 30 e 90 dias	15 524	15 857
Entre 90 e 180 dias	13 880	16 111
Entre 180 dias e 2 anos	142 582	228 915
Acima de 2 anos	<u>2 511 694</u>	<u>2 128 117</u>
Provisões Crédito Vencido	2 684 545	2 390 698
Provisões crédito vencido e imparidade	<u>-2 641 649</u>	<u>-2 342 588</u>
	<u>42 896</u>	<u>48 110</u>

Alíneas i), j), k) e l)

Não se aplicam ao Banco.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de 1.100.450.466 Euros e capital próprio de 141.016.267 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.663.699 Euros, as Demonstrações do rendimento integral consolidado, de alterações nos capitais próprios consolidados e dos fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

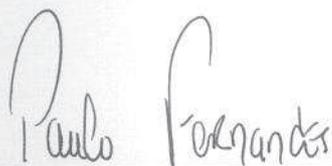
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (Nota 2).

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2012.

Lisboa, 17 de Abril de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre de Sá Fernandes

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do
Banco Santander Consumer Portugal, SA

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Parecer sobre o relatório de gestão, os documentos de prestação de contas consolidadas do Banco Santander Consumer Portugal, S. A. e a certificação legal de contas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os primeiros da responsabilidade do Conselho de Administração.

Somos de opinião que as contas consolidadas, o Relatório de Gestão e a certificação legal de contas, bem como a proposta naquele expressa, estão de acordo com as disposições aplicáveis pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Manifestamos ainda ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração que nos foi prestada.

Lisboa, 17 de Abril de 2013

Diogo Leite de Azevedo




DISCIPLINA DE MERCADO

Exercício de 2012

Para ser consultado em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório e Contas de 2012

Lisboa, 31 de Dezembro de 2012

ÍNDICE

Introdução

Anexo I – Declaração de responsabilidade

Anexo II – Âmbito de aplicação e políticas de gestão do risco

Anexo III – Adequação de Capitais

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Anexo IV – Risco de crédito de contraparte

Anexo V-A – Risco de Crédito – Aspectos gerais

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Anexo V-B – Risco de Crédito – Método Padrão

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Anexo VII – Operações de Titularização

Anexo VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Anexo IX - Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Anexo X - Posições em Risco sobre Acções da Carteira

Anexo XI - Risco Operacional

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Anexo XII - Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

- Secção A – Informação Qualitativa
- Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

Introdução

Em cumprimento do estabelecido no Aviso 10/2007 do Banco de Portugal sobre “Divulgação de Informação Detalhada sobre Solvabilidade”, regulado pelo artº 29 do Decreto-Lei nº 104/2007, de 3 de Abril, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A., apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os riscos incorridos atendendo aos objectivos estratégicos e aos processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos no final do exercício do ano civil de 2012, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma óptica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

Anexo I – Declaração de responsabilidade

O Conselho de Administração do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. declara, nos termos e para os efeitos presentes do Aviso n.º 10/2007 do Banco de Portugal, o seguinte:

- Foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- A qualidade de toda a informação constante neste texto é adequada, incluindo a referente ou com origem em entidades englobadas no grupo económico no qual a instituição se insere;
- Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento “Disciplina de Mercado” se refere;
- Entre o final do ano de 2012 e a data de publicação do presente documento não existiram factos relevantes que alterem ou condicionem a informação nele contida.

Anexo II – Âmbito de aplicação e políticas de gestão do risco

1. Âmbito de aplicação

1.1 Designação da instituição e perímetro de consolidação para fins prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., com sede social sita na Rua Castilho, n.º 2, em Lisboa, pessoa colectiva e registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único número 503.811.483, com o capital social integralmente realizado de € 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete euros), é uma sociedade que tem por objecto exclusivo a actividade bancária atribuída às instituições de crédito, nos termos da alínea a) do artigo 3.º e do artigo 4.º, ambos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), incluindo todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa actividade e permitidas por lei.

1.2 Diferenças a nível da base de consolidação para efeitos contabilísticos e prudenciais

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. consolida integralmente para efeitos contabilísticos o património da empresa Silk Finance nº3, Ltd, com sede na Irlanda, constituída no âmbito da operação de titularização de créditos iniciada em 4 de Agosto de 2009, e cujo objecto social é o de Entidade de Finalidade Especial (SPE), No cumprimento da regulação emitida pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelos Avisos nº12/92, 4/07, 5/07 e 7/07, a empresa Silk Finance nº 3 , Ltd integra a base de consolidação para efeitos prudenciais, não existindo diferenças na base de consolidação entre o relato contabilístico e prudencial..

1.3 Transferência de fundos próprios ou reembolso de passivos entre a empresa-mãe e as suas filiais

Não existem impedimentos com excepção dos decorrentes da lei.

2. Integração em conglomerado financeiro

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., integra o Grupo Santander, e tem como únicos accionistas o Santander Consumer Finance, S.A., titular de 53.331.647 acções representativas de 80,09 % do capital social e o Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., titular de 13.261.300 acções representativas de 19,91 % do capital social, sendo todas as operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo.

3. Objectivos e políticas em matérias de gestão de risco

A actividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. centra-se na realização de operações de financiamento, sendo uma das principais características deste tipo de operações possuírem um significativo grau de standardização, pelo que a natureza de riscos gerada pela actividade das diferentes áreas de negócio é comum. Adicionalmente o elevado conhecimento e experiência, por parte do Órgão de Administração e dos Órgãos de Direcção, do mercado em que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. actua permitem avaliar a relevância dos riscos e a sua capacidade para influenciar os resultados da actividade da instituição.

O ciclo de gestão do capital interno e dos riscos tem por pressupostos base a definição do perfil de risco da instituição e dos limites que possibilitam, com o devido acompanhamento e adequada gestão de capital, o cumprimento do planeamento efectuado de acordo com a estratégia definida, gradualmente transposta para os processos de gestão e no limite consolidada no orçamento anual. A alocação do capital interno por segmento de negócio em função do perfil de risco a assumir, permite efectuar um contínuo acompanhamento da sua adequação, bem como da compatibilidade dos processos de gestão por categoria de risco.

O orçamento anual constitui uma ferramenta essencial no ciclo de gestão no sentido que permite quantificar por linha de negócio e de forma estruturada, a evolução da margem financeira, do produto bancário, dos custos operacionais, e da imparidade. Por outro lado, apresenta a evolução do comportamento de indicadores de rendibilidade, de eficiência operacional, de risco, de liquidez, de solvabilidade, de cobertura, entre outros. Em Comité de Direcção é efectuado o acompanhamento das demonstrações financeiras e dos rácios de gestão, permitindo uma avaliação quantitativa e qualitativa, da robustez da estrutura e dos processos de gestão e acompanhamento de risco, no sentido de garantir a adequabilidade do capital interno do Banco e, a respectiva alocação por linha de negócio face aos riscos materialmente relevantes.

A plena consciência dos riscos materialmente relevantes é o pressuposto base do ciclo de gestão enunciado, pelo que a maior ou menor complexidade dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo das diferentes categorias de risco é função do grau de exposição, dos dispositivos de governo interno e mecanismos de controlo implementados.

Para cada uma das categorias de risco e de acordo com o grau de complexidade acima mencionado, o Banco tem vindo a desenvolver e a aperfeiçoar mecanismos de gestão e acompanhamento. Estes processos contribuem de forma decisiva para a avaliação e o cumprimento dos pressupostos adoptados no planeamento e gestão de capital.

Risco de Crédito

Por risco de crédito o Banco Santander Consumer Portugal S.A. entende a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros.

O Banco desenvolve a sua actividade na vertente da concessão de crédito, em conformidade com o legalmente consentido às instituições de crédito, nomeadamente o Crédito ao Consumo, a

Locação Financeira Mobiliária, Aluguer de Longa Duração (ALD) e “Factoring”, bem como na prestação de serviços conexos a essas actividades.

A sua actividade tem-se vindo a centrar essencialmente no financiamento automóvel, mais concretamente no financiamento de viaturas novas, no financiamento de viaturas usadas, e no crédito ao consumo.

A definição do apetite, grau de tolerância e respectivos limites de aceitação de risco traduzem-se na política de crédito, nomeadamente ao nível da concessão de financiamento e seguimento de risco das carteiras, por produto e por angariador, que é da responsabilidade do Conselho de Administração e encontra-se devidamente documentada no Regulamento de Crédito, revisto e aprovado em função das alterações à política em vigor. O controlo do bom cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento constitui a principal ferramenta para assegurar a eficácia da gestão de risco de crédito.

No que respeita ao processo de análise de financiamento importa salientar que este se encontra centralizado na Direcção de Risco e Recuperação, e suportado em modelos de avaliação de crédito desenvolvidos internamente (modelos de “rating” e de “scoring”). O conhecimento completo do cliente é ainda consubstanciado pela consulta a bases de dados externas, como a do Banco de Portugal, Credinformações e Dun & Bradstreet que permite identificar, entre outros, as responsabilidades junto do sistema financeiro e a capacidade de endividamento.

Para alguns segmentos, o Banco adopta procedimentos adicionais de pré-verificação telefónica das condições contratuais, através de contacto directo com o cliente final., nomeadamente no financiamento de automóveis usados, segmento de prescritores a actuar unicamente nesse mercado, e no financiamento ao consumo. Pretende-se com este processo mitigar a exposição ao risco de crédito, inerente a este segmento, e identificar potenciais situações de fraude, em momento anterior à confirmação e pagamento do contrato.

No processo de avaliação da exposição ao risco de crédito são tidos em linha de conta os seguintes factores: probabilidades de incumprimento, concentração e correlação das posições em risco, perda dado o incumprimento, grau de exposição e grau de cobertura das técnicas de redução de risco.

O acompanhamento da qualidade das carteiras, efectuado com base em análises *vintage* e na variação da mora de gestão (VMG), é apresentado e analisado mensalmente em Comité de Direcção e Comité de Risco e Recuperação.

Com recurso ao sistema de informação de gestão são comparadas as carteiras com igual período de originação (*vintages*), permitindo aferir a adequação da política de crédito e a evolução dos níveis de delinquência da carteira sob gestão para diferentes estágios de maturidade de crédito vencido, produto, tipo de financiamento e campanha/programa.

Com vista à referida adequação, o Banco monitoriza ainda a VMG de forma diária, indicador utilizado pelo Grupo Santander para medir o incremento do risco de crédito líquido em balanço. A VMG consiste na variação do crédito vencido por classes de risco superiores a 90 dias acrescida pelo capital vincendo associado, e pelo crédito abatido ao activo (*writte-offs*) deduzido das recuperações de *writte-offs*.

Tendo por base a carteira, são construídas matrizes de transição que quantificam a evolução do crédito concedido, capital vencido e capital vincendo associado, entre o mês N e o mês N+1,

tendo como referência a classe de antiguidade do mês N (anterior) e a classe de antiguidade verificada no mês N+1 (seguinte).

Pela observação histórica das matrizes de transição mensais ponderadas ao volume de crédito mensal em balanço estima-se, com base estatística e de acordo com o comportamento observado do crédito concedido para cada uma das classes de antiguidade, as VMG expectáveis para os períodos seguintes.

A avaliação de risco dos prescritores, é efectuada com base na evolução dos rácios de incumprimento das carteiras geradas, e analisada e revista semanalmente em Comité de Risco Carterizado, que entre outras atribuições, monitoriza e acompanha a carteira de clientes carterizados, bem como avalia e decide, dentro da sua esfera de competência as operações que lhe são submetidas.

Ainda dentro do processo de avaliação do risco de crédito, para monitorização, avaliação e decisão, o Comité de Risco Estandarizado, tem a responsabilidade de acompanhar a evolução do crédito concedido aos diferentes segmentos de retalho (financiamento de Automóveis Novos, Usados, Consumo e Cartões de Crédito).

O Banco dispõe de um departamento dedicado à recuperação de valores referentes a contratos que se encontram em situação irregular, através do qual são contactados imediatamente todos os clientes cuja qualidade de crédito se deteriora, actuando no sentido de evitar que esta situação assuma maior gravidade.

De forma a aferir a eficácia do processo de recuperação, o Banco desenvolveu um processo de seguimento da performance de recuperação de crédito. Este é efectuado mensalmente através do acompanhamento de indicadores de gestão, nas diversas fases de recuperação e para os distintos produtos, assim como indicadores de controlo de processo, sendo os resultados apresentados em Comité de Risco e Recuperação.

O seguimento da performance dos scorecards é realizado, pela área de Controlo de Risco da Direcção de Risco e Recuperação, com base em análises mensais, através das quais é monitorizada a adequação da nova população aos perfis de risco previamente estabelecidos, e trimestrais, através da análise do comportamento dos scorecards face ao inicialmente previsto.

Da avaliação regular destes índices e do risco dos prescritores, resulta, caso necessário, a revisão dos níveis de decisão (cut-offs, variáveis ponderadas e regras de decisão) no sentido de uma melhor adequação da política de concessão de crédito, face aos níveis de tolerância ao risco previamente definidos e às perspectivas económicas futuras.

No processo de auto-avaliação do grau de exposição do Banco ao risco de crédito, são adoptados stress tests que permitem estimar potenciais impactos de alterações excepcionais dos factores de risco, nas condições financeiras do Banco, nomeadamente a nível dos resultados e dos capitais próprios.

Estes são realizados através da simulação de um contexto de negócio que potencie um incremento significativo dos factores de risco utilizados pelo modelo definido para cálculo de perdas por imparidade, como a probabilidade de incumprimento (PI), probabilidade de default (PD) e/ou a perda dado o incumprimento (LGD).

Os stress tests são efectuados pela Direcção de Risco e Recuperação, em estreita colaboração com a Direcção de Controlo e Compliance e Direcção Financeira, recorrendo ao modelo de avaliação de perdas esperadas, através da agregação das carteiras de crédito sob gestão, por áreas de negócio, sendo que a magnitude dos impactos simulados decorre da percepção histórica do risco intrínseco a cada segmento.

Semestralmente são ainda realizados *back-tests* aos resultados obtidos pelo modelo de perdas por imparidade para avaliar a adequação dos resultados obtidos com os resultados estimados para cada um dos segmentos objecto de avaliação colectiva.

O acompanhamento dos resultados obtidos através destes processos de auto-avaliação, a adequabilidade das medidas correctivas propostas e respectiva implementação, são posteriormente analisados pela Administração, de modo a serem integrados de forma activa na gestão de risco da instituição, nomeadamente no que respeita à eficiente alocação do capital interno.

O sistema de gestão de risco de crédito é revisto anual e autonomamente pela equipa de auditoria corporativa. No âmbito deste trabalho é aferido o grau de cumprimento dos procedimentos definidos e identificadas oportunidades de melhoria. O follow-up relativo à implementação das medidas recomendadas é reportado regularmente, pela Direcção de Controlo e Compliance, à Administração e à equipa de auditoria corporativa.

Risco de Mercado

Uma vez que a instituição não tem carteira de negociação, o risco de mercado coloca-se ao nível da liquidez. A sua gestão é efectuada internamente pela Direcção Financeira, área funcional Controlo de Gestão, e preferencialmente junto da Tesouraria do seu accionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura todas as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de rating interno (estes ratings são aprovados pela Deloitte, a um nível corporativo), spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transacções. Face ao exposto e dada a existência de um montante substancial de activos de curto prazo, a exposição do Banco ao risco de liquidez é reduzida.

Os controlos específicos à magnitude de exposição a este risco são efectuados em duas vertentes: numa óptica interna e numa óptica regulamentar.

Internamente existem medidas consideradas satisfatórias para acompanhar, por um lado, a evolução da liquidez numa base diária e, por outro, a evolução da liquidez a médio/longo prazo, analisada trimestralmente nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direcção e

aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno.

O controlo e o seguimento dos níveis de exposição a riscos de mercado encontram-se segregados e são executados pela área de riscos de mercado, que se insere dentro da estrutura da Direcção de Risco de Recuperação, de acordo com o modelo corporativo do Grupo Santander.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto na Situação Líquida ou na Margem Financeira de uma variação desfavorável das taxas de juro de mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gap's existentes entre a duração/maturidade média do activo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Anualmente são revistos e definidos pela Administração os limites de tolerância ao risco de taxa de juro, tendo como guideline os requisitos corporativos. Para o efeito, são tidos em consideração os testes de esforço efectuados com o objectivo de simular impactos, resultantes de uma variação nas taxas de juro de mercados, nos resultados e no valor patrimonial do Banco que, resulta no cálculo do valor mínimo de capital interno adequado ao perfil de risco de taxa de juro.

O acompanhamento deste risco é efectuado bimestralmente em Comité ALCO (Comité de Gestão de Activos e Passivos), ou directamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões a Direcção Financeira propõe as operações que permitam a mitigação do valor em risco, na data de reporte.

Para a avaliação do risco de taxa de juro, o Banco recorre à adopção de dois processos paralelos e autónomos: indicadores internos e indicadores regulamentares, através dos quais são analisadas as posições em risco e mitigados eventuais *mismatch* que possam existir. Na avaliação deste risco, são tidas em consideração as características financeiras dos contratos, com base nas quais é efectuada a respectiva projecção dos cash flows esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e de indexante. A sua agregação por intervalos de tempo, permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de refixação de taxa e de indexante.

Risco de Taxas de Câmbio

O risco cambial não assume qualquer expressão no contexto global dos riscos inerentes à actividade, uma vez o Banco não tem qualquer operação cambial, sendo o negócio comercial desenvolvido e o passivo, ambos denominados em euros, pelo que não é alocado capital próprio para fazer face a esta categoria de risco.

Risco Operacional

O conceito de risco operacional adoptado pelo Banco consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de subcontratação, de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

A actividade do Banco é caracterizada por um significativo grau de standardização das operações desenvolvidas, encontrando-se os processos bastante automatizados e as intervenções manuais padronizadas. As principais políticas e orientações definidas e revistas periodicamente pela Administração encontram-se transpostas para regulamentos e normativos internos, tendo em consideração o perfil de risco a assumir pela instituição. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar, ainda que, de forma não segmentada, o grau de adequação do capital ao risco operacional, por linha de negócio.

Tendo por base a estratégia de gestão, e respectivas linhas orientadoras, foram desenvolvidos e implementados nas diversas áreas funcionais mecanismos de controlo que permitem identificar eventuais incidentes resultantes da operativa de negócio. Os referidos controlos foram desenvolvidos com base nos processos identificados como críticos, sendo monitorizados de forma a mitigar os eventos historicamente ocorridos e antecipar novas ocorrências.

As áreas de negócio definiram ainda, em função das suas responsabilidades, níveis de serviço que permitem a identificação de desvios face aos objectivos previamente definidos. Mensalmente, em Comité de Direcção, é efectuada a avaliação e acompanhamento dos mesmos, nomeadamente a nível quantitativo com recurso a indicadores de gestão.

Adicionalmente, foram ainda sistematizados os eventos de risco, por categoria e potencial impacto na actividade, bem como as metodologias de controlo implementadas nos respectivos processos de negócio, de forma a mitigá-los.

Dada a constante preocupação em desenvolver e aperfeiçoar os processos internos, adequando-os ao perfil de risco a assumir, o Banco encontra-se a desenvolver um modelo integrado de gestão de risco operacional, que se consubstanciará no alinhamento com as metodologias utilizadas a nível corporativo, tendo presente as categorias de eventos conforme definido por Basileia II. Pretende-se com este projecto centralizar o processo de identificação de eventos e desenvolver a avaliação, acompanhamento e monitorização dos mesmos.

Apesar dos eventos considerados de maior criticidade serem sistematizados, analisados e monitorizados, o Banco antecipa que, a conclusão deste projecto permitirá a utilização de uma metodologia mais avançada de avaliação deste risco que se espera, mais precisa e exacta para efeitos da adopção de um processo de *stress tests* ao risco operacional.

Risco de Sistemas de Informação

A actividade do Banco é fortemente sustentada pelos sistemas de informação utilizados e pela sua customização ao desenvolvimento do negócio. A estratégia do Banco tem vindo a ser de

contínuo aperfeiçoamento dos aplicativos utilizados na gestão do negócio, bem como na minimização de impactos negativos por via destes na actividade.

O modelo corporativo do Grupo Santander prevê que a gestão dos sistemas de informação das diversas unidades seja atribuída a entidades especializadas. Essas entidades, com reporte funcional às respectivas unidades, concentram competências e prestam serviços exclusivamente a unidades do Grupo, nomeadamente na gestão de infra-estruturas e no desenvolvimento de sistemas informáticos.

A estratégia para os sistemas de informação do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é definida pela Administração, em função das necessidades actuais e previsíveis do negócio, implementada pela ISBAN e sua execução directamente acompanhada pela Administração e Direcção do Banco.

Neste sentido, o Banco estabeleceu mecanismos de acompanhamento e controlo do risco de sistemas de informação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, inadaptabilidade dos sistemas a novas necessidades, da incapacidade dos sistemas de informação em impedir acessos não autorizados, em garantir a integridade dos dados ou em assegurar a continuidade do negócio em caso de falha.

De acordo com a estratégia previamente definida, é definido, e revisto anualmente, o grau de tolerância ao risco decorrente dos sistemas de informação. Esta definição do grau de tolerância ao risco permite avaliar, ainda que não segmentada, o grau de adequação do capital para cobertura deste risco, por linha de negócio.

A monitorização da adequação do capital interno para cobertura deste risco é efectuada através do acompanhamento de indicadores de performance e dos níveis de serviço, nomeadamente no sentido de assegurar que estes se mantêm nos standards previamente contratualizados.

A ISBAN, por intermédio da divisão da Produban, tem a seu cargo a gestão de infra-estruturas, sendo responsável por uma eficiente manutenção de toda a infra-estrutura física dos sistemas de informação, por negociar com fornecedores a aquisição de equipamentos e aplicações informáticas, por apoiar os utilizadores na utilização das mesmas, por garantir a utilização de programas devidamente licenciados, por assegurar a execução sistemática de cópias de segurança e de trabalhos informáticos periódicos.

Para a eficiência da gestão de risco de sistemas de informação, contribui a existência de procedimentos específicos a nível de segurança ambiente, segurança lógica e segurança de dados, nomeadamente estipulando as regras de acesso aos pólos informáticos cujos registos são mantidos para posterior monitorização, de gestão de perfis de acesso, manutenção e extracção de informação das bases de dados.

A gestão de utilizadores é um processo partilhado entre a ISBAN/Produban e as respectivas Direcções do Banco, coordenado pela Direcção de Tecnologia e Operações, de acordo com as normas definidas para a criação, atribuição e gestão de passwords de acesso, à rede e aos sistemas aplicativos. Regularmente são efectuados controlos no sentido de garantir a alteração das passwords e a desactivação dos utilizadores inactivos.

As regras que garantem a segurança da informação constante em base de dados encontram-se devidamente estipuladas. Os níveis de acesso são definidos, em função das responsabilidades atribuídas, e o risco de intrusão nos sistemas informáticos controlado através de firewalls

devidamente certificadas, de softwares antivírus, e de políticas de backups que asseguram a existência de cópias de segurança, permitindo a reposição da informação por ordem cronológica. Adicionalmente, o Banco dispõe de procedimentos que permitem impedir alterações não previstas nos ficheiros de configurações, sistemas operativos, ficheiros de aplicações e demais recursos nas estações de trabalho.

A gestão e controlo da rede informática e da generalidade dos sistemas instalados, é efectuada através de uma plataforma de monitorização que permite a detecção atempada de eventuais problemas de disponibilidade e performance.

A aplicação Remedy permite registar os incidentes nos sistemas de informação do Banco identificados pelos utilizadores. Estes encontram-se sistematizados por tipologia, de forma a permitir a sua priorização em função do grau de exposição ao risco, controlando e monitorizando as acções a desenvolver. Os incidentes detectados, acções e respectivas recomendações são monitorizados pela Administração e Direcção do Banco..

Na área de desenvolvimento, o Banco recorre à ISBAN para o desenvolvimento de aplicações informáticas, de acordo com as especificações acordadas. Esta garante o cumprimento dos standards corporativos e assegura a revisão pós-implementação.

A estratégia de desenvolvimento aplicacional é definida e aprovada anualmente pela Administração. O desenvolvimento destas actividades é monitorizado semanalmente pelos diferentes órgãos de gestão, em Comité de Direcção.

A gestão de projectos informáticos é realizada, tendo em consideração a tipologia de desenvolvimento definida, designadamente, correctiva, evolutiva e de compliance. Estes encontram-se sistematizados e prioritizados em função de análises custo/benefício para a actividade do Banco..

Em momento prévio à entrada em produção, as aplicações são testadas pelas áreas funcionais de forma a garantir que os requisitos previamente estabelecidos foram devidamente incorporados.

No sentido de minimizar a probabilidade de ocorrência de perdas em caso de desastre, encontra-se em fase de actualização o plano de recuperação das infra-estruturas tecnológicas (Disaster Recovery Plan – DRP).

Risco de Compliance

As políticas definidas para a gestão do risco de compliance têm como objectivo assegurar que os órgãos de gestão, as estruturas funcionais e todos os colaboradores do Banco Santander Consumer Portugal cumprem a legislação, regras e normativos, internos e externos, de forma a evitar prejuízos de ordem financeira ou que a reputação da instituição seja afectada negativamente.

Por sua vez são incorporados nas políticas, normas e procedimentos a adoptar internamente o grau de tolerância ao risco e as formas de conduzir a actividade num mercado concorrencial em consonância com as obrigações regulamentares.

O Banco constitui capital interno para cobertura deste risco por três vias: não cumprimento da legislação em vigor, emanação de nova legislação para a qual existe dificuldade de adaptação dos processos internos ou sistemas e pela introdução de novos produtos ou entrada em novos mercados.

O processo de identificação deste risco ocorre de diversas formas. Por um lado, através da recolha de informação legislativa e normativa e da sua apreciação, de forma a aferir eventuais impactos ao nível da actividade e operativa interna. Por outro, através da análise de impactos decorrentes da introdução de novos produtos ou desenvolvimento de novas actividades. Na realização destes trabalhos a Direcção de Controlo e Compliance conta com a colaboração da Assessoria Jurídica do Banco.

A identificação de novos factores de exposição ao risco decorre ainda da interacção com as áreas funcionais que, sensibilizadas para a temática, reportam indícios de violação das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, de normas e regulamentos internos, orientações dos órgãos sociais, do código de conduta e das práticas profissionais e deontológicas relevantes para a instituição.

Ao nível da operativa interna, do processo de apreciação de reclamações e da realização de trabalhos transversais como, levantamentos de processos, auditorias internas, relacionamento institucional com as entidades de supervisão, entre outros, poderá adicionalmente decorrer a identificação de eventuais debilidades que contribuam para a exposição a este risco.

Tendo por suporte a monitorização dos factores de exposição ao risco, é avaliado e acompanhado o inerente grau de exposição. Este acompanhamento visa a atestar a correcta adequação do capital interno relativo a este risco, e a possibilitar a articulação e a coordenação transversal no sentido de adequar as práticas, procedimentos, normas e regulamentos internos às disposições legais aplicáveis.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco compliance encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, Legal & Compliance Report, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes. O processo de monitorização da adequação e eficácia do sistema de controlo implementado para a gestão deste risco é particularmente assegurado através de auditorias.

No que respeita especificamente aos procedimentos de controlo implementados em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de uma ferramenta de identificação de operações que possam evidenciar indícios de suspeita, de acordo com parâmetros pré-definidos. A sua avaliação é da responsabilidade da Direcção de Controlo e Compliance, sendo posteriormente incorporada na referida aplicação. O acompanhamento da evolução das operações analisadas bem como da adequação das medidas e procedimentos implementados na gestão deste factor de risco é efectuado, trimestralmente, em Comité de Análise e Resolução.

A exposição do Banco ao risco de compliance é ainda mitigada pela existência de uma cultura de disciplina, incorporada na estratégia e políticas da empresa, e formalizada num código de conduta, que assegura que no cumprimento das suas funções, os colaboradores adoptam elevados padrões de ética, integridade e profissionalismo.

A sensibilização das áreas funcionais para este tema, viabiliza que, com a respectiva cooperação, o Banco tenha possibilidade de aferir de forma fidedigna o grau de exposição ao risco de compliance, a razoabilidade das medidas de controlo adoptadas, e respectivo efeito mitigador, para efeitos da contínua monitorização da adequabilidade do capital interno.

Risco de Reputação

A identificação do risco de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes duma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, é efectuada com base na recolha e análise de informação, interna e externa, destinada a compreender e acompanhar a percepção do mercado sobre a imagem do Banco.

Para a manutenção de um elevado padrão reputacional, o Banco desenvolveu mecanismos que lhe permitem incorporar na política de comunicação com o mercado, os devidos limites de tolerância. Estes constituem em si, mecanismos de monitorização e alerta, que permitem detectar a ocorrência um incremento significativo ao grau de exposição ao risco de compliance, e antecipar eventuais impactos. Tais limites viabilizam o pressuposto da devida alocação do capital interno até à ocorrência de eventos fora dos standards considerados como razoáveis.

O sistema de gestão de risco reputacional implementado pelo Banco permite assim a identificação de factores que possam vir a afectar a sua capacidade para desenvolver a actividade de acordo com os objectivos previamente estabelecidos. Para o acompanhamento deste risco, os órgãos de gestão procedem casuisticamente à monitorização de websites, blogues e de notícias de imprensa relacionadas com o seu negócio, permanecendo atentos a eventuais mensagens cujo conteúdo possa vir a ser lesivo para a empresa.

Decorre da relação de proximidade com o mercado, nomeadamente da estreita relação mantida com os parceiros de negócio, a auscultação da percepção da imagem do Banco. Anualmente, é ainda recolhida informação sobre a instituição junto do mercado em que esta opera, através da elaboração de inquéritos de qualidade, apelidados de voice of customer, efectuados aos parceiros comerciais responsáveis pela angariação de operações de financiamento. Os resultados obtidos são posteriormente alvo de análise e acompanhamento em Comité de Direcção e verificação do alinhamento dos requisitos de cliente com a estratégia do Banco.

A percepção da exposição ao risco reputacional, que advém da relação mantida com o cliente final, resulta da análise aos contactos com este ocorridos, designadamente dos contactos presenciais nas lojas e através do serviço de apoio ao cliente.

Por sua vez, o processo de gestão de reclamações adoptado pela empresa permite uma análise sistematizada dos motivos de insatisfação demonstrados e a verificação da adequação e cumprimento dos procedimentos internos. Mensalmente, em Comité de Direcção é efectuado o acompanhamento da evolução e motivos das reclamações recebidas, sendo estabelecidas acções correctivas e de melhoria aos processos instituídos.

A recolha e manutenção de eventos que possam traduzir exposição ao risco reputacional encontra-se adicional e devidamente sistematizada em reportes mensais e trimestrais, Legal & Compliance Report, apresentados à Administração do Banco e órgãos corporativos competentes.

Para a mitigação deste risco contribui a cultura organizacional, sustentada em fortes pilares éticos, transcritos no código de conduta, que se encontra disponível para consulta interna e externa e que institui os princípios e regras a observar.

Risco de Estratégia

O risco de estratégia consiste na probabilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente de decisões estratégicas inadequadas ou deficitariamente implementadas, e da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente.

A exposição a este risco é função de factores exógenos, nomeadamente do contexto dinâmico do mercado em que a instituição opera, e de factores endógenos como a existência de uma estrutura de governo interno robusta que favoreça a objectividade do processo de planeamento estratégico, a consistência da atitude face ao risco, respectiva consonância do capital interno, e a eficácia e adequação do processo de tomada de decisão.

O Banco instituiu uma política de gestão de risco de estratégia, que consiste no acompanhamento contínuo e tempestivo da conjuntura económica, regulamentar e da evolução do mercado em que opera, tendo também em consideração a envolvente gerada pelo próprio Grupo Santander e a presença que tem noutras geografias

Para o desenvolvimento da estratégia do Banco são anualmente delineados objectivos concretos para cada área de negócio. Estes são definidos com base em propostas efectuadas pelos órgãos de gestão, que são consolidadas pela Direcção Financeira, analisadas e revistas pela Administração e sujeitas a aprovação da casa-mãe.

Para que toda a estrutura organizativa desenvolva a sua actividade alinhada com a estratégia definida é essencial um eficiente sistema de informação e comunicação, que assegure a transmissão dos objectivos definidos, bem como as responsabilidades e deveres de cada colaborador, e que garanta a existência de processos de captação e tratamento de informação, que favoreçam uma comunicação eficaz e que suportem uma tomada de decisão consistente.

Para o efeito, os objectivos estabelecidos são transversalizados, de forma a orientar as diferentes equipas para a prossecução de medidas compatíveis com a estratégia definida.

A avaliação desta estratégia, materializada nos respectivos objectivos, encontra-se suportada por análises, qualitativas e quantitativas, tendo em consideração as condições económicas actuais e cenários adversos, de forma a garantir que a tomada de decisão se encontra suficientemente apoiada por recursos de capital, de gestão e de sistemas.

O seu acompanhamento é posteriormente efectuado recorrendo a diferentes comités constituídos transversalmente, em função do seu âmbito e com periodicidades previamente definidas, com especial ênfase no Comité de Direcção e na Comissão Executiva.

Por sua vez, o controlo orçamental ao nível da evolução das rubricas das demonstrações financeiras e de rácios de gestão, como o rácio de solvabilidade, de cobertura, de eficiência, entre outros, é efectuado mensalmente em Comité de Direcção e na Comissão Executiva, sendo devidamente justificados e documentados os desvios face os objectivos pré-estabelecidos por forma a garantir a permanente adequabilidade do capital interno.

Anexo III – Adequação de Capitais

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Síntese das principais características das diferentes rubricas e componentes dos fundos próprios, em particular sobre capital realizado, interesses minoritários elegíveis, outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base e, se aplicável, passivos subordinados:

O capital regulamentar do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é calculado tendo por base as regras definidas pelo Banco de Portugal através dos Avisos 6/10, que define o conceito de capital regulamentar, do Aviso 5/07, que estabelece a ponderação de risco dos elementos activos e extrapatrimoniais, e do Aviso 9/07, que estabelece a ponderação do risco operacional.

Adicionalmente o Aviso nº 3/2012, de 10 de Maio, na sequência da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal - com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional – vem estabelecer e determinar que as instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, devem observar valores mínimos dos seus rácios “core tier 1”, em base consolidada, em um valor não inferior a 10% a 31 de Dezembro de 2012.

Durante o exercício de 2012 o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. utilizou, no âmbito do Pilar 1 de Basileia II o Método Padrão para efeitos de cálculo dos requisitos de risco de crédito e o Método do Indicador Básico para cálculo dos requisitos de risco operacional.

a) Capital realizado: Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 66.592.947 acções de valor nominal de 1 Euro cada, com a seguinte composição:

	2012	
	Número de acções	% de participação
Santander Consumer Finance, S.A.	53.331.647	80,09%
Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	13.261.300	19,91%
	-----	-----
	66.592.947	100,00%
	=====	=====

b) Prémios de emissão: Em 31 de Dezembro de 2012, os fundos próprios do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. contam ainda com um prémio de emissão global de 12.790.664 Euros, na sequência da deliberação unânime dos accionistas em Assembleia Geral de 2 de Janeiro de 2007, onde foi decidida a realização de um aumento do capital social mediante a emissão de 29.092.947 novas acções com um valor nominal de 1 Euro, passando este de 37.500.000 Euros para os actuais 66.592.947 Euros.

c) Outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base: Em 31 de Dezembro de 2012, os montantes entre reservas e resultados elegíveis a adicionar aos fundos próprios de totalizavam 53.755.121 Euros. Entre os elementos dedutíveis aos fundos próprios de base, há a referir as imobilizações incorpóreas no montante de 3.042.482 Euros.

d) Passivos subordinados: – Em 31 de Dezembro de 2012 os passivos subordinados elegíveis para o rácio de adequação de fundos próprios incluem 40% dos 15.000.000 Euros de passivos subordinados (elegíveis em Lower Tier 2). As Obrigações de Caixa subordinadas “Interbanco 05/15” foram emitidas em 28 de Setembro de 2005, por um prazo de 10 anos, tendo data de reembolso em 28 de Setembro de 2015.

1.2 Síntese do método utilizado pela instituição para a auto-avaliação da adequação do capital interno, face à estratégia de desenvolvimento da actividade e descrição da forma como a instituição afecta o capital interno aos diferentes segmentos de actividade.

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. dispõe de um processo de auto-avaliação da adequação do capital interno (adiante designado de ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process), com vista a que o capital de que dispõe é adequado face ao perfil de risco da instituição. O ICAAP é definido e acompanhado directamente pelo Órgão de Administração.

No processo de auto-avaliação da adequação do capital interno do Banco estão envolvidos, a Direcção de Controlo e Compliance, a Direcção de Financeira, a Direcção de Risco e Recuperação e os membros do Órgão de Direcção.

A Direcção Financeira é responsável pela elaboração anual do orçamento nomeadamente, a definição do capital necessário à cobertura dos riscos e ao planeamento da gestão de liquidez, em função do perfil de risco, da rentabilidade exigida, dos objectivos de solvabilidade e da estratégia para o desenvolvimento da actividade, previamente definidos pela Administração. Por sua vez, assegura também o regular acompanhamento do cumprimento orçamental, analisando desvios face ao previamente definido.

A Direcção de Risco e Recuperação é responsável pelo desenvolvimento dos modelos de avaliação e monitorização do risco de mercado e do risco de crédito, este último o risco materialmente mais relevante para a instituição, atendendo às particularidades de cada área de negócio.

Os restantes Órgãos de Gestão asseguram a correcta prossecução dos sistemas, processos e procedimentos que suportam a integridade do sistema de controlo interno no seu todo e como tal a adequada operacionalização da estratégia definida pelo órgão de Administração.

Compete à Direcção de Controlo e Compliance controlar a eficácia e efectividade dos mecanismos de identificação, avaliação, controlo e monitorização de processos e inerentes riscos, com o intuito de assegurar o cumprimento dos standards de risco estabelecidos e a sua adequação face ao capital interno da instituição, em consonância com os deveres regulamentares e práticas internacionalmente aceites.

A elaboração do relatório sobre o ICAAP, remetido anualmente ao Banco de Portugal, é da responsabilidade da Direcção de Controlo e *Compliance* do Banco, em estreita colaboração com a Direcção Financeira e com a Direcção de Risco e Recuperação, com o contributo dos restantes membros do Órgão de Direcção. Por sua vez, a aprovação do processo de auto-avaliação do capital interno do Banco é da responsabilidade do Órgão de Administração. Adicionalmente, o sistema de gestão de risco é revisto anual e autonomamente pela equipa de auditoria corporativa.

Importa, contudo, neste âmbito relevar que a preparação do ICAAP e, em particular, a definição das metodologias de cálculo inerentes a este relatório, é também executada em estreita cooperação com a Divisão de Intervenção Geral e Controlo de Gestão do Grupo Santander, de forma a assegurar a aproximação das metodologias de avaliação da adequação do capital interno às utilizadas a nível corporativo.

De salientar igualmente que sendo o ICAAP parte integrante do Sistema de Controlo Interno do Banco, a instituição beneficia da colaboração das Equipas de Auditoria Interna Corporativas e dos Auditores Externos na medida que estas contribuem directamente para assegurar a eficácia dos processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos a que a instituição se encontra sujeita.

A avaliação quantitativa e qualitativa da adequação do capital interno é efectuada de acordo com a magnitude dos riscos incorridos no desenvolvimento da actividade do Banco e a eficácia das respectivas técnicas de controlo implementadas.

De acordo com o Modelo de Avaliação de Riscos (MAR), a definição da relevância ou materialidade dos riscos inerentes a cada uma das áreas funcionais tem por base a probabilidade de ocorrência dos eventos, que afectem significativamente a condição financeira da empresa, e a qualidade e adequabilidade dos processos de controlo instituídos. Neste sentido, para efeitos de avaliação quantitativa da adequação do capital interno, o Banco considera individualmente a exposição ao risco de crédito, ao risco operacional, ao risco de taxa de juro e ao risco de estratégia.

No que respeita aos riscos não contemplados nas categorias acima mencionadas, considera-se que uma avaliação individual é algo desajustada face à sua diminuta materialidade e representatividade pelo que, para efeitos de avaliação do capital interno estes foram considerados de forma agregada. O processo de avaliação dos riscos considerados como materialmente relevantes, encontra-se sistematizado no diagrama infra.

Métricas de Quantificação			
Risco de Crédito	Risco Operacional	Risco de Taxa de Juro	Risco de Estratégia
Modelos de Stress Test	Capital Regulamentar	Modelos de Stress Test	% dos Custos Gerais

O processo de auto-avaliação da adequação do capital interno é considerado uma ferramenta estratégica, no sentido de ser um elemento essencial na gestão de capital porque:

- Permite uma gestão do capital ao incorporar uma análise dos impactos na sua base
- Permite uma melhoria da eficiência no uso de capital
- Antecipa os potenciais cenários de faltas/excesso de capital
- Apoia a formulação da estratégia de gestão de capital do grupo

- Identifica as áreas de melhoria

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A., no processo de auto-avaliação do valor agregado do capital interno considera a soma simples dos valores de capital determinados individualmente, para cada categoria de risco, deduzidos dos efeitos de diversificação entre riscos.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2.1 Para efeitos de fundos próprios:

ADEQUAÇÃO DE CAPITALIS - PARTE 1		
	Dezembro 12	Dezembro 11
1. Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (=Σ(1.1 a 1.5))	136.096.250	129.752.959
1.1. Fundos próprios de base (=Σ(1.1.1 a 1.1.5))	130.096.250	120.752.959
1.1.1 Capital elegível (=Σ(1.1.1.1 a 1.1.1.4))	79.383.611	79.383.611
1.1.1.1. Capital realizado	66.592.947	66.592.947
1.1.1.2. (-) Acções próprias		
1.1.1.3. Prémios de emissão	12.790.664	12.790.664
1.1.1.4. Outros instrumentos equiparáveis a capital		
1.1.2. Reservas e resultados elegíveis (=Σ(1.1.2.1 a 1.1.2.6))	53.755.121	43.978.355
1.1.2.1. Reservas	53.755.121	44.899.229
1.1.2.2. Interesses minoritários elegíveis		
1.1.2.3. Resultados do último exercício e resultados provisórios do exercício em curso		
1.1.2.4. (-) Lucros líquidos resultantes da capitalização de receitas futuras provenientes de activos titularizados		
1.1.2.5. Diferenças de reavaliação elegíveis para fundos próprios de base	0	-920.875
1.1.3. Fundo para riscos bancários gerais		
1.1.4. Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base (=1.1.4.1+1.1.4.2)		
1.1.4.1. Impacto na transição para as NIC/NCA (impacto negativo)		
1.1.4.2. Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base		
1.1.5. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (=Σ(1.1.5.1 a 1.1.5.3))	-3.042.482	-2.609.007
1.1.5.1. (-) Imobilizações incorpóreas/Activos intangíveis	-3.042.482	-2.609.007
1.1.5.2. (-) Excedente em relação aos limites de elegibilidade de instrumentos incluídos nos fundos próprios de base		
1.1.5.3. (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base		
1.2. Fundos próprios complementares (=Σ(1.2.1 a 1.2.3))	6.000.000	9.000.000
1.2.1. Fundos próprios complementares - <i>Upper Tier 2</i>		
1.2.2. Fundos próprios complementares - <i>Lower Tier 2</i>	6.000.000	9.000.000
1.2.3. (-) Deduções aos fundos próprios complementares		
1.3. (-) Deduções aos fundos próprios de base e complementares		
1.3a. Das quais: (-) aos fundos próprios de base		
1.3b. Das quais: (-) aos fundos próprios complementares		
1.5. Deduções aos fundos próprios totais		
1.4. Fundos próprios suplementares totais disponíveis para cobertura de riscos de mercado		
1.6. Por memória		
1.6.1. (+) Excesso / (-) Insuficiência de provisões nas posições ponderadas pelo risco através do método das Notações Internas		
1.6.1.1. Montante de provisões no método das Notações Internas		
1.6.1.2. (-) Perdas esperadas determinadas no método das Notações Internas		
1.6.2. Valor nominal dos empréstimos subordinados reconhecidos como elemento positivo dos fundos próprios	15.000.000	15.000.000
1.6.3. Requisito mínimo de capital social		
1.6.4. Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grandes riscos	136.096.250	129.752.959

Unidade: Euros

2.2 Para efeitos de requisitos de fundos próprios:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 2		
	Dezembro 12	Dezembro 11
2. Requisitos de fundos próprios (=Σ(2.1 a 2.6))	70.997.941	89.890.894
2.1. Para risco de crédito, risco de crédito de contraparte, risco de redução dos valores a receber e risco de entrega	62.570.515	81.445.109
2.1.1. Método Padrão (=2.1.1.1+2.1.1.2)	62.570.515	81.445.109
2.1.1.1. Classes de risco no método Padrão, excluindo posições de titularização		
2.1.1.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
2.1.1.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações regionais ou autoridades locais	0	0
2.1.1.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	0	0
2.1.1.1.4. Créditos ou créditos condicionais sobre bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0
2.1.1.1.5. Créditos ou créditos condicionais sobre organizações internacionais	0	0
2.1.1.1.6. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	2.572.466	1.790.919
2.1.1.1.7. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	4.205.173	13.584.576
2.1.1.1.8. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	53.638.238	63.056.115
2.1.1.1.9. Créditos ou créditos condicionais com garantia de bens imóveis	0	0
2.1.1.1.10. Elementos vencidos	1.349.031	2.095.730
2.1.1.1.11. Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	0	0
2.1.1.1.12. Créditos sob a forma de obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	0	0
2.1.1.1.13. Créditos sob a forma de organismos de investimento colectivo (OIC)	805.606	917.769
2.1.1.1.14. Outros elementos	0	0
2.1.1.2. Posições de titularização no método Padrão	0	0
2.1.2. Método das Notações Internas (=Σ(2.1.2.1 a 2.1.2.5))	0	0
2.1.2.1. Quando não são utilizadas estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	0	0
2.1.2.1.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
2.1.2.1.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	0	0
2.1.2.1.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	0	0
2.1.2.2. Quando são utilizadas as estimativas próprias de LGD e/ou de factores de conversão	0	0
2.1.2.2.1. Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
2.1.2.2.2. Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	0	0
2.1.2.2.3. Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	0	0
2.1.2.2.4. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	0	0
2.1.2.3. Créditos sobre acções	0	0
2.1.2.4. Posições de titularização	0	0
2.1.2.5. Outros activos que não sejam obrigações de crédito	0	0
2.2. Risco de liquidação	0	0
2.3. Requisitos de fundos próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos sobre mercadorias (=2.3.1+2.3.2)	0	0
2.3.1. Método Padrão (=Σ(2.3.1.1 a 2.3.1.4))	0	0
2.3.1.1. Instrumentos de dívida	0	0
2.3.1.2. Títulos de capital	0	0
2.3.1.3. Riscos cambiais	0	0
2.3.1.4. Riscos sobre mercadorias	0	0
2.3.2. Método dos Modelos Internos	0	0
2.4. Requisitos de fundos próprios para risco operacional (=Σ(2.4.1 a 2.4.3))	8.427.427	8.445.784
2.4.1. Método do Indicador Básico	8.427.427	8.445.784
2.4.2. Método <i>Standard</i>	0	0
2.4.3. Métodos de Medição Avançada	0	0
2.5. Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas	0	0
2.6. Requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de fundos próprios	0	0

Unidade: Euros

2.3 Para efeitos de adequação de capitais:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 3		
	Dezembro 12	Dezembro 11
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios	65.098.308	39.862.065
Rácio de Solvabilidade (%)	15,34%	11,55%
Adequação de fundos próprios ao nível do conglomerado financeiro		

Unidade: Euros

Anexo IV – Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte assume relevância apenas nas operações de tesouraria, visto que, em termos de crédito concedido, dada a sua natureza, a carteira é bastante atomizada, constituindo, assim, um elemento natural de diversificação de risco. Com a transferência da tesouraria do Banco para o accionista financeiro, o controlo de risco de contraparte passou a ser efectuado por esta entidade. No entanto, atendendo à natural posição tomadora de fundos do Banco Santander Consumer Portugal, S.A., este risco não assume relevância material.

Anexo V-A – Risco de Crédito – Aspectos gerais

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Definições, para efeitos contabilísticos, de “crédito vencido”, de “crédito objecto de imparidade” e de “crédito em incumprimento”:

A carteira de crédito concedido do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. está sujeita à constituição de provisões nos termos do Aviso do Banco de Portugal, n.º 3/95, de 30 de Junho, com a particularidade de que nos créditos em contencioso todas as prestações de capital são consideradas vencidas.

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. desenvolveu um modelo de apuramento de perdas por imparidade da sua carteira de crédito concedido, tendo em conta os requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro, nomeadamente no que respeita aos princípios previstos no âmbito do IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Mensalmente avalia a existência de imparidade, encontrando-se um crédito em imparidade quando exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e quando esse acontecimento tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição de “crédito em incumprimento” utilizada pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. é aquela que consta da Instrução n.º 16/2004 subordinada ao tema “qualidade de crédito”.

1.2 Descrição das abordagens e métodos adoptados para a determinação das correcções de valor e das provisões:

A metodologia de análise de imparidade adoptada pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. prevê numa primeira fase a identificação de créditos com indícios de imparidade. Esta identificação é efectuada individualmente para activos financeiros relativamente aos quais se considere que o valor agregado da exposição é individualmente significativo, e colectivamente para grupos homogéneos de activos de montante individual não significativo. Para este efeito, a carteira de crédito do Banco encontra-se segmentada de acordo com os seguintes critérios:

Tipo de negócio

- Operações de “factoring”
- Crédito a empresas (apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks)
- Aluguer de longa duração (ALD)
- Crédito ao consumo
- Operações de leasing mobiliário
- Cartões de Crédito
- Crédito Pessoal

Natureza do bem financiado (ALD, crédito ao consumo e leasing mobiliário)

- Aquisição de automóvel em estado Novo
- Aquisição de automóvel em estado Usado
- Aquisição de outros bens e serviços
- Empréstimos pessoais
- Créditos reestruturados

Origem

- Ex-Interbanco
- Ex-Sucursais (carteiras de crédito provenientes das anteriores Sucursais em Portugal do Santander Consumer Finance, S.A. e do Santander Consumer, E.F.C., S.A., as quais foram integradas no Banco com referência a 1 de Janeiro de 2007).

De referir que as novas operações de crédito para aquisição de automóvel angariadas após a concentração de actividades das Sucursais do Santander Consumer no Banco, são classificadas para efeitos de modelo de imparidade na categoria “Ex-Interbanco”, e as operações de crédito para aquisição de bens e serviços são classificadas na categoria “Ex-Sucursais”.

No âmbito da aplicação desta metodologia, são objecto de análise individual pelo Banco os devedores por operações de factoring e crédito concedido a empresas para apoio de tesouraria e financiamento à aquisição de stocks, sendo os restantes créditos analisados numa base colectiva.

No que respeita a activos analisados individualmente para os quais sejam identificados indícios de imparidade, o Banco estima o respectivo valor de recuperação. O valor da imparidade corresponde ao diferencial entre o valor de balanço destes créditos e o valor estimado de realização, sempre que este seja inferior ao primeiro.

Para activos analisados colectivamente, os fluxos de caixa futuros que se espera receber são estimados com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes, sendo posteriormente descontados à taxa de juro das operações. No âmbito do modelo desenvolvido pelo Banco, foram identificados critérios de classificação das operações para os segmentos definidos acima, assim como condições representativas de níveis de risco diferenciados a considerar para efeitos da determinação de imparidade. Conforme segue:

- Sem Indícios: créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 15 dias;
- Com Indícios: créditos com saldos vencidos entre 16 dias e 90 dias;
- Default: créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias.

O valor da imparidade estimada resulta assim da diferença entre o valor de balanço e o valor actual dos cash flows futuros estimados, descontados à taxa de juro das operações na data de referência da análise.

Em 31 de Dezembro de 2012, as perdas por imparidade foram calculadas através da metodologia atrás referida. Para créditos concedidos através de cartão de crédito o Banco têm em desenvolvimento um modelo de determinação de perdas por imparidade, utilizando actualmente para o efeito os resultados obtidos para segmentos semelhantes, nomeadamente os obtidos pelos segmentos de empréstimos pessoais e crédito ao consumo para financiamento de outros bens e serviços.

1.3 Descrição do tipo de correcções de valor e de provisões associadas a posições em risco objecto de imparidade:

As correcções de valor são as definidas na metodologia de cálculo de perdas por imparidade resumida nos pontos anteriores.

1.4 Indicação das correcções de valor e dos montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativa ao exercício de referência e ao exercício anterior:

A Nota 16 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 indica as correcções de valor e os montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativos a 2012 e 2011.

1.5 Descrição geral da política de gestão do risco de concentração e abordagens adoptadas na sua avaliação e factores de risco considerados para a análise de correlações entre as contrapartes:

A actividade desenvolvida pelo Banco Santander Consumer Portugal, S.A. leva a uma elevada granularidade da carteira de crédito. Ainda assim, dada a natureza do negócio automóvel em que o Banco apoia o financiamento de stocks de viaturas nas parecerias que estabelece, existem valores de exposição a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas que se enquadram como grandes risco de acordo com o definido no Aviso nº 6/2007 do Banco de Portugal. Este montante reduziu substancialmente durante o exercício deste ano de 44% para 12% dos Fundos Próprios a 31 de Dezembro de 2012. Para mitigar este risco o Banco recorre a garantias adicionais.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

2 Modelo “Posições em Risco”

POSIÇÕES EM RISCO		
Classes de Risco	Posição em risco original	Posição em risco original (média ao longo do período)
	Dezembro 12	Dezembro 12
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	11.310.223	11.198.723
CL VI - Instituições	95.648.998	72.633.716
CL VII - Empresas	58.899.487	115.280.706
CL VIII - Carteira de retalho	984.194.684	1.063.137.964
CL X - Elementos vencidos	55.790.101	56.249.384
CL XIII - Outros elementos	11.270.024	12.805.381
TOTAL	1.217.113.518	1.331.305.874

Unidade: Euros

3 Modelo “Distribuição Geográfica das Posições em Risco”

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS POSIÇÕES EM RISCO				
(em % da posição em risco original)				
Classes de Risco	Portugal / Norte	Portugal / Centro	Portugal / Sul	Portugal / Ilhas
	Dezembro 12	Dezembro 12	Dezembro 12	Dezembro 12
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	0,00%	0,93%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	0,00%	7,86%	0,00%	0,00%
CL VII - Empresas	1,70%	2,56%	0,37%	0,21%
CL VIII - Carteira de retalho	31,34%	38,71%	6,90%	3,92%
CL X - Elementos vencidos	1,16%	2,82%	0,38%	0,22%
CL XIII - Outros elementos	0,00%	0,93%	0,00%	0,00%
% do total da posição em risco original	34,19%	53,80%	7,65%	4,35%

4 Modelo “Distribuição Sectorial das Posições em Risco”

DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS POSIÇÕES EM RISCO			
(em % da posição em risco original)			
Classes de Risco	Sector Público	Particulares	Empresas
	Dezembro 12	Dezembro 12	Dezembro 12
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	0,93%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	0,00%	0,00%	7,86%
CL VII - Empresas	0,00%	0,00%	4,84%
CL VIII - Carteira de retalho	0,00%	70,57%	10,29%
CL X - Elementos vencidos	0,00%	3,86%	0,72%
CL XIII - Outros elementos	0,00%	0,00%	0,93%
% do total da posição em risco original	0,93%	74,43%	24,64%

5 Modelo “Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objecto de Imparidade”

REPARTIÇÃO DAS POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS E OBJECTO DE IMPARIDADE				
		Posições em risco vencidas	Posições em risco objecto de imparidade	Correcções de valor e Provisões
		Dezembro 12	Dezembro 12	Dezembro 12
Total das posições:		55 790 101	61 805 539	56 975 783
Decomposição pelos principais Sectores Económicos:	Sector Público	0	0	0
	Particulares	46 992 667	48 900 641	51 733 609
Decomposição pelas principais Zonas Geográficas:	Empresas	8 797 434	12 904 898	5 242 174
	Portugal / Norte	14 076 307	13 450 869	16 151 297
Portugal / Centro	Portugal / Sul	34 338 068	42 029 173	32 777 663
	Portugal / Ilhas	4 640 208	3 976 130	4 782 369
		2 735 518	2 349 367	3 264 455

Posições em risco vencidas e objecto de imparidade: posições em risco originar Unidade: Euros

6 Modelo “Correcções de Valor e Provisões”

CORRECÇÕES DE VALOR E PROVISÕES		
Correcções de Valor e Provisões	Dezembro 12	Dezembro 11
Saldo inicial	50 534 347	55 465 364
Dotações	31 978 556	39 521 693
Utilizações	-14 960 642	-24 117 629
Reposições/Anulações	-10 576 478	-20 336 919
Outros ajustamentos:	0	1 838
- Ajustamentos por diferenças cambiais		
- Transferências de provisões		
- Combinações de actividades		
- Aquisições e alienações de filiais		
- Outros		1 838
Saldo final	56 975 783	50 534 347

Unidade: Euros

7 Modelo “Prazo de Vencimento Residual”

PRAZO DE VENCIMENTO RESIDUAL				
(em % da posição em risco original)				
Classes de Risco	VR < 1 ano	1 ano < VR < 5 anos	5 anos < VR < 10 anos	VR > 10 anos
	Dezembro 12	Dezembro 12	Dezembro 12	Dezembro 12
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	0,93%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VI - Instituições	7,86%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VII - Empresas	4,84%	0,00%	0,00%	0,00%
CL VIII - Carteira de retalho	9,35%	42,07%	29,45%	0,00%
CL X - Elementos vencidos	4,58%	0,00%	0,00%	0,00%
CL XIII - Outros elementos	0,93%	0,00%	0,00%	0,00%
em % do total da posição em risco original	28,49%	42,07%	29,45%	0,00%

VR: Vencimento residual.

Anexo V-B – Risco de Crédito – Método Padrão

Secção A – Informação Qualitativa

O risco de crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. no âmbito da sua actividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a actividade do Banco.

Desde 2008 que o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. utiliza o Método Padrão para cálculo dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito. Para o efeito, as posições em risco originais são segmentadas de acordo com as classes de risco identificadas no número 1 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 104/2007. Cada posição em risco é ponderada de acordo com os ponderadores definidos na Parte 2 do Anexo III do Aviso do banco de Portugal 5/2007.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

MÉTODO PADRÃO							
		Ponderadores de Risco					TOTAL
		0%	20%	75%	100%	150%	
1. Posição em risco original por classe de risco:	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	11.310.223					11.310.223
	CL VI - Instituições	0	79.366.462		16.282.536		95.648.998
	CL VII - Empresas	0	0		58.899.487		58.899.487
	CL VIII - Carteira de retalho	0	0	984.194.684	0		984.194.684
	CL X - Elementos vencidos	0			53.506.105	2.283.996	55.790.101
	CL XIII - Outros elementos	40.883	1.345.406		9.883.735		11.270.024
TOTAL posições em risco original:		11.351.107	80.711.868	984.194.684	1.345.406	2.283.996	1.217.113.518
2. Posição em risco por classe de risco (base de incidência dos ponderadores):	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	11.310.223					11.310.223
	CL VI - Instituições		79.366.462		16.282.536		95.648.998
	CL VII - Empresas				52.564.666		52.564.666
	CL VIII - Carteira de retalho			893.970.633			893.970.633
	CL X - Elementos vencidos				13.752.882	2.073.340	15.826.222
	CL XIII - Outros elementos	40.883	1.345.406		9.800.993		11.187.283
TOTAL posições em risco:		11.351.107	80.711.868	893.970.633	92.401.077	2.073.340	1.080.508.026
3. TOTAL posições ponderadas pelo risco (a):		0	16.142.374	670.477.975	92.401.077	3.110.010	782.131.436
Posição em risco deduzida aos fundos próprios por classe de risco:	CL I - Administrações centrais ou bancos centrais						
	CL VI - Instituições						
	CL VII - Empresas						
	CL VIII - Carteira de retalho						
	CL X - Elementos vencidos						
	CL XIII - Outros elementos						
TOTAL posições em risco deduzidas aos fundos próprios:							

(a) Produto de "Total das posições em risco" por "ponderadores de risco".

Euros
31-12-2012

Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A., conforme o disposto na alínea s) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril.

Anexo VII – Operações de Titularização

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. efectuou, em 4 de Agosto de 2009, uma operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da actividade corrente, onde o Banco actua como cedente e gestor dos créditos cedidos e ainda como contraparte do *'back-to-back swap'* de taxa de juro. Decorrente desta operação foi constituída uma Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance nº3 Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção.

Em 15 de Outubro de 2010 a operação de titularização foi reestruturada com o objectivo primordial de preencher os novos requisitos de activos elegíveis para operações de cedência de liquidez por parte do Banco Central Europeu. Concretamente neste processo os valores titularizados foram incrementados em cerca de 150 milhões e a operação obteve uma segunda notação de rating.

No decorrer de 2012 e não obstante a extensão do período de revolving, os contratos vendidos mensalmente não foram suficientes para repor o nível da operação, pelo que se verificou distribuição de capital dando origem à amortização precoce da carteira. Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a carteira securitizada perfazia um total de 754.370.447 Euros.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito dado que o Banco Santander Consumer S.A. não transferiu as posições em risco e tendo adquirido a totalidade da estrutura de capital resultante da transacção.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital do SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

<u>Obrigações</u>	<u>Montante emitido</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Rating (Fitch)</u>	<u>Remuneração</u>
Classe A	500 000 000	Julho de 2025	AAA	Eur 3M + 1,5%
Classe B	184 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual
Classe C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual

A 31 de Dezembro de 2012 e após a reestruturação da operação, a estrutura de capital SPE Silk Finance nº3 era a seguinte (em euros):

<u>Obrigações</u>	<u>Montante emitido</u>	<u>Data de reembolso</u>	<u>Rating (Fitch e S&P)</u>	<u>Remuneração</u>
Classe A	483 131 235	Janeiro de 2028	A + / A -	Eur 3M + 1,5%
Classe B	288 000 000	Janeiro de 2028	N.A.	Residual
Classe C	3 900 000	Janeiro de 2028	N.A.	Residual

Ao longo do ano de 2012 e dado o enquadramento particular da economia portuguesa e da dívida soberana, os *ratings* das obrigações emitidas de Classe A viram as suas notações reduzidas de AAA para A + pela *Fitch Ratings* e para A - pela *Standard and Poors*. De salientar que o nível *rating* de A- é o patamar mínimo de elegibilidade para operações monetárias de intervenção junto do Banco Central Europeu.

Para efeitos de relevação contabilística o Banco nas suas contas individuais não desreconheceu do activo os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- (i) mantém o controlo sobre as operações;
- (ii) continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- (iii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos;
- (iv) detém a totalidade da dívida emitida por parte do SPE Silk Finance nº3;

Para efeitos das contas individuais créditos objecto da operação de titularização estão registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização. As obrigações emitidas no âmbito da operação de titularização estão registadas como Activos Detidos até à Maturidade pelo seu custo amortizado.

Nas contas individuais, cumprindo o disposto das Normas Internacionais de Contabilidade, o Banco Santander Consumer S.A. consolida integralmente o SPE Silk Finance nº3, ajustando e anulando as posições contabilísticas comuns, resultando na eliminação completa da transacção nas demonstrações financeiras.

Conforme anteriormente referido, o Banco Santander Consumer S.A. não desreconhece os activos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº3, pelo para efeitos de determinação de requisitos de capital os activos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

Secção A – Informação Qualitativa

OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO	
Titularização tradicional	SILK FINANCE Nº3
Instituição(ões) Cedente(s)	Banco Santander Consumer Portugal, S.A.
Instituição(ões) Patrocinadora(s)	Sociedade Gestora do Fundo (Navegador SGFTC, S.A.)
Informação sobre as operações:	
Data de início:	4 de Agosto de 2009
Maturidade legal	15 de Janeiro de 2028
Cláusula de <i>step-up</i> (data)	Não aplicável
<i>Revolving</i> (anos)	5,5 anos
Activos titularizados (em milhões de euros)	754
Valor em dívida (em milhões de euros)	709
Informação sobre o envolvimento da(s) instituição(ões) cedente(s):	
Existência de situações de "apoio implícito"	Não aplicável
Activos cedidos (por Instituição)/Activos titularizados (total) (%)	100%
Mais-valia/Valor das posições de primeira perda readquiridas	Não aplicável
Observações	

As posições de créditos titularizados, na óptica do cedente e as posições de dívida emitida no âmbito da operação de titularização podem ser analisadas da seguinte forma nas seguintes datas de referência:

Em euros			
Data	Saldo de Créditos Titularizados	Saldo da Dívida Emitida	
31/12/2011	835 031 573	843 300 000	
31/12/2012	708 864 909	775 031 235	

Secção B – Informação Quantitativa

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A. em conformidade com o anteriormente referido, dado que o Banco não desreconheceu os activos cedidos na operação de titularização Silk Finance nº3, pelo que para efeitos de determinação de requisitos de capital os activos titularizados não são relevados no apuramento de requisitos de fundos próprios, conforme no ponto 3 do nº7 do Aviso nº7/07.

Anexo VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo IX - Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo X - Posições em Risco sobre Acções da Carteira

Situação não aplicável ao Banco Santander Consumer Portugal, S.A..

Anexo XI - Risco Operacional

Secção A – Informação Qualitativa

1.1 Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios:

Por Risco Operacional entende-se o risco definido na alínea g) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril. O método de cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco operacional é o do Indicador Básico previsto nos artigos 25.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e regulamentado através do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007.

1.2 Indicação dos elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante, no caso de utilização do método do Indicador Básico:

Os elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante são os definidos no quadro 1 do ponto 4 da Parte 1 do Anexo I do Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2007. Adicionalmente são tidas em consideração as condições expressas no ponto 5.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

RISCO OPERACIONAL						
Actividades	Indicador relevante			Por memória: método de Medição Avançada - Redução de requisitos de fundos próprios (Ano 0)		
	2010	2011	2012	Perdas esperadas consideradas no quadro das práticas internas	Mecanismos de transferência de risco	
1. Método do Indicador Básico	57.286.939	52.808.154	58.453.439			
2. Método <i>Standard</i> :						
- Financiamento das empresas - <i>corporate finance</i>						
- Negociação e vendas						
- Intermediação relativa à carteira de retalho						
- Banca comercial						
- Banca de retalho						
- Pagamento e liquidação						
- Serviços de agência						
- Gestão de activos						
Método de Medição Avançada (a)						

(a) Base de incidência, em termos de indicador relevante, das actividades sujeitas ao método de Medição Avançada. Unidade: Euros
31-12-2011

Anexo XII - Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

Secção A – Informação Qualitativa

A exposição do Banco ao risco de taxa de juro decorre da probabilidade de impacto, nos resultados ou no valor patrimonial, resultante de variações das taxas de juro do mercado. Esta exposição é originada não só por eventuais gap's existentes entre a duração/maturidade média do activo e do passivo, como também pelo facto do banco comercializar produtos a taxa fixa e a taxa variável, gerando exposição ao risco de refixação de taxa e de indexante.

Encontra-se instituída uma política de gestão do risco de taxa de juro, definida em regulamento, revista e aprovada periodicamente pela Administração, que visa garantir o acompanhamento da sua exposição e assegurar que esta se mantém dentro de níveis consistentes com os limites de aceitação ao risco previamente definidos, a nível interno e acompanhados corporativamente.

Para a avaliação do risco de taxa de juro, o Banco recorre à adopção de dois processos paralelos e autónomos: indicadores internos e indicadores regulamentares, através dos quais são analisadas as posições em risco e mitigados eventuais mismatch que possam existir. Na avaliação deste risco, são tidas em consideração as características financeiras dos contratos, com base nas quais é efectuada a respectiva projecção dos cash flows esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e de indexante. A sua agregação por intervalos de tempo, permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de refixação de taxa e de indexante.

- Indicadores Internos: A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço é calculada pela diferença entre o valor actual do mismatch de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos cash flows simulando um deslocamento paralelo de 1 ponto percentual da curva de taxas de juro de mercado. Os limites de tolerância ao risco considerados e aprovados actualmente são de EUR 4 MM e EUR 6 MM, sobre a margem financeira e sobre a situação líquida, respectivamente. A avaliação dos potenciais impactos, nos resultados e nos capitais próprios, resultante da alteração das taxas de juros é efectuada trimestralmente pela Direcção Financeira, área funcional Controlo de Gestão. Esta, caso considere necessário, sugere a adopção de medidas correctivas para eventuais insuficiências. O controlo e acompanhamento dos limites ao risco de taxa, é efectuado pela área de riscos de mercado, inserida dentro da estrutura orgânica da Direcção de Risco e recuperação.
- Indicadores Regulamentares: Adicionalmente, o Banco calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do BIS (Bank of International Settlements) classificando todas as rubricas do activo, passivos e extrapatrimoniais (carteira bancária) por escalões de refixação de taxa e de indexante, no seguimento das recomendações de Basileia II e demais regulamentação. O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo Duration Gap e consiste num cenário de stress testing correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos em 2 pontos percentuais em todos os escalões de taxas de juro.

O acompanhamento deste risco é efectuado bimensalmente em Comité ALCO (Comité de Gestão de Activos e Passivos), ou directamente junto da Administração, quando se justifique. Nestas reuniões a Direcção Financeira propõe as operações que permitam a mitigação do valor

em risco, na data de reporte. A área de riscos de mercado tem por missão a monitorização dos níveis de exposição a riscos de taxa de juro e liquidez, bem como a validação das operações para mitigação dos respectivos riscos.

Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

RISCO DE TAXA DE JURO (CARTEIRA BANCÁRIA)				
			Impacto	
			Dezembro 12	Dezembro 11
Efeito na Situação Líquida de um choque de 200 p.b. na taxa de juro:	Valor	+ ¹	-4 228 164	-3 570 530
		- ²	4 228 164	3 570 530
	% da Situação Líquida	+ ¹	-3,1%	-2,8%
		- ²	3,1%	2,8%

¹ "+" = Choque na taxa de juro, no sentido ascendente
² "-" = Choque na taxa de juro, no sentido descendente

Unidade: Euros



Adopção das Recomendações do Financial Stability Forum (FSF)
e do Committee of European Banking Supervisors (CEBS)
relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

Para ser consultado em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório e Contas de 2012

Lisboa, 31 de Dezembro de 2012

ÍNDICE

Introdução

I – Modelo de Negócio

II – Riscos e Gestão de Riscos

III – Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

IV- Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

Introdução

Em cumprimento do estabelecido pelas Cartas Circulares nº 46/2008/DSB, nº 97/2008/DSB e nº 58/2009/DSB emitidas pelo Banco de Portugal relativas a "Transparência da Informação e à Valorização de Activos" no âmbito das actividades e produtos afectados pelo período de turbulência nos mercados financeiros, o Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o "Banco" ou "BSCP"), apresenta, em termos consolidados, a informação requerida sobre os eventuais impactos na sua actividade daí decorrentes.

Importa desde já salientar que, no decurso do exercício do ano 2012, ou presentemente, o Banco não mantinha, sob alguma forma, em balanço ou fora de balanço, operações de alto risco associadas a mercados de "sub-prime"/activos tóxicos, pelo que não registou qualquer impacto patrimonial com esta tipologia de operações.

Este anexo pode ser consultado em conjunto com o Relatório e Contas do ano de 2012, sendo disponibilizada a sua consulta ao público em geral por meio do acesso ao website www.santanderconsumer.pt

O conteúdo deste documento tem subjacente uma óptica predominantemente prudencial, procurando disponibilizar aos agentes económicos um leque alargado de informação que sustente de forma mais eficaz a tomada de decisões.

I – Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);

O Banco desenvolve a sua actividade assente na concessão de crédito ao consumo a cliente final através do ponto de venda, nomeadamente crédito automóvel e bens duradouros, e de forma directa através de cartões de crédito ou crédito pessoal. Resultado da oferta de valor e da posição de relevância no mercado de financiamento automóvel, o Banco financia igualmente os interlocutores do ciclo de valor acrescentado desta actividade (importadores e concessionários) através de produtos de Factoring e financiamento de stocks.

Decorrente do enquadramento macro económico e da turbulência registada nos mercados financeiros, o Banco procedeu a diversas acções de ajustamento pontual na sua política de admissão e concessão de crédito, como resultado da deterioração das condições socioeconómicas das famílias portuguesas e de alguns sectores de actividade.

O financiamento da actividade por capitais alheios é maioritariamente suportado pela casa-mãe (Banco Santander S.A.), sendo as necessidades de liquidez monitorizadas de forma tempestiva e de acordo com os regulamentos corporativos existentes para o efeito. Do ponto de vista dos capitais próprios, a estratégia é alicerçada em níveis confortáveis de solvabilidade decorrentes do perfil de risco de cada linha de negócio, com o rácio de solvabilidade a cifrar-se no final do ano 2012 em 15,34%.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);

O Banco Santander Consumer Portugal S.A. efectuou, em 4 de Agosto de 2009, uma operação de titularização de créditos com o propósito único de maximização dos seus níveis de liquidez e financiamento da actividade corrente, onde o Banco actua como cedente e gestor dos créditos cedidos e ainda como contraparte do *'back-to-back swap'* de taxa de juro. Decorrente desta operação foi constituída uma de Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance nº3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção.

Para efeitos prudenciais, a operação de titularização Silk Finance nº3 não configura uma transferência significativa dos riscos envolvidos, nomeadamente o risco de crédito.

Para efeitos de relevação contabilística, o Banco não desreconheceu do activo, os créditos cedidos na operação de titularização dado que:

- (i) mantém o controlo sobre as operações;
- (ii) continua a receber parte substancial da sua remuneração;
- (iii) mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos objecto da operação de titularização estão registados na rubrica de Activos Titularizados não Desreconhecidos, sujeitos a critérios contabilísticos idênticos aos das restantes operações de crédito. Os fundos recebidos pelo Banco no âmbito destas operações estão registados na rubrica Passivos por Activos não Desreconhecidos em Operações de Titularização.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);

A operação de titularização realizada em 2009 – Silk Finance nº3 – permitiu ao Banco alargar o leque e diversificar das suas fontes de financiamento da actividade do banco. No decurso do ano de 2010 a operação de titularização foi reestruturada com o objectivo de obedecer aos requisitos de activos elegíveis para as operações de financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE). Esta transacção permitiu eleger 550 milhões de euros, correspondentes a rating AAA (notação atribuída pela agências de rating Fitch e Standard & Poors) para operações de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE).

No último trimestre de 2012, e não obstante a extensão do período de revolving até 15 de Janeiro de 2015, a transacção começou a amortizar na sequência do Banco não conseguir gerar novo negócio de forma a compensar a amortização natural da carteira que lhe está associada. Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a operação de titularização detinha 483 milhões de euros correspondentes a rating A+/A- (notação atribuída pela agências de rating Fitch e Standard & Poors, respectivamente) para operações de absorção de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE).

A 31 de Dezembro de 2012, o Banco tinha contratado 346 milhões de euros de passivo financeiro junto BCE em operações de venda com acordo de recompra (*Repos*).

Ao longo do Relatório e Contas do exercício de 2012, com especial ênfase nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras, apresenta-se informação detalhada sobre as actividades desenvolvidas nas diversas áreas de negócio, bem como a sua respectiva evolução e desempenho.

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;

Conforme anteriormente referido e na sequência da operação de titularização Silk Finance No.3, Banco cedeu os créditos a uma Entidade de Finalidade Especial (SPE), Silk Finance No.3, Limited, com sede na Irlanda, emitente da dívida da transacção.

A operação de titularização implicou a cedência ao SPE de conjuntos de contratos representativos da carteira de crédito do Banco a cada momento, tendo a SPE financiado a aquisição destes créditos emitindo dívida, tendo esta sido adquirida pelo Banco, incluindo os títulos *first lost position*.

Na data de constituição da operação, a estrutura de capital do SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

Obrigações	Montante Emitido	Data de Reembolso	Rating (Fitch e S&P)	Remuneração
Classe A	500 000 000	Julho de 2025	AAA	Euribor 3M +1,5%
Classe B	184 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual
Classe C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual

A 31 de Dezembro de 2012, a estrutura de capital SPE Silk Finance nº3 era a seguinte:

Obrigações	Montante Emitido	Data de Reembolso	Rating (Fitch e S&P)	Remuneração
Classe A	483 131 235	Julho de 2025	A + / A -	Euribor 3M +1,5%
Classe B	288 000 000	Julho de 2025	N.A.	Residual
Classe C	3 900 000	Julho de 2025	N.A.	Residual

No início da operação, foi alienada uma carteira de créditos constituída por operações de vendas a crédito e locação financeira mobiliária com valor vincendo àquela data de 688.412.950 Euros. Deste montante de capital vincendo, o valor efectivamente transferido ascendeu a 681.723.353 Euros, na medida em que foram excluídos da transacção os montantes relativos a cauções e valores residuais de contratos de locação financeira mobiliária. Estas operações foram alienadas por 676.731.708 Euros ao Fundo Silk Finance No. 3 (Fundo), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. Posteriormente, e na data de reestruturação, o Banco alienou adicionalmente mais 150 milhões de euros de créditos, perfazendo um total de 830.731.708,00 de unidades de participação. No decorrer de 2012 e não obstante a extensão do período de revolving, os contratos vendidos mensalmente não foram

suficientes para repor o nível da operação pelo que se verificou distribuição de capital dando origem à amortização precoce da carteira. Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a carteira securitizada perfazia um total de 754.370.447 Euros.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida;

Tal como salientado, além do referido no ponto anterior, o objectivo do Banco ao realizar a operação de titularização na condição de Originador foi o de obter financiamento para o desenvolvimento da sua actividade. Para além da posição de Originador, o Banco assume ainda a função de Gestor dos créditos e de contraparte do '*back-to-back*' swap de taxa de juro.

II – Riscos e Gestão de Riscos

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;

No âmbito da operação de titularização, o Banco incorre em risco de crédito dado que os activos cedidos na operação não foram desreconhecidos uma vez que o Banco possui parte substancial dos riscos e benefícios envolvidos, uma vez que detém a titularidade da dívida emitida, incluindo as classes representativas da *first lost position*,

Uma vez que os créditos cedidos na operação representam uma amostra representativa da carteira de crédito do Banco, o risco de crédito inerente aos activos cedidos é avaliado e representado de acordo com a metodologia dos restantes activos de características semelhantes, nomeadamente através da determinação da sua imparidade.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas;

No âmbito das recomendações do FSF e CEBS sobre o impacto e dimensão dos riscos incorridos derivados do actual enquadramento de turbulência dos mercados financeiros, a política de gestão do risco de liquidez nos princípios da prudência e do Banco é definida e revista periodicamente pela Administração. Esta encontra-se definida no Manual de Gestão de Riscos de Mercado do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. e reflecte a estratégia de gestão, que permite ao Banco garantir que dispõe de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que estas se vencem, em função do grau de risco passível de ser assumido.

A gestão de liquidez é efectuada de acordo as necessidades de tesouraria constantes do orçamento anual e preferencialmente junto da tesouraria do seu accionista Santander Consumer Finance, S.A., que assegura as necessidades de financiamento do Banco e atribui, de acordo com políticas de rating interno, aprovado pela Deloitte a nível corporativo, spreads aditivos à taxa de mercado em função da maturidade das transacções.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direcção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respectivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direcção Financeira, avaliada periodicamente, tendo como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

O processo de acompanhamento da exposição a este risco é efectuado a 2 níveis.

Por um lado, a gestão de curto prazo é realizada pela área de Gestão de Meios Pagamento da Direcção de Operações, baseada na informação diária de liquidez assente nas contas de descoberto autorizado e na adequação tempestiva dos respectivos limites estabelecidos.

No que respeita à gestão de médio e longo prazo, esta é assegurada pela Direcção Financeira, com periodicidade mínima bimestral nas reuniões do ALCO - Comité de Gestão de Activos e Passivos e integrada no orçamento geral da empresa analisado mensalmente em Comité de Direcção e aprovado pela Comissão Executiva, assegurando-se deste modo a permanente manutenção de um adequado nível de capital interno, tendo como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras do Banco no médio e longo prazo e monitorizar a sua evolução e adequação face ao orçamentado.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, são ainda elaborados relatórios a partir da aplicação ALM 2 Torken que permitem não só identificar os mismatches negativos para diversas maturidades e para diversos horizontes temporais, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos. Face ao grau de exposição ao risco de liquidez, é elaborada pela Direcção Financeira, uma proposta à Administração com as operações de financiamento, não só adequadas às necessidades de tesouraria, mas que permitam também mitigar o grau de exposição a este risco. Estas têm ainda em linha de conta o limite mínimo de 70% imposto a nível corporativo pelo Santander Consumer.

III – Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados;

Não aplicável.

9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);

Não aplicável. O Banco não sofreu quaisquer perdas/“write-downs” por via da operação de titularização Silk Finance nº3.

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido;

Não aplicável.

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;

Não aplicável.

12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados

Não aplicável.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade;

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;

O prolongamento do período de turbulência nos mercados financeiros que se sente com particular relevância em Portugal, poderá afectar a situação patrimonial do Banco por forma indirecta, através do:

- Aumento da sinistralidade da carteira de crédito, por força da diminuição da capacidade de cumprimento do serviço da dívida por parte dos clientes, que está fortemente correlacionada com o comportamento das taxas de juro;
- Aumento ou diminuição do custo de financiamento dos capitais alheios.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;

O primeiro semestre de 2012 foi caracterizado pela subida do custo generalizado do financiamento, em função do enquadramento financeiro da economia portuguesa, que foi agravado pela redução dos níveis de notação de *rating* da dívida soberana. No segundo semestre, verificou-se uma diminuição dos “spreads intragrupo” na sequência do desanuviar das tensões dos mercados económicos internacionais. O impacto da valorização das responsabilidades pode ser consultado nas Notas Anexas às Demonstrações Financeira, no ponto do Justo Valor.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”;

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos ‘tóxicos’ no período de referência de 31 de Dezembro de 2012.

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes;

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições;

Não aplicável.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, “write-downs”, compras, etc.)

Não aplicável.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;

Como anteriormente referido o SPE Silk Finance nº 3 Limited é integralmente consolidado no património do Banco.

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados:

Não aplicável.

V. Políticas contábilísticas e métodos de valorização

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contábilísticos e o respectivo tratamento contábilístico;

Não aplicável dado não existirem operações com produtos estruturados ou activos 'tóxicos' no período de referência de 31 de Dezembro de 2012.

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência;

Não aplicável. Vide pontos os 2, 3, 4 e 5 deste documento.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros;

Consultar o ponto de Justo Valor das Notas Anexas às Demonstrações Financeiras de 2012.

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros;

Não aplicável.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação Documento

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander Consumer S.A. foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco e das suas filiais, mantidos em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) N° 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n° 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n°1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras encontram-se publicadas no sítio da internet do Banco (www.santanderconsumer.pt), dando cumprimento ao Aviso n°6/2006 do Banco de Portugal, podendo ser consultadas por qualquer entidade interessada, pessoa individual ou colectiva.

BANCO SANTANDER CONSUMER PORTUGAL, S.A.
RELATÓRIO DE ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

O presente Relatório de Estrutura e Práticas de Governo Societário foi preparado nos termos e para os efeitos do disposto no Art. 70.º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (de ora em diante, o “CSC”).

O Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (de ora em diante, o “**Banco**”) dispõe de órgãos sociais estruturados de acordo com o modelo latino reforçado: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Sociedade Revisora Oficial de Contas (Cfr. Art. 278.º, n.º 1 alínea a) do CSC).

O Conselho de Administração tem competência para gerir o Banco e é composto por um Presidente e dois a seis Vogais, eleitos por mandatos a determinar pela Assembleia Geral (Art. 19.º e seguintes dos Estatutos).

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral, de acordo com o n.º 1 do Art. 19 do Estatutos e com o n.º 1 do Art. 391.º do CSC.

A gestão corrente do Banco encontra-se delegada numa Comissão Executiva, constituída no seio do Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 3 do Art. 407.º do CSC.

Na Assembleia Geral, os accionistas deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei e pelos Estatutos e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições do Conselho de Administração, designadamente:

- Aprovação do relatório de gestão e restantes documentos de prestação do Banco;
- Deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- Apreciação geral da administração e fiscalização do Banco;
- Alterações aos Estatutos.

A fiscalização do Banco encontra-se confiada ao Conselho Fiscal (Art. 24.º e seguintes dos Estatutos), constituído por um mínimo de três membros efectivos e um suplente, eleitos por mandatos a determinar pela Assembleia Geral, e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do Art. 413.º do CSC.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral, em conformidade com o n.º 1 do Art. 415.º do CSC.

O revisor oficial de contas é igualmente designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, de acordo com o n.º 5 do Art. 24.º do Estatutos e com n.º 1 do Art. 446.º do CSC.

1. ASSEMBLEIA GERAL

1.1 Membros da mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o Art. 16.º, n.º 1 do Estatutos, por um Presidente e um Secretário.

Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se discriminam:

Presidente: Dr. Henrique Trocado

Secretária: Dra. Sara Larcher

Secretária Suplente: Teresa Maria Leite Brito da Silva Vasconcelos Mota

1.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral para o quadriénio 2012/2015, o qual terminará em 31 de Dezembro de 2015, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 2012.

1.3 Antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral

De acordo com o disposto no Art. 15.º, n.º 1 do Estatutos, só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral do Banco os accionistas que tiverem averbadas em seu nome no livro de registo do Banco, ou comprovem ter depositadas em instituições de crédito, até 10 (dez) dias antes da data marcada para a reunião, o número mínimo de acções necessário para conferir voto.

De acordo com o Art. 15, n.º 2 do Estatutos, os accionistas devem manter as acções de que são titulares averbadas ou registadas em seu nome, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

1.4 Número de acções a que corresponde um voto

Nos termos do disposto no n.º 3 do Art. 15.º do Estatutos, a cada 5.000 (cinco) mil euros de capital corresponde um voto sendo todavia aplicáveis, enquanto vigorarem de forma imperativa, os limites inferiores que forem fixados em lei.

Não obstante, de acordo com o n.º 4 do Art. 15.º do Estatutos, os accionistas titulares de acções em número inferior ao exigido para conferir um voto poderão agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados.

1.5 Accionistas titulares de direitos especiais

O capital social do Banco está integralmente realizado e está representado por 66.592.947 (sessenta e seis milhões quinhentos e noventa e dois mil novecentos e quarenta e sete) acções ordinárias com o valor nominal de 1 (um) euro cada uma.

Não existem accionistas titulares de direitos especiais.

1.6 Regras estatutárias especiais ou outras restrições em matéria de direitos de voto

Para além do *supra* referido, não existem regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados, nem outras regras que possam ser consideradas como restringindo os direitos de voto dos accionistas do Banco.

1.7 Regras estatutárias sobre o quorums constitutivos e deliberativos

Quorum constitutivo

De acordo com o Art. 17.º, n.º 1 do Estatutos, em primeira convocação, a Assembleia Geral só pode funcionar quando estiverem presentes ou representados titulares de mais de metade das acções correspondentes ao capital social. De acordo com o Art. 17.º, n.º 2, em segunda convocação a Assembleia pode deliberar validamente, qualquer que seja o número de accionistas presentes e o capital representado.

Quorum deliberativo

De acordo com o Art. 17.º, n.º 3 do Estatutos, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos emitidos, salvo disposição legal ou estatutária que exija maioria qualificada. De acordo com o Art. 17.º, n.º 4 do Estatutos, as deliberações sobre a alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, sendo que, nos termos do n.º 5, se, porém em Assembleia reunida em segunda convocação estiverem presentes ou representados accionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social a deliberação sobre os assuntos referidos no anterior pode ser tomada pela maioria dos votos emitidos.

É aplicável subsidiariamente o regime legal em matéria de quorum constitutivo e deliberativo, *maxime* o Art. 383.º e o Art. 386.º do CSC.

1.8 Regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Não existem regras estatutárias sobre destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

1.9 Exercício do direito de voto por correspondência ou por meios electrónicos

De acordo com o Art. 18.º, n.º 4 do Estatutos, não é permitido o voto por correspondência. Os Estatutos não prevêm o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

1.10 Intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração do Banco

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações composta por accionistas, cujos membros são eleitos directamente pela Assembleia Geral, nos termos do Art. 12.º dos Estatutos e do Art. 399.º, n.º 1 do CSC. Nos

termos do mesmo preceito, compete à Comissão de Remunerações dispor sobre o regime de previdência aplicável aos administradores executivos.

A Assembleia Geral poderá anualmente fixar uma percentagem de lucros a serem distribuídos pelos empregados e membros dos corpos sociais, definindo previamente os critérios dessa atribuição (Art. 27.º, n.º 2 do Estatutos).

Em conformidade com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), a Comissão de Remunerações e o Conselho de Administração submetem anualmente à apreciação da Assembleia Geral, a declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização e dos Dirigentes com Funções de Controlo e Assunção de Riscos, respectivamente.

1.11 Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

De acordo com o Art. 17.º, n.º 4 do Estatutos e o Art. 386.º, n.º 3 do CSC, as deliberações sobre a alteração do Estatutos devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos.

1.12 Participações Qualificadas no capital do Banco

O Santander Consumer Finance, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 53.331.647 acções ordinárias representativas de 80,09% do capital social do Banco.

O Santander Consumer Establecimiento Financiero de Credito, S.A., com sede em Ciudad Grupo Santander – Edif. Dehesa – 4 Norte, Avenida de Cantábria, s/n, 1ª Planta – Boadilla del Monte, Madrid, é titular de 13.261.300 acções ordinárias representativas dos restantes 19,91% do capital social do Banco.

2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2.1 Membros do Conselho de Administração

Presidente: Dra. Inês Serrano Gonzalez

Vogal: Dr. Henrique Salema de Carvalho e Silva

Vogal: Dr. David Turiel Lopez

Vogal: Dr. Borja Anduiza Rubio *

Vogal: Eng. Pedro César Pereira Alves Saraiva *

Vogal: Dr. Luís Filipe Pires Ferreira

* Os Vogais do Conselho de Administração Dr. Borja Anduiza Rubio e Eng. Pedro César Pereira Alves Saraiva cessaram funções por renúncia, com efeitos a 31 de Agosto de 2012 e a 31 de Dezembro de 2012, respectivamente.

2.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho de Administração para o quadriénio de 2012 – 2015, com termo em 31 de Dezembro de 2015 foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 2012.

2.3 Poderes do Conselho de Administração

As competências do Conselho de Administração encontram-se previstas no Art. 20.º do Estatutos.

De acordo com este preceito estatutário, compete ao Conselho de Administração gerir e representar o Banco com os mais amplos poderes que a lei lhe confere, e designadamente:

- Elaborar as propostas relativas à definição das políticas gerais do Banco e dos planos e orçamentos anuais plurianuais;
- Estabelecer a organização interna do Banco e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- Conduzir as actividades do Banco, praticando todos os actos que a lei ou estes estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- Representar o Banco em juízo ou fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia Geral nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens móveis ou imóveis, incluindo participações em sociedades com qualquer objecto, em agrupamentos complementares de empresas e outras sociedades reguladas por leis especiais, devendo, porém, quanto aos imóveis e às participações estáveis, obter o parecer favorável do Conselho Fiscal;
- Contratar e rescindir contratos com empregados e outros prestadores de serviços.

De acordo com o Art. 5.º, n.º 2 do Estatutos, o Conselho de Administração pode ainda aumentar o capital social até EUR 80.000.000 (oitenta milhões de euros), mediante entradas em numerário, na época e modalidades que considerar mais conformes aos interesses sociais.

2.4 Designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

De acordo com o Art. 19.º, n.º 1 e 2 do Estatutos, o Conselho de Administração é formado por um Presidente e dois a seis vogais, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser ainda eleito um administrador suplente.

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato com o período a ser determinado na deliberação, sem prejuízo da sua reeleição.

De acordo com o Art. 19.º, n.º 4 do Estatutos, se um administrador faltar 3 (três) vezes a reuniões do Conselho de Administração, seja de forma seguida ou interpolada, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, tal equivalerá a uma falta definitiva desse administrador.

A substituição de administradores processa-se nos termos do disposto no Art. 393.º do CSC.

2.5 Funções que os membros do Conselho de Administração exercem em outras sociedades

<u>Dra. Inês Serrano Gonzalez</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Santander Consumer Finance, S.A.	Conselheira directora geral
Santander Consumer, E.E.F.C., S.A.	Presidente
Transolver Finance, E.F.C., S.A.	Representante do Presidente do Conselho, Santander Consumer Finance, S.A.
Reintegra, S.A.	Representante do Presidente do Conselho, Santander Consumer, E.F.C., S.A.
Santander Consumer Bank S.P.A. (Itália)	Presidente
Unifin, S.P.A. (Itália)	Conselheira
Santander Consumer Bank AG (Alemanha)	Membro do órgão de supervisão

<u>Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Casais Firminos – Sociedade de Desenvolvimento Turístico e Cinegético, S.A.	Secretário da Assembleia Geral
Sociedade Agrícola do Setil, SA.	

<u>Dr. David Turiel Lopez</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>

Santander Consumer Finance, S.A. Santander Consumer, E.F.C., S.A. AIG Bank Polska, S.A. Santander Consumer Bank SpA	Membro do Conselho de Administração
Santander Consumer Bank, S.A. (Polónia) Polskie Towarzystwo Finansowe, S.A.	Membro do Conselho de Vigilância

<u>Eng. Pedro César Pereira Alves Saraiva</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Administrador Delegado e Director Geral - Santander Consumer Bank S.p.A	Membro do Conselho de Administração
Presidente do CdA - Santander Consumer Finance Media Srl Presidente do CdA - Unifin S.p.A	Presidente do Conselho de Administração
Quales - Qualidade e Segurança Alimentar, Lda	Gerente

3. COMISSÃO EXECUTIVA

3.1 Membros da Comissão Executiva

Presidente: Eng. Henrique Salema de Carvalho e Silva

Vogal Dra. Inês Serrano Gonzalez

Vogal: Dr. Luís Filipe Pires Ferreira

A Comissão Executiva será constituída por deliberação do Conselho de Administração.

Para o quadriénio 2012/2015, foram designados os seguintes membros da Comissão Executiva:

Presidente: Henrique Salema de Carvalho e Silva

Vogal: Inês Serrano Gonzalez

Vogal: Luís Filipe Pires Ferreira

3.2 Poderes da Comissão Executiva

A Comissão Executiva do Conselho de Administração exerce competências delegadas deste órgão, nos termos da deliberação de delegação de competências aprovada em reunião do Conselho de Administração.

Na Comissão Executiva são delegados os seguintes poderes:

- Preparar propostas para o Conselho de Administração – planos e orçamentos, relatório e contas, políticas gerais e executar as suas deliberações;
- Distribuir responsabilidades funcionais (Pelouros);
- Gerir o desenvolvimento dos negócios;
- Definir a organização interna;
- Recrutamento, formação e desenvolvimento de colaboradores;
- Concretizar a política salarial e de prémios variáveis;
- Aprovar acordos comerciais e contratos com prestadores de serviços;
- Definir a política de *pricing*, fiscal, de marketing, de produtos, de recuperação e de gestão de clientes;
- Aprovar os processos e procedimentos do Banco;
- Nomear mandatários internos;
- Garantir as relações com autoridades e o cumprimento de normas prudenciais.

3.3 Designação e substituição dos membros da Comissão Executiva

A Comissão Executiva é constituída pelo número de Administradores que for deliberado pelo Conselho de Administração, não se encontrando previsto qualquer regime estatutário específico para a designação ou substituição dos respectivos membros.

4. CONSELHO FISCAL

4.1 Membros do Conselho Fiscal

Encontram-se em funções os seguintes membros do Conselho Fiscal:

Presidente: Prof. Doutor Diogo José Paredes Leite de Campos

Membro efectivo: Dra. Susana Teresa Baptista Nunes Cirera Soutelinho

Membro efectivo: Dr. Manuel António Amaral Franco Preto

Membro suplente: Dra. Carla Sofia Simões da Costa Silva

4.2 Data de início e termo dos respectivos mandatos

A eleição dos membros do Conselho Fiscal para o mandato quadrienal 2012-2015, com termo em 31 de Dezembro de 2015, foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 2012.

4.3 Designação e substituição dos membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos e um suplente designados pela Assembleia Geral (Art. 24.º do Estatutos). Na mesma deliberação, os accionistas designam aquele dos membros efectivos que servirá como Presidente (Art. 415.º, n.º 2 do CSC).

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de composição qualitativa e proibição de incompatibilidades previstos nos Arts. 414.º e 414.º-A do CSC.

Os membros efectivos do Conselho Fiscal que se encontrem temporariamente impedidos ou cujas funções tenham cessado são substituídos pelos suplentes (Art. 415.º, n.º 3 do CSC).

Os suplentes que substituam membros efectivos cujas funções tenham cessado mantêm-se no cargo até à primeira Assembleia anual, que procederá ao preenchimento das vagas. Não sendo possível preencher uma vaga de membro efectivo por faltarem suplentes eleitos, os cargos vagos, tanto de membros efectivos como de suplentes, são preenchidos por nova eleição (Art. 415.º, n.ºs 4 e 5 do CSC).

4.4 Funções que os membros do Conselho Fiscal exercem em outras sociedades

<u>Diogo Leite Campos</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Hagen Engenharia	Presidente do Conselho Fiscal
RES, S.A.	Administrador Não Executivo
Willis	Administrador Não executivo

<u>Manuel António Preto</u>	
<i>Sociedade</i>	<i>Cargo</i>
Santota – Internacional SGPS, SA	Gerente
Taxagest, SGPS, SA Totta Ireland, PLC Totta & Açores Financing Ltd Serfin International Bank & Trust	Membro do Conselho de Administração

4.5 Possibilidade de o Conselho Fiscal propor à assembleia-geral a destituição do auditor com justa causa

De acordo com o Art. 24.º, n.º 5 do Estatutos, o revisor oficial de contas é designado pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal pode propor à Assembleia Geral a destituição do revisor oficial de contas, sempre que houver justa causa.

4.6 Relatório anual do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal elabora o Relatório Anual de acordo com a legislação em vigor.

5. CONTROLO INTERNO

Tendo presente a reconhecida importância que a existência de um sistema de controlo interno adequado e eficaz assume, no exercício de 2012, o Banco prosseguiu a estratégia de continuo fortalecimento do Sistema de Controlo Interno, definido e acompanhado directamente pelo Órgão de Administração e monitorizado pelo Conselho Fiscal, designadamente com vista a garantir:

- Um desempenho eficiente e rentável da actividade no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos activos e recursos e a continuidade do negócio, nomeadamente através de uma adequada gestão e controlo de riscos inerentes à actividade desenvolvida;
- A existência de informação financeira e de gestão, completa, pertinente, fiável e tempestiva, que suporte as tomadas de decisão e os processos de controlo;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com clientes, das orientações dos órgãos sociais e demais regras, recomendações e boas práticas internacionalmente reconhecidas, de modo a proteger a reputação da instituição e evitar que esta seja alvo de sanções.

No sentido de atingir os objectivos propostos foram adoptados os princípios e orientações reconhecidos e aceites internacionalmente em matéria de controlo interno, nas suas diversas componentes, e que visam assegurar a existência de:

- Um adequado ambiente de controlo, de forma a disseminar uma cultura de controlo e de disciplina por parte de toda a estrutura organizacional, que favoreça uma gestão sã e prudente da actividade desenvolvida;
- Um sólido sistema de gestão de riscos, que permita identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e objectivos definidos, bem como assegurar a implementação de acções para responder a desvios não desejados;
- Um eficiente sistema de informação e comunicação, que garanta a captação, tratamento e troca de informação relevante, abrangente e consistente, que suporte uma tomada de decisão eficaz e tempestiva e o cumprimento de obrigações perante terceiros;
- Um efectivo sistema de monitorização, através da implementação de acções e avaliações de controlo com vista identificar eventuais insuficiências e/ou oportunidades de melhoria de forma garantir a continua eficácia e a adequação do sistema de controlo interno.

Para o efeito, na concretização dos objectivos acima descritos, o Banco tem vindo a fomentar um apropriado ambiente de controlo sustentado numa adequada definição e segregação de funções e no estabelecimento de políticas e procedimentos de controlo, integrados na sua actividade diária.

Por sua vez, de forma a promover elevados padrões profissionais o Banco adopta um código de conduta que reflecte os padrões de comportamento ético e de rigor pelos quais todos os colaboradores se devem reger na execução das suas tarefas.

No que respeita ao sistema de gestão de riscos, este encontra-se baseado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo, que visam assegurar, de forma permanente:

- O desenvolvimento sustentado da actividade creditícia, pela gestão prudente da sua solvabilidade, decorrente do exercício dos objectivos estratégicos;

- A gestão criteriosa dos capitais alheios, com o objectivo último da maximização do valor do Banco para os seus accionistas.

O processo de avaliação de riscos instituído, baseado em políticas e procedimentos que visam garantir que os objectivos da instituição, previamente estabelecidos, são atingidos, tem em consideração a natureza e magnitude dos riscos subjacentes à actividade do Banco e encontra-se suportado em análises qualitativas e quantitativas que permitem, de forma sustentada e tempestiva, aferir sobre a adequabilidade do capital interno.

A realização de *stress tests* como ferramenta de gestão de risco permite avaliar os efeitos potenciais nas condições financeiras decorrentes de alterações excepcionais dos factores de risco e dar cumprimento ao disposto nas Instruções do Banco de Portugal nº 32/2009 e 4/2011. Por sua vez, os *reverse stress tests* permitem complementar os testes de esforço realizados, nomeadamente na avaliação dos pressupostos adoptados sobre o modelo e a estratégia de negócio e no planeamento de capital. Estas ferramentas possibilitam a identificação das condições que comprometem o modelo de negócio do Banco e, por consequência, as suas vulnerabilidades.

O sistema de gestão de riscos abrange ainda o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital (ICAAP), em linha com as orientações regulamentares e em particular a Instrução do Banco de Portugal nº 15/2007. O ICAAP é um processo contínuo, integral e transversal à instituição, acompanhado directamente pelo Órgão de Administração, que assegura a adequação do capital interno ao perfil de risco do Banco.

Por sua vez, o sistema de comunicação e informação promovido assegura a existência de informação objectiva, inteligível, consistente e correcta de forma a possibilitar uma visão global e abrangente acerca da situação financeira, do desenvolvimento da actividade e do perfil de risco do Banco. Este encontra-se sustentado nas políticas e procedimentos internamente estabelecidos e oportunamente difundidos, que prevêm a produção e divulgação atempada de informação a nível interno e externo. O processo de informação financeira, que integra o sistema de comunicação e informação da instituição, sustenta-se nos sistemas contabilísticos e de apoio à gestão que, de forma completa e sistematizada, registam e armazenam a informação relativa às operações efectuadas.

Adicionalmente, o Modelo de Governo estabelecido assenta numa estrutura transversal e descentralizada que define, de forma rigorosa, os responsáveis, as competências e a periodicidade das sedes de decisão consoante a matéria em causa.

Por último, a continua monitorização do sistema da adequação e eficácia do sistema de controlo interno, permite avaliar a prossecução dos procedimentos de controlo interno ao nível das diferentes áreas funcionais e aferir a sua adequabilidade e efectividade face às políticas, planos, instruções internas, bem como a sua conformidade com a legislação e regulamentação aplicável.

Ciente da importância que um adequado e eficaz Sistema de Controlo Interno assume, com particular relevância na actual conjuntura, o Órgão de Administração tem vindo a promover de forma contínua e reforçada a incorporação dos objectivos e dos princípios de controlo, na

estratégia e nas políticas da instituição, assegurando a existência de meios materiais e humanos necessários à sua prossecução e garantindo que as insuficiências identificadas neste âmbito são alvo de acompanhamento contínuo por parte de todos os órgãos de gestão, sempre no sentido de se implementarem as medidas necessárias à sua sanção. Por sua vez, o Conselho fiscal avalia anualmente do Sistema de Controlo Interno, pronunciando-se sobre a sua adequação e eficácia.

6. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (*Diário da República*, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é definida a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), aprovada pela Assembleia Geral, mediante proposta da Comissão de Remunerações.

Por conseguinte e com o objectivo de providenciar informação clara e detalhada sobre a referida política de remuneração, procede-se à pormenorização dos princípios orientadores adoptados e do modo como se pretende assegurar a necessária mitigação de riscos de gestão e o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização com o interesse do Banco.

I. Enquadramento

A Política remuneratória do Banco Santander Consumer Portugal enquadra-se nas directrizes definidas pelo accionista de referência do Banco para todo o Grupo Santander, as quais são formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém 100% do respectivo capital do Banco.

A Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é anualmente revista e aprovada, pela Comissão de Remunerações, e submetida à Assembleia Geral para aprovação final.

Na respectiva definição participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco, mostrando-se ainda conformes as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes, vigentes à data. As remunerações encontram-se ainda sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance e do Grupo Santander.

A actual Comissão de Remunerações foi eleita, para o quadriénio 2012-2015, tendo os actuais membros sido eleitos na reunião da Assembleia Geral de 19 de Abril de 2012, com a seguinte composição: David Turiel Lopez, administrador não executivo e Sandra Faustino, Directora de Recursos Humanos do Banco Santander Consumer Portugal, S.A.

II. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objectivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à realização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

Em regra, a remuneração referente ao desempenho de funções não executivas no Grupo visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função. No entanto, no caso do Banco, as funções não executivas não são remuneradas, sendo os seus titulares remunerados pelas funções que desempenham noutras sociedades do Grupo.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros (afectos às áreas financeira e controlo de gestão, risco, auditoria interna,

recursos humanos e *compliance*) são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na nova regulamentação portuguesa.

III. Princípios Orientadores da Política de Remuneração no Banco Santander Consumer Portugal

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- a) Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração (e.g. limitação estatutária a que Remuneração Variável exceda 5% dos lucros de exercício) que devem ser equilibradas entre si; ii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo, com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados do Banco, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- f) À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento;
- g) O Banco não implementou, nem tem conhecimento de que os membros da Comissão Executiva tenham implementado, quaisquer seguros de remuneração ou outros

mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

IV. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remuneração dos titulares dos órgãos sociais deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existente no sector
- b) Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
 - (i) Anualmente, pelo Presidente da Comissão Executiva, relativamente aos restantes administradores executivos;
 - (ii) Anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração, relativamente ao Presidente da Comissão Executiva do Banco.
- c) Relativamente aos administradores não executivos e o Presidente do Conselho de Administração, estes não auferem qualquer remuneração em Portugal, sendo remunerados pela sua actividade nas entidades do Grupo Santander Consumer Finance onde se encontram afectos.
- d) Os membros do órgão de fiscalização auferem apenas uma remuneração fixa cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal. No entanto, uma vez que um dos membros do órgão de fiscalização do BSCP, é colaborador e desempenha funções no Banco Santander Totta, S.A., a sua remuneração é definida e paga nesse banco.
- e) Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos administradores executivos. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2012, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na remuneração total.

1. Remuneração Fixa

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;

- b) A Remuneração Fixa dos administradores executivos é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores executivos tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Remunerações, estimando-se que represente, em 2012, 63 % da Remuneração Total

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta igualmente uma componente Variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respectivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Remuneração Fixa, estimando-se que represente, em 2012, 37 % da Remuneração Total;
- c) De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios:
 - Cumprimento dos objectivos de Resultado Líquido e do Consumo Eficiente de Capital (RoRAC). Para este efeito são tidos em consideração os resultados obtidos pela Divisão do Consumer Finance, pela unidade do Consumer Finance em Portugal e pelo Grupo Santander, embora, quanto a este último, com um peso relativo inferior.
 - Desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco;
 - Benchmark do Grupo Santander e da sua Divisão do Consumer Finance face aos principais concorrentes mundiais.
 - Avaliação do cumprimento dos objectivos de riscos, liquidez, qualidade de resultados e *compliance*.
 - Nível de contribuição para os resultados do Grupo e da Divisão.
- e) A atribuição da Remuneração Variável depende igualmente do grau de consecução dos objectivos anuais definidos;

- f) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar em cada ano em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2012 se estima não ser superior a 150% do valor de referência definido anualmente pelo Grupo;
- g) A ponderação da consecução dos objectivos estratégicos definidos pelo e para o Banco, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da Remuneração Variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo do Banco e dos seus accionistas;
- h) No caso de serem imputados ao Banco, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a Remuneração Variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos;

2.1. Diferimento da Remuneração Variável

- a) Como elemento da Remuneração Variável, o Banco implementou um sistema de Remuneração Variável de Longo Prazo, traduzido num plano de acções vinculado a objectivos definidos para o Grupo Santander, que visa comprometer e promover o alinhamento dos quadros dirigentes (incluindo administradores executivos) com os interesses do Grupo e respectivos accionistas e através do qual são atribuídas acções do Banco Santander;
- b) Em aplicação de Regulamento aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Santander, S.A., o diferimento da Remuneração Variável encontra-se sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência no Banco durante um dado período estabelecido; ii) desempenho e posicionamento relativo do Grupo Santander face aos seus concorrentes de dimensão internacional, medidos através dos parâmetros de Retorno Total para Accionista e Crescimento do Benefício por Acção;
- c) O montante do diferimento é pago em acções, cuja atribuição definitiva acontece decorridos três anos, ficando dependente do preenchimento em cada um dos anos de diferimento das condições referidas *supra*, na alínea anterior;

2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Na presente data, encontra-se diferida a entrega das acções correspondentes a parte da Remuneração Variável relativa a 2012, cuja atribuição definitiva ocorrerá se cumpridas as condições referidas em 2.1 alínea b).

Durante o ano de 2012, foram entregues acções por conta da Remuneração Variável devida pelo ciclo que se iniciou em 2009.

3. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco

Não existirá, durante o exercício de 2012, montantes pagos a administradores executivos, por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com o Banco.

V. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

- a) Os administradores executivos beneficiam de um seguro de vida, cujo capital coberto é equivalente a quarenta e duas vezes o valor da Remuneração Fixa mensal do titular em causa.
- b) Com excepção do Presidente da Comissão Executiva, os demais administradores executivos beneficiam de um seguro de saúde contratado para todos os colaboradores com comparticipação destes correspondente a 0,75% da respectiva Remuneração Fixa.
- c) O Presidente da Comissão Executiva beneficia do Seguro de Saúde complementar ao Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) de acordo com o regime estabelecido no Banco Santander Totta, S.A. (onde tem contrato de trabalho suspenso).
- d) Relativamente a um dos Administradores, o Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação colectiva do sector bancário.

VI. Aspectos complementares

Não se prevê a atribuição de planos de opções em 2012.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

Não se prevê que, durante o ano 2012, haja lugar a quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

VII. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), cuja aplicação ao exercício de 2012 decorre do seu artigo 20.º, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II. do referido aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

Em qualquer caso, ao abrigo das orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 22.º da Directiva n.º 2006/48/CE (acolhidas no referido aviso no seu artigo 19.º), que permitem a neutralização de algumas regras na definição da política de remuneração em instituições não-complexas e não cotadas em mercado regulamentado, como é o caso do BSCP, não foram implementados mecanismos de diferimento da remuneração variável que permitam atingir (i) uma percentagem de pelo menos 50% de instrumentos financeiros na composição da componente variável da remuneração, nem (ii) relativamente a pelo menos 40% da remuneração variável, um diferimento do seu pagamento por um período entre três a cinco anos.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais regras do Aviso n.º 10/2011 implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Consumer Portugal em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da Administração e Fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes

VII. Remuneração Atribuída aos Órgãos de Administração e Fiscalização em 2012

A presente informação é prestada para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que se refere à divulgação do montante anual de remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, de forma individualizada.

Em 2012, as remunerações fixas e variáveis totalizaram nesta data 305.754€ e 180.744€, respectivamente.

A remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal durante o exercício de 2012 é apresentada de seguida:

8.1 Remuneração Anual

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Remuneração	
		Fixa	Variável
Inês Serrano Gonzalez	Presidente do Conselho de Administração	-	-
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva	191 820	139 602
Luís Filipe Pires Ferreira	Administrador Executivo	113 934	41 143
David Turiel Lopez	Administrador não Executivo	-	-
Borja Anduiza Rubio	Administrador não Executivo	-	-
Pedro César Pereira Alves Saraiva	Administrador não Executivo	-	-

Valores: Euros

Conselho Fiscal

Nome	Cargo	Remuneração	
		Fixa	Variável
Diogo José Paredes Leite de Campos	Presidente do Conselho Fiscal	40 072	-
Susana Teresa Baptista Nunes Sirera Soutelinho	Membro Efectivo do Conselho Fiscal	34 234	-
Manuel António Amaral Franco Preto	Membro Efectivo do Conselho Fiscal	-	-

Valores: Euros

8.2 Remuneração Anual Variável

a) Parcela pecuniária paga relativa ao Premio desempenho 2012:

Nome	Cargo	Remuneração variável
Inês Serrano Gonzalez	Presidente do Conselho de Administração	-
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva	125 685
Luís Filipe Pires Ferreira	Administrador Executivo	32 500
David Turiel Lopez	Administrador não Executivo	-
Borja Anduiza Rubio	Administrador não Executivo	-
Pedro César Pereira Alves Saraiva	Administrador não Executivo	-

Valores: Euros

b) Acções:

O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos.

Em Julho de 2012, foi finalizado o quarto ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 4.620, ao valor por acção de 4,883 Euros.

O valor individual atribuído a cada membro do Conselho de Administração, que corresponde às acções atribuídas do I12, foi o seguinte:

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Plano de acções/Montante exercido
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva	2.850 acções no valor de 13.917 €
Luís Filipe Pires Ferreira	Administrador Executivo	1.770 acções no valor de 8.643 €
Pedro César Pereira Alves Saraiva	Administrador não Executivo	1.104 acções no valor de 5.391 €

Valores: Euros

8.3. Novas Contratações

Foram reconduzidos os actuais membros dos órgãos de administração e fiscalização para o quadriénio 2012-2015.

Assim, os membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco para o quadriénio 2012-2015 são os seguintes:

Nome	Cargo
Inês Serrano Gonzalez	Presidente do Conselho de Administração
Henrique Salema de Carvalho e Silva	Presidente da Comissão Executiva
Luís Filipe Pires Ferreira	Administrador Executivo
David Turiel Lopez	Administrador não Executivo
Borja Anduiza Rubio	Administrador não Executivo (que, entretanto, renunciou ao cargo com efeito a 31 de Agosto de 2012)
Pedro César Pereira Alves Saraiva	Administrador não Executivo (que, entretanto, renunciou ao cargo com efeito a 31 de Dezembro de 2012)
Diogo José Paredes Leite de Campos	Presidente do Conselho Fiscal
Susana Teresa Baptista Nunes Sirera Soutelinho	Membro Efectivo do Conselho Fiscal
Manuel António Amaral Franco Preto	Membro Efectivo do Conselho Fiscal

8.4 Cessações Contratuais

Durante o ano 2012, o Banco não efectuou quaisquer pagamentos de indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais.

7. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES COM FUNÇÕES DE CONTROLO OU COM RESPONSABILIDADE NA ASSUNÇÃO DE RISCOS

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e no artigo 16.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), é definida para o ano de 2012 a política de remuneração dos trabalhadores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco.

São assim considerados para este efeito os Directores a que se refere o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho (responsável pela Direcção de Controlo e *Compliance* do Banco), bem como os responsáveis pelas Direcções Financeira, de Risco e Recuperação e de Tecnologia e Operações.

Em concretização das relações de grupo existentes, a responsabilidade pela auditoria do Banco encontra-se cometida ao Director de Auditoria do Banco Santander Totta, o qual suporta o valor da respectiva retribuição.

I. Enquadramento

A Política de Remuneração dos Dirigentes segue os princípios vigentes para os restantes trabalhadores do Banco, em aplicação das directrizes definidas pelo accionista de referência deste para todo o Grupo Santander e formuladas, com a participação de consultores externos, de acordo com as melhores práticas existentes no sector. O Grupo Santander detém 100% do capital do Banco Santander Consumer Portugal.

A Política de Remuneração dos Dirigentes é anualmente revista e aprovada pelo Conselho de Administração, no exercício de competência delegável na respectiva Comissão Executiva. Na sua definição participou a Direcção de Recursos Humanos do Banco, formulando recomendações destinadas a assegurar que as remunerações são as adequadas e reflectem o perfil de risco e os objectivos de longo prazo do Banco e do Grupo Santander, mostrando-se ainda conformes com as normas legais e regulamentares, os princípios e as recomendações nacionais e internacionais pertinentes.

As remunerações dos Dirigentes encontram-se ainda sujeitas a aprovação ao nível da Divisão do Santander Consumer Finance e do Grupo Santander.

II. A Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a actividade deste e a circunstância da concretização dos seus objectivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo Santander e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração deste grupo de colaboradores tem, como já no passado tinha, os seguintes objectivos:

- assegurar que a remuneração total e a respectiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável, a qual se encontra indexada à concretização de objectivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos accionistas.

Em 2010, foi criado ao nível do Grupo Santander o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, designadamente afectas às áreas financeira e controlo de gestão, risco, auditoria interna, recursos humanos e *compliance*, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objectivos, aspectos com impacto nas retribuições.

Assim, o Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

III. Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- h) Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura do Banco, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- i) Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo do Banco, cuja capacidade de reforço da base de fundos próprios preserva, e seus trabalhadores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- j) Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- k) Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as várias componentes da remuneração, que devem ser equilibradas entre si; ii) o pagamento de parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- l) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando o desempenho do Banco, bem como a avaliação da prestação individual com base em critérios de natureza financeira e não financeira, de acordo com as funções e o nível de responsabilidade;
- m) Para o colaborador que exerça funções de controlo, na acepção do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, e para além de benefícios de natureza não remuneratória que porventura lhe sejam devidos, a componente variável da respectiva remuneração tem em conta a avaliação do desempenho individual e, concretamente, os objectivos específicos relacionados com as funções que exerce, não estando dependente do desempenho da área de negócio a que se encontra afecto;
- n) À cessação antecipada de contratos aplica-se o regime legal vigente em cada momento.

IV. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- c) Esta Política de Remuneração dos Dirigentes deve enquadrar-se nas directrizes do Grupo, que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- d) Das referidas directrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos Dirigentes. Tal avaliação é realizada anualmente pelo Presidente da Comissão Executiva. Sempre que estes Dirigentes estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa. Na sua qualidade de trabalhador do Banco Santander Totta, o responsável pela auditoria interna do Banco é avaliado pelo respectivo empregador;
- e) Dado que as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornam de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não é possível apontar um limite máximo absoluto para a relação entre as componentes fixas e variáveis da remuneração dos Dirigentes. Por essa razão, apenas se indicará, relativamente ao ano de 2012, a percentagem estimada que cada uma das componentes representará na remuneração total.

4. Retribuição Fixa

- d) A Retribuição Fixa é paga 14 vezes por ano;
- e) A Retribuição Fixa é composta pela retribuição base; alguns Dirigentes auferem retribuição especial por isenção de horário de trabalho;
- f) A Retribuição Fixa é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo Santander, os resultados do Banco, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- g) A Retribuição Fixa dos Dirigentes tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão Executiva, estimando-se que represente, em 2012, 72% da Remuneração Total.

5. Remuneração Variável

- i) A remuneração dos Dirigentes comporta igualmente componente Variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respectivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- j) A Remuneração Variável é adequadamente equilibrada face à Retribuição Fixa, estimando-se que represente, em 2012, 28% da Remuneração Total;

- k) De forma a objectivar e tornar mais transparente o processo de determinação da Remuneração Variável, esta tem em conta os objectivos quantitativos e qualitativos do Banco, bem como os respectivos indicadores previstos no Plano Estratégico, que são definidos anualmente ao nível do Grupo e pela Comissão Executiva do Banco;
- l) A determinação do valor da Remuneração Variável tem por base os seguintes critérios:
- (i) Elementos quantitativos:
- a. Cumprimento dos objectivos de Resultado Líquido e do Consumo Eficiente de Capital (RoRAC). Para este efeito são tidos em consideração os resultados obtidos pela Divisão do Consumer Finance e do Grupo Santander, embora, quanto a este último, com um peso relativo inferior, bem como os resultados da unidade do Consumer Finance em Portugal.
 - b. Desempenho individual, tendo em conta os resultados quantitativos e qualitativos individuais alcançados, assim como o contributo para a imagem e reputação do Banco;
- (ii) Elementos qualitativos:
- Benchmark face aos princípios concorrentes.
 - Avaliação do cumprimento dos objectivos de riscos, liquidez, qualidade de resultados e *compliance*.
 - Nível de contribuição para os resultados do Grupo e da Divisão.
- m) A atribuição da Remuneração Variável refere-se ao desempenho de curto prazo e depende do grau de consecução dos objectivos anuais definidos e ponderados individualmente de acordo com o respectivo grau de importância estratégica e nos termos da escala definida na Política de Avaliação de Desempenho;
- n) A Remuneração Variável destina-se a compensar a consecução de resultados anuais e o desempenho individual, podendo variar, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos objectivos, entre 0% e um valor que em 2012 se estima não ser superior a 150% do valor de referência definido anualmente pelo Grupo.

5.1. Diferimento da Remuneração Variável

- a) Como elemento da Remuneração Variável, o Banco implementou um sistema de Remuneração Variável de Longo Prazo, traduzido num plano de acções vinculado a objectivos definidos para o Grupo Santander, que visa comprometer e promover o alinhamento dos quadros dirigentes com os interesses do Grupo e respectivos accionistas e através do qual são atribuídas acções do Banco Santander;
- b) Em aplicação de Regulamento aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Santander, S.A., o diferimento da Remuneração Variável encontra-se sujeito à verificação cumulativa das seguintes condições: i) permanência no Banco durante período pré-estabelecido; ii) desempenho e posicionamento relativo do Grupo Santander face aos seus principais concorrentes de dimensão internacional, medidos através dos parâmetros de Retorno Total para Accionista e Crescimento do Benefício por Acção;
- c) O montante do diferimento é pago em acções, cuja atribuição definitiva acontece decorridos três anos, ficando dependente do preenchimento em cada um dos anos de diferimento das condições referidas *supra*, na alínea anterior.

5.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Na presente data, encontra-se diferida a entrega das acções correspondentes a parte da Remuneração Variável relativa a 2012, cuja atribuição definitiva ocorrerá se cumpridas as condições referidas em 2.1 alínea b).

Durante o ano de 2012, foram entregues acções por conta da Remuneração Variável devida pelo ciclo que se iniciou em 2009.

V. Benefícios

A atribuição dos benefícios é feita de modo a assegurar a compatibilidade com a estratégia empresarial, os objectivos, os valores e os interesses a longo prazo do Banco.

Alguns dos Dirigentes gozam dos seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, contratado para todos colaboradores, com comparticipação destes correspondente a 0,75% da respectiva retribuição fixa;
- b) Seguro de vida, aplicável a todos os colaboradores, cujo capital corresponde a 42 vezes o valor da respectiva retribuição fixa mensal;

- c) O Banco suporta o custo da diferença entre a taxa de juro praticada no mercado pela concessão de crédito à habitação e a que é cobrada por crédito da mesma natureza concedido a trabalhadores nos termos da regulamentação colectiva do sector bancário.

Não há benefícios de pensão atribuídos numa base discricionária.

VI. Cumprimento das políticas de remuneração definidas pelo Banco de Portugal

A política de remuneração dos Dirigentes do Banco está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 26 de Dezembro (Diário da República, 2ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), cuja aplicação ao exercício de 2012 decorre do respectivo artigo 20.º/2, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objectivos de médio e longo prazo do Banco.

Desta forma, a determinação da Remuneração Total destes grupos de trabalhadores, composta por Retribuição Fixa e Remuneração Variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adopção, na generalidade, das regras constantes do Capítulo II do referido Aviso, o qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

Em qualquer caso, ao abrigo das orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 22.º da Directiva n.º 2006/48/CE (acolhidas no referido aviso no seu artigo 19.º), que permitem a neutralização de algumas regras na definição da política de remuneração em instituições não-complexas e não cotadas em mercado regulamentado, como é o caso do Banco, não foram implementados mecanismos de diferimento da remuneração variável que permitam atingir (i) uma percentagem de pelo menos 50% de instrumentos financeiros na composição da componente variável da remuneração, nem (ii) relativamente a pelo menos 40% da remuneração variável, um diferimento do seu pagamento por um período entre três a cinco anos.

A circunstância do Banco estar integrado no Grupo Santander, que dele detém 100% do capital, implica a necessária coerência das respectivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adopção das demais regras do Aviso n.º 10/2011 implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política do Banco Santander Consumer Portugal em matéria de remunerações dos seus Dirigentes se contenha nos presentes limites sem prejuízo do cumprimento, na

globalidade, e no momento da fixação das directrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

VII. Remuneração atribuída aos Dirigentes com Funções de Controlo ou com Responsabilidade Na Assunção De Riscos em 2012

A presente informação é prestada em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011, de 29 de Dezembro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Janeiro de 2012), na parte que refere a divulgação, em termos agregados, do montante anual da remuneração auferida pelos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banco Santander Consumer Portugal, S.A. (o “Banco”), exercem a sua actividade profissional no âmbito das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou desempenham funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco (doravante, os “Dirigentes”).

7.1 Remuneração Anual

Montante da retribuição fixa:	391.543€
Montante da retribuição variável:	131.065€
Número de beneficiários:	4

7.2 Remuneração Anual Variável

Parcela pecuniária paga relativa ao Premio de Desempenho de 2012: 110.512€

Acções: O Grupo Santander, no qual está inserido o Banco, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial, que está dividido em ciclos.

Em Julho de 2012, foi finalizado o quarto ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções do Banco Santander, S.A atribuídas aos Dirigentes foi de 4. 209, ao valor por acção de 4,883 Euros, correspondentes a 20.553€

7.3 Novas Contratações

Em 2012, não foram contratados colaboradores para o exercício das funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, de 1 de Julho, ou com responsabilidade na assunção de riscos por conta do Banco ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco do Banco.

7.4 Cessações Contratuais

Em 2012, não cessaram contratos de trabalho com Dirigentes.